



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Joyce Kelly Lima Carolino

PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE CAMPINA GRANDE
E ACESSIBILIDADE A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ENTRE NUANCES DE
APRENDIZAGENS E SENSIBILIDADES NO MUSEU HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE
CAMPINA GRANDE E O MUSEU ASSIS CHATEAUBRIAND.

Campina Grande-PB

2025

Joyce Kelly Lima Carolino

PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE CAMPINA GRANDE
E ACESSIBILIDADE A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ENTRE NUANCES DE
APRENDIZAGENS E SENSIBILIDADES NO MUSEU HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE
CAMPINA GRANDE E O MUSEU ASSIS CHATEAUBRIAND.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Campina
Grande como requisito parcial para a obtenção do título
de Mestra em História.

Orientador(a): Dr.(a)Martha Priscila Bezerra Pereira

Campina Grande-PB

2025

C292p

Carolino, Joyce Kelly Lima.

Patrimônio Histórico de Campina Grande e acessibilidade a pessoas com deficiência: entre nuances de aprendizagens e sensibilidades no Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande e o Museu Assis Chateaubriand / Joyce Kelly Lima Carolino – Campina Grande, 2025.

156 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2025.

"Orientação: Profa. Dra. Martha Priscila Bezerra Pereira."

Referências.

1. História. 2. Patrimônio Histórico. 3. Reforma Urbana. 4. Acessibilidade. 5. Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande. 6. Museu Assis Chateaubriand. I. Pereira, Martha Priscila Bezerra. II. Título.

CDU 94(043)

Joyce Kelly Lima Carolino

Patrimônio Histórico de Campina Grande
e Acessibilidade a pessoas com deficiência: Entre Nuances de Aprendizagens e
Sensibilidades no Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande e o Museu Assis
Chateaubriand.

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 27 de março de 2025, pela
banca examinadora composta pelos seguintes membros:

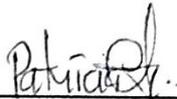


Prof.(a) Dr.(a) Martha Priscila Bezerra Pereira

Orientador (a)



Prof. Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack,
Instituição Universidade Federal de Campina Grande



Prof.(a) Dr.(a) Patricia Cristina de Aragão
Instituição Universidade Estadual da Paraíba

Campina Grande-PB

2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que esteve comigo durante toda a jornada e a para minha família, meu alicerce e fonte de amor. Para meu esposo, amigos e amigas minha fonte de luz e afago.

Para todos. Dedico

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ser meu refúgio e fonte infinita de amor e abrigo. Por conceder a alegria de chegar até aqui, por me conceder a graça de realizar esse sonho, iluminando a minha mente e me concedendo sabedoria para que fosse vivenciado. A ele toda honra glória e louvor.

Ao meu esposo, Jonathan Nunes do Nascimento, por todo amor, zelo e cuidado. Amo-te. Agradeço a minha mãe, Rossilene Barbosa Lima, por todo cuidado e amor e ternura. És uma fonte de inspiração.

Ao meu pai Marcos Antônio Alves Carolino, pelo carinho e incentivo aos estudos. As minhas irmãs, Amanda Lima, Lara Sophia, por sempre me fortalecerem, vibrarem com as minhas conquistas. Amo muito vocês.

Aos meus amados sogros, Angela Maria, Jose Alves e meu cunhado Rodrigo Nunes, pela torcida e por serem apoiadores da minha trajetória. A minha amiga Nataly Isabelle, pela partilha de conhecimentos, sonhos e companheirismo no processo das realizações em minha vida. Aos meus amigos, Andrea Silva, Edson Santos por todo incentivo, dedicação, companheirismo e afago nas aulas do programa que deixava os dias mais alegres e leves.

A minha amiga, Amanda Thays por toda força e incentivo, para que esta pesquisa se concretizasse, por não medir esforços para me auxiliar nos momentos de angústia, por reclamar, incentivar junto comigo. És preciosa para mim. Aos meus amigos Anderson e Luanny e Alice sobrinha de coração e colegas, Marinita Cordeiro, Jair Barbosa, pela torcida e entusiasmo. Ao meu fiel dog companheiro, Téo por todo companheirismo e carinho em meios os estudos. Aos meus alunos por compreender e torcer por mim.

Aos funcionários dos Museus que se prontamente se dispôs ajudar na realização da pesquisa entre eles Pedro Henrique Araújo Veloso, por auxiliar e disponibilizar seu material de pesquisa fruto do seu TCC e seu podcast como fonte para pesquisa, meu eterno agradecimento.

A minha querida professora orientadora, Martha Priscila Bezerra Pereira, pela atenção, compreensão e contribuição para a pesquisa e escrita deste trabalho, és um profissional ímpar. Aos membros da banca avaliadora, obrigado pela disponibilidade e contribuições.

Aos professores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História, por todos os conhecimentos compartilhados ao longo do curso, os quais foram muito significativos para a construção desse trabalho.

Aos funcionários da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), pela prestação de serviços essenciais para a formação dos discentes desta instituição.

A CAPES, pois o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil contribuindo para realização deste sonho, o qual é a obtenção do título de Mestra em História.

Obrigada a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a confecção deste trabalho, seja por uma informação a respeito do tema ou por uma palavra de incentivo e de carinho. A todos aqueles que dedicaram um tempo de suas vidas a apenas ouvir, por vezes até um breve comentário sobre minha dissertação, obrigada pela atenção!

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.” Freire, 1998.p.108.

RESUMO

Ao debruçar sobre o lócus da “rainha da Borborema”, e suas as transformações urbanas que aconteceram no período compreendido entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, revelando em sua cartografia a sua história a partir de uma panorâmica de modificações espaciais da cidade e conseqüentemente, as transformações nos patrimônios históricos no transcorrer do tempo. Essas percepções criam sociabilidades e desenvolvem novas teias de relações com o universo urbano local. A pesquisa que ora se apresenta objetiva analisar de que modo os patrimônios históricos permitem acessibilidade de pessoas com deficiência aos museus Histórico e Geográfico de Campina Grande e o Museu Assis Chateaubriand. Refletindo de que modo a reforma urbana fez parte da composição das sensibilidades urbanas composta por memórias, revelando-se espaços de afetos, tristezas, exclusão, trabalhos, vivências; temos assim a história como um dos lugares de produção da memória e esquecimento. Tomamos como evidências os estudos desenvolvidos por Câmara (1988), Almeida (1978), Pesavento (2015), Aranha (2001), Choay (2006) entre outros. Partindo de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, como constituinte de nossas fontes temos, jornais de época, fotografias, memórias, e pesquisas nas legislações constitucionais que regulamentam o patrimônio e acessibilidade. Lançamos nosso olhar crítico para construir a nossa narrativa e nos aproximarmos um pouco das transformações no espaço urbano e das novas sociabilidades e sensibilidades, e apreensões simbólicas, por parte da população campinense. Esperando-se ter uma maior compreensão acerca das possibilidades apresentadas.

Palavras-chave: Reforma urbana; Patrimônio histórico; Acessibilidade.

ABSTRACT

By dwelling on the locus of the "queen of Borborema", and its transformations urban that occurred in the period between the end of the nineteenth century and the first half of the twentieth century, revealing its history from a panoramic view of spatial changes of the city and consequently, the transformations in historical heritage in the passage of time. These perceptions create sociabilities and develop new webs of relations with the local urban universe. The research that is presented here aims to analyze how the patrimonies historical allow accessibility of people with disabilities to museums Historical and Geographic of Campina Grande and the Museum Assis Chateaubriand. Reflecting how urban reform was part of the composition of the urban sensitivities composed by memories, revealing spaces of affections, sorrows, exclusion, jobs, experiences; we have history as one of the places of production of memory and forgetfulness. We take as evidence the studies developed by Câmara (1988), Almeida (1978), Pesavento (2015), Aranha (2001), Choay (2006) among others. Starting from a qualitative research, bibliographical and documentary, as constituent of our sources we have, newspapers of time, photographs, memories and researches in the constitutional legislations that regulate the heritage and accessibility. We launch our critical build our narrative and approach a little bit of the transformations in urban space and the new sociabilities and sensibilities, and symbolic apprehensions, by the population of Campinas. Hoping to have a greater understanding about the possibilities presented.

Keywords: Urban reform; Historical heritage; Accessibility.

LISTA DE FIGURAS/IMAGENS

Figura 1 - Traço temporal arquitetônico	18
Figura 2 - Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande antes e depois da sua reformação	28
Figura 3 - Largo da Matriz e Arquitetura presente na Rua Maciel Pinheiro	32
Figura 4 - Planta de Campina Grande.....	37
Figura 5 - Entrevista de Vanderley de 1979	42
Figura 6 - Rua Maciel Pinheiro no ano de 1930.....	44
Figura 7 - Representações cartográficas da área central de Campina Grande Modificada pelo projeto de Wanderley.	46
Figura 8 - Projetos em estilo Art Decó em Campina Grande	47
Figura 9 - Paço Municipal e o Grupo Escolar Solon de Lucena	50
Figura 10 - Jornal da União de caso relatado pela polícia de 1895	57
Figura 11 - Configuração nova após a segunda reforma no ano de 1935.....	78
Figura 12 - Placa da reforma do Museu histórico em 1995.....	80
Figura 13 - Fachada e escadaria de acesso ao museu histórico e geográfico de Campina Grande.....	81
Figura 14 - Fotografias do centro histórico exposta no museu.....	82
Figura 15 - Memorial Presente no Museu de Arte	87
Figura 16 - Fachada Grupo Escolar Solón de Lucena	88
Figura 17 - Algumas peças do acervo do MAAC.....	90
Figura 18 - Fachada e acesso ao museu Assis Chateaubriand.....	92
Figura 19 - Ausência de acessibilidade no Museu Histórico Geográfico.....	95
Figura 20 - Recursos de Acessibilidade em Ambientes Culturais.....	98
Figura 21 - Aparelho de mp3 utilizado como instrumento para audiodescrição no Memorial do Anglo.....	99
Figura 22 - Recurso de áudio para visitação do Museu.....	100
Figura 23 - Desafios e acesso ao MAAC.....	101
Figura 24 - Recurso de Comunicação Alternativa no Museu do Doce - Sistema Pictográfico de Comunicação	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Termos utilizados para definir as Pessoas com Deficiência	59
Tabela 2 - Relação das modificações na edificação em função do período histórico e ocupação.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AD	Audiodescrição
APAEs	Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais
BS	Norma Britânica
BSI	Instituto Britânico de Normatização
CAA	Comunicação Aumentativa e Alternativa
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONPEC	Conselho de Proteção dos Bens Históricos
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
D.C.	Depois de Cristo
DEPROT	Departamento de Proteção
DOU	Diário Oficial da União
ECA	Conceito Europeu para Acessibilidade
EUA	Estados Unidos da América
FURNE	Fundação Universidade Regional do Nordeste
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IHGCG	Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande
IN	Instrução Normativa
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LBI	Lei Brasileira da Inclusão das Pessoas com Deficiência
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MAAC	Museu de Artes Assis Chateaubriand
MHCG	Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande
NBR	Norma Brasileira
ONU	Organização das Nações Unidas
PcD	Pessoa com Deficiência
PCS	Picture Communication Symbols
PNPA	Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade

SMIOCS	Serviço Médico de Obras Contra as Secas
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	TRAJETÓRIAS PECORRIDAS.....	23
1.2	CAMINHOS E POSSÍVEIS DIÁLOGOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS ...	25
2	NAS TELAS DA HISTÓRIA: AÇÕES POLÍTICAS E CULTURAIS DO PATRIMÔNIO E DA MEMÓRIA DE CAMPINA GRANDE	27
2.1	ENTRE HISTÓRIAS E ARQUITETURAS: DO ESTILO COLONIAL, NEOCOLONIAL ÀS MANIFESTAÇÕES CLASSICIZANTES EM CAMPINA GRANDE.....	27
2.2	ARQUITETURA DA MODERNIDADE? UMA RUGOSIDADE NO ESTILO ART DECÓ	35
2.3	ESTILO ECLÉTICO E NEOCLASSICO	48
3	A DEFICIÊNCIA E SUA INSERÇÃO NA DISCUSSÃO SOBRE INCLUSÃO E SOBRE PATRIMÔNIO	55
3.1	O PENSAMENTO SOBRE DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO AO LONGO DA HISTÓRIA.....	55
3.2	PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS E ACESSIBILIDADE UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA.....	67
4	MUSEUS DE CAMPINA GRANDE E PROPOSTAS DE ACESSIBILIDADE 76	
4.1	MUSEU HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE CAMPINA GRANDE-MHCG ..	76
4.2	MUSEU ASSIS CHATEAUBRIAND.....	86
4.3	ENTRE DESAFIOS E PROPOSTAS DE AÇÕES DE ACESSIBILIDADE ..	94
	ANEXO A – TRANSCRIÇÃO	114
	ANEXO B – JORNAL DA UNIÃO	117
	ANEXO C - LEI N.599/80	118
	ANEXO D – TRABALHO DE RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO E DO ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO DE CAMPINA GRANDE.....	125

1 INTRODUÇÃO

As cidades são produzidas em determinados espaços e tempos históricos em que a dinâmica dos homens em sociedade vai modelando seus contornos. Pensando nos contornos, visões e significações trilhados pela “Rainha da Borborema” Campina Grande, para iniciar nosso percurso nessa cartografia histórica, refletindo acerca das transformações urbanas, dos patrimônios, desvendando os reflexos históricos e sociais de políticas em seu espaço geográfico citadino.

Nessa caminhada, as tramas históricas vão expondo a preocupação de tornar possível outro olhar sobre de como os patrimônios da cidade de Campina Grande possam ser acessíveis na construção enquanto um lugar significativo por seus moradores e por outros cidadãos. Passearemos pelas experiências urbanas, históricas, pela memória, pelas consequências da modernização. Abordaremos o modo como cotidianamente agentes sociais reivindicam e luta pela melhoria de sua qualidade de vida. Pesavento (2015, p.16) aponta que:

A cidade é também sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de um domínio e transformação de um espaço social no tempo. A cidade é concentração populacional, tem um pulsar de vida e cumpre plenamente o sentido da noção do ‘habitar’, e essas características a tornam indissociavelmente ligada ao sentido do ‘humano’, (...) cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais.

Considerando que a cidade segundo Pesavento (2015) é um espaço de sociabilidade que contém instâncias sociais, históricas, culturais, políticas e econômicas. O período do apogeu da comercialização do algodão proporcionou mudanças na paisagem, o que nos faz perceber o quanto essa função econômica em conjunto da adesão da malha ferroviária contribuiu para um conjunto de transformações espaciais.

Para construção do universo local no período o “Ouro Branco”, em suas cores, cheiros, conflitos, personagens e materialidades. Ao chegar à cidade em meados da década de 1930 podia-se observar um certo ar de modernidade com a presença dos símbolos do moderno. Contudo, suas estruturas urbana e arquitetônica, de becos, casarões coloniais, ruas desalinhadas herdeiras das paisagens do XIX logo mais seriam consideradas arcaicas, incivilizadas.

Com ausência de modernizações mais profundas na política e na sociedade que representassem uma singular ruptura com o passado oitocentista (rural, agrário, escravista,

aristocrático), ser civilizado passou a ser associado a avanços tecnológicos, e transformações na estrutura urbana e arquitetônica.

Entre a década de 1930 e ano de 1945 a cidade de Campina Grande seria palco e assistiria grandes transformações na paisagem urbana, mudanças responsáveis pela instituição de novas formas de se viver nessa cidade, de ser excluído. Ruas foram alargadas, pavimentadas, foram instalados serviços de água e coleta de esgoto. O antigo conjunto arquitetônico das áreas centrais foi posto abaixo para reconstrução de novos edifícios.

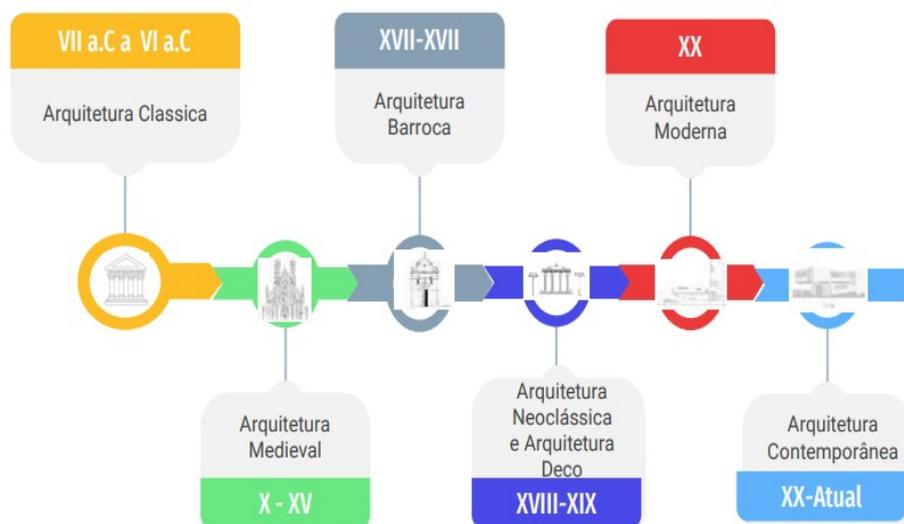
Iniciativas alteraram os usos e formas da cidade, estabeleceram novos cotidianos entre a rua e a casa, entre o público e o privado. As ruas não mais seriam uma extensão de suas propriedades, as construções das residências deveriam seguir as exigências dos códigos higienistas. Os espaços citadinos se converteriam em ferramentas de controle urbanista. Sob preceitos do moderno, e influência de teorias higienistas, deram as diretrizes para as ações reformistas.

Foi dentro desse espírito e impulsionada por ações pautadas nos ideais de higiene, circulação e embelezamento, que a reforma idealizada por letrados e elite de meados da década 30 foi concretizada por Vergniaud Wanderley.

Modificando a arquitetura de Campina Grande sob influência nacional do período elaboraram edifícios sob o estilo arquitetônico da *Art Déco*. As construções vieram imbuídas sob moldes da modernização brasileira grande parte dos projetos de desenhistas, engenheiros e arquitetas com passagem pela escola de Belas Artes do Rio de Janeiro.

A *Art Déco* foi uma manifestação com larga difusão nos países da América Latina constituindo um incremento construtivo da época, presente nos canteiros de obra de vários lugares do mundo, e em diversas cidades brasileiras como a recém-criada capital do Estado de Goiás, Goiânia, Campina Grande, entre outras. Podemos observar com a trajetória dos estilos arquitetônicos ao longo dos séculos, adoção de estilos arquitetônicos marcam períodos com estilização de detalhes construtivos, somada a uma tecnologia da época, como podemos vislumbrar no traço temporal das arquiteturas abaixo na figura 01:

Figura 1- Traço temporal arquitetônico



Fonte: Carolino (2024).

Deste modo, os prédios da cidade sofrem as marcas do tempo, isso se reflete na arquitetura. O conjunto arquitetônico é composto por uma série de prédios públicos e privados com a cotonicultura assistiriam nos anos subsequentes, da reforma urbana à separação de usos no tecido urbano, à higienização de ruas e construções e à substituição de grande número dos antigos edifícios da região central por prédios ditos modernos.

No processo de modernização da sociedade, as cidades se apresentam como um vislumbre da elite dominante materialmente e simbolicamente. Deste modo, alguns bens culturais significativos, por não serem considerados relevantes para a época, foram “esquecidos” ou destruídos. Para Poulot, (1997, p. 36) “a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais”.

Assim, os patrimônios em sua trajetória histórica são marcados pela derrubada, descaso, silenciamentos, invisibilidade. Contudo, políticas de preservação do patrimônio histórico, caráter de excepcionalidade, os critérios tiveram como norteamento a primeira legislação patrimonial do país, em 1937: o Decreto-lei n.º 25/37. Este, em seu artigo 1º, preconiza:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Constituíam-se inicialmente como bens patrimoniais tudo aquilo passível ao toque, edificado e arquitetado: “pedra e cal”, que passava de geração em geração. Remontamo-nos à origem da sua terminologia, patrimônio designa herança familiar. O patrimônio se caracteriza essencialmente pela carga simbólica que o acompanha, ele é um artifício de legitimação da história e da cultura de um lugar.

O patrimônio é constituído de testemunhos, grandes ou pequenos. Como em relação a todo testemunho, nossa responsabilidade é de saber reconhecê-los em sua autenticidade, mas, além disso, nossa responsabilidade se encontra engajada em relação às gerações futuras (Hartog, 2006, p.269).

Produtos de experiências particulares de homens e mulheres no seu contexto e tempo de vivência. Deste modo, os conceitos sobre os termos “patrimônio” e “patrimônio cultural” podem trazer esclarecimentos e questionamentos, como a utilização dos espaços, a apropriação do patrimônio, preservação e a necessidade de adaptar para novas formas de uso dos bens patrimoniais, como mostraremos mais adiante ao longo deste estudo.

Patrimônio cultural é o termo adotado nos estudos culturais, em essência por classificar os objetos e problematizações históricas que podem ser inseridas no âmbito das expressões dos saberes vivos, manifestações culturais, artefatos materiais, monumentos, modos de fazer específicos, religiões entre outras expressões.

O patrimônio, em sua conceituação mais abrangente, contempla discussões culturais, etnológicas, materiais, imateriais, genéticas, ambientais, arqueológicas, locais, regionais e nacionais. Assim “se passa de um patrimônio histórico a um patrimônio social; de um patrimônio herdado a um patrimônio reivindicado; de um patrimônio visível, material, a um invisível, imaterial” (Le Goff, 1998, p. 11).

A construção do patrimônio articulada a um bem destinado à comunidade, que surge com a exposição do lugar, agregando a ideia de que a ressignificação da memória se reativa a partir de um objeto. Fracoise Choay (2006, p.11) define patrimônio histórico como:

A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituindo pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes aplicadas, trabalhos e produtos e de todos os saberes humanos.

Deste modo, compreender a constituição e, conseqüentemente, a preservação do patrimônio significa conhecer a história e a memória suscitadas a partir de lembranças evocadas pela existência desse patrimônio. A cidade produz memórias e esquecimentos.

Ao refletir sobre as memórias de excluídos, de grupos minoritários e marginalizadas e invisibilizados, surge a necessidade de refletir sobre as memórias que emergem em oposição a uma “memória oficial”. Polak (1989) chamou atenção para os processos de dominação e submissão das diferentes versões e memórias, apontando para a clivagem entre a memória oficial e dominante e “memórias subterrâneas”, marcadas pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento.

A memória está permanentemente em evolução, aberta em dialéticas de lembranças e de esquecimento, sucessíveis a usos, manipulações e revitalizações. Segundo Nora (1993, p.9), “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.” Ao utilizar a expressão “lugares de memória” Nora (1993), refere-se aos locais valorosos em que se constrói a identidade individual e a coletiva de determinado grupo. Assim, arquivos, museus, fotografias, coleções são marcos testemunhas de outra era, das ilusões de eternidade.

Para Halbwachs (2004) os lugares são depositários da memória coletiva¹ de um povo. O autor afirmou: “Assim, quando retornamos a uma cidade onde estivemos anteriormente, aquilo que percebemos nos ajuda a reconstituir um quadro em que muitas partes estavam esquecidas” (Halbwachs, 2004, p.25). Deste modo, quando recordamos os acontecimentos recorremos à memória, às lembranças, estas são, sobretudo, representações que se baseiam em testemunhos.

Deste modo, compreender as transformações históricas e memórias substanciadas no patrimônio e refletir que a exclusão, a reformulação (reforma urbana) dos patrimônios atinge não apenas os excluídos, mas remete toda sociedade à idealização do passado como um tempo desprovido de contradições e diferenças.

A negação do usufruto das cidades, inerente nas relações de poder presentes na instituição do patrimônio, evidenciada pela ausência da acessibilidade priva as pessoas com deficiência a exercer os seus direitos a ter o acesso aos bens culturais, a memória, a história, a conhecer a história a primazia do lugar. Para o sociólogo e urbanista francês Alain Bourdin (2010), o “local” é lugar de sociabilidades, marcados pela proximidade e pela contiguidade das relações entre sujeitos que as estabelecem.

Na historiografia das cidades é percebido polos entre lembrança e o esquecimento, estes são constitutivos intrínsecos de suas trajetórias e, para isto, muitas vezes forjam-se tradições, homogeneizam-se processos, definem-se os sujeitos merecedores de homenagens,

¹ Conforme Halbwachs (2004): Quando nos referimos à memória não sintetizamos apenas a individual, podemos nos referir às memórias coletivas que se constroem em relação ao seu meio e com o seu passado.

heróis, vilões e os acontecimentos a serem comemorados. Entretanto, sociedades optam pela lembrança.

Assim, a lembrança e o próprio esquecimento fazem parte da memória, são dela constitutivos, a indivíduos que tem sido remontado ao esquecimento na historiografia (entre eles as pessoas com deficiência) são negados o acesso aos bens culturais um duplo esquecimento. Segundo Ricoeur (2007, p. 423): “[...] é como dano à confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido. Dano, fraqueza, lacuna. Sob esse aspecto a memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento”.

Por conseguinte, nas lacunas, nos patrimônios existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silenciamentos. Para Blanchot (2007). O esquecimento é o deslocamento do lembrável para uma zona inapagável, evocável, lá onde o lembrável é guardado para garantir seu apagamento e, ao mesmo tempo, protegido de seu radical desaparecimento. Deste modo, as fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Nesse sentido nos períodos que marcam a historiografia de Campina Grande e o processo de reforma urbana silencia, alencar ao esquecimento afastando para periferia grupos e tudo que fugisse do olhar moderno, os espaços centrais da cidade foram sendo remodelados para ser vitrine das elites dominantes.

Vale salientar que no começo dos 1930, é visível um maior esforço das administrações municipal e estadual no sentido de organizar seus serviços sanitários, objetivando agir e exercer um maior controle sobre as condições de salubridade do município do espaço urbano.

Considerando o saber médico vigente, atribuía a causa das doenças aos miasmas liberados pelas águas estagnadas e poluídas, pelo lixo acumulado, a falta de ventilação. O estado de insalubridade tornou-se insustentável diante dos surtos de *cólera-mórbus* (que vitimou dez por cento da população em 1856), varíola e febre-amarela (1852). Levaram as autoridades a tomarem mais medidas de higiene.

Foram criados e/ou fortalecidos órgãos com essa finalidade, como a Inspetoria Municipal de Higiene, Dispensário, Posto de Profilaxia Rural, Posto Médico, Centro de Saúde, Hospital de Isolamento. A política de “limpeza social” não teve apenas o cunho sanitário, atingiu não só a arquitetura mais levou que grupos formados em sua maioria por mendigos, vagabundos, prostitutas, pessoas com deficiências, tudo que fugisse do perfil da elite fossem excluídos, sobretudo, do centro da cidade.

Nos fins do século XIX com a emergente discussão sobre evolução, saúde pública, imigração e ocupação dos territórios nacionais, a exclusão e segregação se tornaram ainda mais premente, mobilizando uma série de ideias, teorias² e explicações sobre a formação e o desenvolvimento biológico dos povos dos vários países do ocidente que teve como um dos desdobramentos o pensamento médico-eugênico. Deste modo, o sujeito que escapa dos padrões regulares de conduta, fugindo dos padrões desejados da sociedade moderna passa pelas nuances do poder disciplinador Segundo Foucault:

O que define o indivíduo a ser corrigido, portanto, é que ele é incorrigível. E, no entanto, paradoxalmente, o incorrigível, na medida em que é incorrigível, requer um certo número de intervenções específicas em torno de si, de sobre intervenções em relação às técnicas familiares e corriqueiras de educação e correção, isto é, uma nova tecnologia da reeducação, da sobre correção. [...] O eixo da corrigibilidade incorrigível vai servir de suporte a todas as instituições específicas para anormais que vão se desenvolver no século XIX (Foucault, 2002, p. 73).

Deste modo, as ideias segregacionistas, a discriminação e a exclusão dos “diferentes” configuravam um comportamento não apenas aceitável socialmente, mas também ensinado e difundido. As formas de diferenciação se baseavam no poder econômico, nas características físicas e mentais. Sendo assim, os pobres, negros e pessoas com deficiência física e intelectual estavam fora do modelo considerado correto e isso perduraria nos períodos das reformas urbanas.

Com processo de instituição de ações segregacionistas, foram sendo construídas prisões, manicômios e conventos locais para onde pessoas com deficiência eram destinados. Segundo Goffman (1962, XIII) “um lugar de residência e de trabalho, onde inúmeras pessoas, excluídos da sociedade mais ampla por um longo período, levam juntos uma vida enclausurada e formalmente administrada.” Assim, esses locais se configuravam um ambiente de distanciamento da urb.

Assim, a reforma exprimiu uma nova arquitetura. A malha deixaria inscrito nos prédios dos patrimônios da cidade marcas, singularidades e heterogeneidades. No entanto, vale salientar que não havia discussão a cerca das medidas de inclusão e acessibilidades tendo em vista as finalidades das construções do período.

O conceito de integrar e inclusão historicamente remontam ao início da década de 1950 para designar condição de acesso das pessoas com deficiências. Segundo Aranha (2001, p.19) “A inclusão parte do mesmo pressuposto da integração, que é o direito da pessoa com

² Entre estas teorias as raciais, segundo Schawarcz (1995) estas teorias tinha como argumento principal que a humanidade assim como as demais espécies animais, estavam compostas por raças, que não eram diferentes entre si apenas na cor do cabelo, olhos, ou pele, nos traços físicos ou no cumprimento do rosto, mas ilustravam o fato de existirem seres humanos “superiores” ou “inferiores”, do ponto de vista mental e social.

deficiência ter igualdade de acesso ao espaço comum da vida em sociedade.” Salientamos que essa prática é dificultada mediante a existência de barreiras arquitetônicas nos patrimônios, nos espaços urbanos, edifícios, meios de transporte, entre outros.

Portanto, considerando que o patrimônio cultural (bens culturais de natureza material e imaterial) deve ser acessível a todos e qualquer exceção pode configurar uma situação de discriminação e descumprimento de um direito garantido pela Constituição Federal em seu Artigo 215:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Assim os patrimônios devem permitir acessibilidade enquanto lugares de sensibilidade, de afetos, desengano, de esperança, sentimentos que repousam naturalmente na materialidade e no habitar de uma cidade. Segundo Pesavento (2015, p.16):

A cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados do espaço e ao tempo que se realizam na e por causa da cidade. É por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em lugar, ou seja, portador de um significado e de uma memória.

Ao refletir acerca das sensibilidades urbanas, os patrimônios, a história da cidade, acessamos a memória coletiva que também é nossa enquanto moradores e como cidadã campinense e nos coloca em frente às fragilidades e desafios cristalizados e materializados na memória, com esquecimentos forjados, e os da seleção da nossa cultura material.

1.1 TRAJETÓRIAS PECORRIDAS

A escolha por elaborar uma pesquisa acerca da acessibilidade nos patrimônios de Campina Grande parte da compreensão que possuímos uma identidade construída e partilhada por uma coletividade, uma memória que revela que o corpo cidadão possui memórias e esquecimentos, que é palco de tramas históricas.

Ao pensar a Rainha da Borborema com sentimento de pertencimento, identificação a cidade que foi e é palco e testemunha de experiências, afinal nasci, cresci me formei em Campina Grande. Deste modo, surgir como inquietação enquanto cidadã e historiadora voltar para o lugar em que vivo. Segundo Pesavento (2015, p.17):

Nesse processo imaginário de construção de espaço-tempo, na invenção de um passado e de um futuro, a cidade está sempre a explicar o seu presente. Com isso acaba por definir uma identidade, um modo de ser, uma cara e um espírito, um corpo e uma alma, que possibilitam reconhecimento e fornecem aos homens uma sensação de pertencimento e de identificação com sua cidade.

Destarte, a pesquisa se apresenta originalmente como uma observação de uma caminhante campinense ao trilhar pelo centro da cidade, e ao observar a materialidade dos patrimônios que por vezes passaram despercebidos por seus moradores, concebendo que o campo da memória é relocado ao campo do esquecimento sejam pela exclusão social, histórica, seja pelo abandono de políticas públicas.

Ao nos debruçarmos sobre a cidade traz-se a tona experiências e vivências do centro urbano e de como se deu a construção e significação dos espaços em Campina Grande. Compreendemos que a cidade tem um rico conjunto de patrimônio/ bem como de museus, mas nessa pesquisa os museus selecionados foram: Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande e o Museu Assis Chateaubriand localizados no bairro Centro de Campina Grande. Foram escolhidos pela importância e significação destes patrimônios materiais, pela sua localização geográfica, sua importância histórica, bem com ausências e possíveis caminhos de acessibilidade.

A cidade é um espaço cheio de memórias que foram acumulando com o tempo e um espaço complexo com diversos lugares significativos. Nesta perspectiva nos remontamos às experiências e a os desdobramentos da experiência da graduação e como bolsista da Residência Pedagógica no subprojeto de História do Campus I da Universidade Estadual da Paraíba.

Através do programa, realizado na cota 2018 e 2020, com desenvolvimento de ações educativas de iniciação à docência. Tal vivência reforçada pelas disciplinas e experiência no mestrado da Universidade Federal de Campina Grande, nos permitiu a construção de reflexões sobre memória, patrimônio e história local que vem sendo palco de nossos estudos desde a graduação.

Ao pensar acerca da cidade, a historicidade dos sujeitos, as práticas cotidianas, a acessibilidade, os aspectos sociais dos viventes da cidade sobre o papel da sociedade enquanto agentes históricos e produtores de cultura é contribuir com debates que versam, sobre a história local, educação patrimonial, memória, conflito social, cotidiano, reforma urbana e seus tramas políticos e econômicos entrelaçados.

Desta forma, esta pesquisa propõe refletir como determinadas ações realizadas no patrimônio cultural, em especial, nas edificações, de modo a dotá-las das condições físicas necessárias para receber dignamente e, ao mesmo tempo, obedecer às normas e leis vigentes, idosos, crianças, pessoas com mobilidade reduzida temporária e pessoas com deficiências.

1.2 CAMINHOS E POSSÍVEIS DIÁLOGOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A necessidade de atribuir novas formas de utilização de espaços permitia que uma revisão dos fundamentos teóricos evidenciando que parte da historiografia que foi dedicada às cidades, num primeiro momento observou que a historiografia tradicional, sobretudo, positivista fazia uma vasta análise das cidades e suas características essencialmente pelos moldes políticos e econômicos, enfocando os feitos dos ilustres senhores. Com advento da história cultural e história social percebemos que as cidades eram analisadas a partir de múltiplos olhares apontando os lugares da cidade moderna e seus usos e lugar do homem na construção histórica.

Para caracterizar os campos teóricos e delimitarmos nosso lugar, faremos um breve comentário e análise sobre algumas das produções, e dados dos documentos oficiais acerca da cidade de Campina Grande, ou mesmo cidades paraibanas de modo geral, que julgamos mais relevantes pelo alcance que tiveram no debate acadêmico e pelo seu caráter teórico-metodológico, outro momento da pesquisa consistirá na verificação de instrumentos e avaliação de acessibilidade aplicada a casos reais, ou suas ausências.

Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar de que modo os patrimônios históricos permitem acessibilidade de pessoas com deficiência aos museus Histórico e Geográfico de Campina Grande e o Museu Assis Chateaubriand. Os objetivos específicos foram: investigar como a reforma urbana no período de 1930-1945 influenciou na transformação/destruição dos patrimônios na perspectiva da construção da memória e no imaginário social local. Bem como refletir sobre a inserção da discussão de inclusão das pessoas com deficiências nos patrimônios históricos e culturais.

Comprendemos as relações entre os homens, seja na esfera administrativa ou social, econômica moldam as cidades e que os espaços patrimoniais proporcionam uma série de possibilidades para o conhecimento e reconhecimentos dos saberes locais e suas dimensões educativas. Essa é a proposta de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História, está alinhada a linha de pesquisa história cultural das práticas educativas.

Numa perspectiva teórica alinhada, sobretudo, a história cultural, trata-se de estudo qualitativo que parte de uma abordagem bibliográfica e documental, dando ênfase nas contribuições de estudos desenvolvidos das categorias articuladas ao tema. Entre eles os estudos que contribuíram a cerca da história da nossa cidade obras como: Epaminondas Câmara, em Alicerces de Campina Grande e Datas Campinenses; Elpídio de Almeida, com sua História de Campina; Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande - 1920-1945, de

Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa.

Sobre o conceito de Patrimônios e suas transformações, obras como a de François Hartog em Tempo e Patrimônio e Françoise Choay em A alegoria do Patrimônio. Acerca da inclusão das pessoas com deficiências temos como ponto de partida obras como de Maria Salete Fábio Aranha em Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência e Romeu Kazumi Sasaki na obra Acessibilidade: Uma chave para a inclusão social entre outras. Ainda na perspectiva de utilizar os conceitos de Foucault de seu trabalho temos as contribuições de autores que permeiam a discussão de aprisionamento e exclusão, ao trabalhar com as sensibilidades na história temos as contribuições de Pesavento. Cito esses trabalhos como exemplo da rica produção que já se tem, dentre tantos outros publicados, sobre cidades, patrimônio e inclusão.

Nesta perspectiva organizamos a pesquisa em quatro capítulos, incluindo esta introdução e as considerações finais. Desta forma, neste primeiro capítulo **Reforma urbana e Patrimônio histórico**, apresentou-se de maneira introdutória os caminhos historiográficos da pesquisa.

No segundo capítulo, intitulado **Nas telas da história, ações políticas e culturais do patrimônio e da memória de Campina Grande**, apresentaremos como historicamente a cidade com seus aspectos históricos, econômicos, culturais e arquitetônicos foram sendo modificados historicamente mediante as reformas urbanas, sociais e espaciais.

No terceiro capítulo, intitulado **A deficiência e sua inserção na discussão sobre inclusão e sobre patrimônio**, apresentam-se os conceitos por meio de um breve histórico e com base nas definições mais atuais tanto da legislação como das associações de pessoas com deficiência e inclusão na época em que os museus foram construídos, bem como ocorre a discussão entre patrimônio e acessibilidade e seus caminhos metodológicos.

No quarto capítulo **Museus de Campina Grande e propostas de Acessibilidade** iremos debater sobre o histórico de cada museu: Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande e o Museu Assis Chateaubriand, apresentando por meio de exemplos o binômio patrimônio e acessibilidade oferecendo alguns dados e intervenções com o intuito de permitir a um profissional a obtenção do máximo de informações a respeito dos valores e características para que venha trazer a formação de conhecimento histórico e consciência histórica por intermédio do patrimônio.

2 NAS TELAS DA HISTÓRIA: AÇÕES POLÍTICAS E CULTURAIS DO PATRIMÔNIO E DA MEMÓRIA DE CAMPINA GRANDE

Este capítulo apresenta uma breve contextualização sobre a história da cidade de Campina Grande - PB, apresentando os aspectos geográficos, arquitetônicos, econômicos e culturais, fazendo um diálogo entre o seu patrimônio material e como este vem se modificando ao longo do tempo por intermédio das reformas urbanas.

2.1 ENTRE HISTÓRIAS E ARQUITETURAS: DO ESTILO COLONIAL, NEOCOLONIAL ÀS MANIFESTAÇÕES CLASSICIZANTES EM CAMPINA GRANDE

Nos caminhos percorridos pelo município de Campina Grande - PB (nome devido as suas primeiras habitações terem surgido em uma grande campina). Está localizada na mesorregião do agreste Paraibano e na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, a aproximadamente 120 quilômetros a oeste de distância da capital do Estado (João Pessoa). Conduz-nos percorrer a sua história e a seus patrimônios. A sua origem remonta ao século XVIII, seu surgimento assim como de várias cidades do interior paraibano, foi trilhada a partir da família de portugueses “Oliveira Ledo” que residiam na região da Bahia.

Neste período, a capitania da Paraíba era sujeita à capitania de Pernambuco, cujo governador era D. Tomás José de Melo. Que sob pretensão de criar novas vilas na capitania ordem da coroa em 1787, o ouvidor da capitania da Paraíba, Antônio F. Soares, pediu ao governador de Pernambuco a criação de três vilas na capitania.

Com incentivo do capitão-mor a primeira igreja foi construída inicialmente com objetivo realizar batismos dos povos originários do povoamento da região, tinha em sua composição inicial ser feita de taipa para servir como igrejas, ali eram realizadas missas e batismos. Posteriormente, com o decreto Real mandado pela Coroa concedia 25 mil réis para cada Aldeia ou Capela, em forma de ajuda. Foram utilizados estes poucos recursos para melhorar a igreja do lugar. Em 1753 foi reformada e aumentada e somente em 1793, depois de outra reforma, conseguiu seu aspecto que se mantém atualmente, a antiga capela/ igreja de taipa anos após se tornaria Catedral Nossa Senhora da Conceição, Catedral de Campina Grande situada, na Avenida Floriano Peixoto, A igreja influenciou a construção de várias casas na região.

Em 1769 foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, que passou a ser denominada de Vila Nova da Rainha em 1790. Assim a vila passou a ter destaque mediante as

feiras de gado e de farinha de mandioca, suprimentos de fundamental importância para boiadeiros e tropeiros que passavam por Campina. Essa produção foi aos poucos transformando o lugar central.

No século XVII, os primeiros habitantes dessa região, os povos originários (Ariús) são utilizados/explorados pelos colonizadores, sobretudo, a família Oliveira Lêdo que ali chegou como vaqueiro, com o gado trazido do litoral. As feiras de gado surgiram no interior devido à alta rentabilidade e ao elevado grau de especialização. O cultivo da cana-de-açúcar cresceu aceleradamente no litoral, tornando-se necessário deslocar a criação de animais para o interior do estado. Esses animais eram imprescindíveis tanto como alimentação, como comercialização.

A economia pecuária e a produção de subsistência possibilitou ao aldeamento tornar-se vila. A vila construída na grande campina era favorecida com água em abundância e pasto para os animais, além do que a terra demonstrava grande fertilidade para as culturas agrícolas.

Apresentando uma arquitetura modesta, Gurjão (1999, p. 17) observa que a vila teve o seu crescimento urbano vagaroso. Assim, em sua composição residencial urbana inicialmente as “casas da rua” tinham como finalidade de receber fazendeiros nos dias de festas religiosas, fins de anos, e passavam por longos períodos fechados.

A cidade foi tomando diferentes modelos arquitetônicos que retratam a história do crescimento da região³. Esse acervo de imóveis sofre as marcas do tempo e se classifica em diferentes estilos arquitetônicos: colonial, Art Déco, neoclássico; ecletismo; arquitetura moderna; contemporânea. Em 1812 iniciaria a obra do primeiro sobrado a possui dois cômodos⁴ da cidade uma obra do período colonial que sediaria a cadeia pública e a “Casa da Câmara” da Vila Nova da Rainha que atualmente é o Museu Histórico e Geográfico Campina Grande que possui em linhas gerais viajam pelo enquadramento de vãos do colonial como podemos observar na figura 02 a esquerda, e a direita neoclássico e Art Decó após a reforma de meados 1875.

Figura 2 - Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande antes e depois da sua reforma

³ Assim, não se espera encontrar exemplares puros dos estilos arquitetônicos na cidade, mas sim identificar como as influências formais dominantes na produção arquitetônica brasileira se manifestaram na cidade.

⁴ No primeiro momento, o prédio possuía dois cômodos: o térreo onde funcionava a cadeia pública - sem nenhuma entrada, a não ser o alçapão do primeiro andar, por onde os presos desciam por intermédio de uma escada; e o primeiro andar onde funcionava a sede da câmara cujo acesso se dava por meio de uma escada externa.



Fonte: Sousa (2001)

Contando com uma população relativamente grande diante das demais vilas da província, a Vila Nova da Rainha no século XVIII tinha problemáticas alarmantes em sua infraestrutura e higiene. “era dos piores que se podia imaginar. Depositava-se lixo nos fundos dos quintais, as fezes das latrinas transbordavam para os córregos, os porcos viviam soltos nas ruas” (Câmara, 1943, p. 65). Deste modo, a ausência de serviços sanitários era notória, facilitando a propagação de doenças.

Em meados de 1856, Campina sofreria o impacto de uma terrível epidemia de cólera-mórbus, devido a sua morbidade muito contagiosa, rapidamente se alastrou, dizimando grande parte da população. Segundo o saber médico vigente que atribuía a causa das doenças aos miasmas liberados pelas águas estagnadas e poluídas, pelo lixo acumulado, a falta de ventilação.

Neste processo através da discussão em torno de questões relativas à higiene pública por intermédio das intervenções urbanas empreendidas no século XIX, encontram em sua fundamentação, na teoria miasmática⁵ segundo o médico polonês Napoleão Chernoviz o miasma “Tomando a palavra em sua acepção toda, consideram-se este título todas as emanações nocivas, que corrompem o ar e atacam o corpo humano” (Chernovoviz, 1890, p.100). Deste modo, emanações nocivas, pântanos, insalubridade, ar insalubre, mortífero,

⁵ A teoria miasmática consistia basicamente em limpar o espaço urbano, desinfetar, praticar uma higiene “desodorizante” que tenta proteger o ar das emanações e fedores provenientes das coisas.

infectado, decomposições de matérias vegetais e animais. Todos esses vocabulários tentaram por definir e entender os temidos miasmas mortíferos.

A Vila Nova da Rainha sentiria os efeitos das intervenções urbanas por ser uma passagem obrigatória por sua localização geográfica, a vila era o entroncamento de cinco importantes estradas para circulação no território paraibano e um lugar perfeito para repouso de viajantes e negociantes. Almeida (1978) descreve o potencial da cidade no século XIX, evidenciando que:

Campina não era simplesmente um pouso, um lugar de descanso para animais e tropeiros. Mas uma parada obrigatória, o ponto terminal da longa caminhada. Aqui operavam-se as permutas, as trocas comerciais vendiam produtos do sertão, principalmente algodão, couros e queijos, e compravam-se as mercadorias para o abastecimento da zona seca, em maior quantidade gêneros alimentícios, de preferência rapadura e farinha de mandioca. (Almeida, 1978, p.107)

Deste modo, desde muito cedo se tornou proeminente como ponto fundamental nas encruzilhadas que ligavam as geoeconomias paraibanas, situada bem no meio do caminho que ligava o sertão ao litoral essa condição permitiu inúmeras transformações desenvolvendo sua economia, infraestrutura e cultura.

Sendo elevada a categoria de cidade em 11 de outubro de 1864. Segundo Câmara (1988, p.86) “Campina Grande foi em ordem cronológica, a quinta vila do interior da Paraíba, elevada a categoria de cidade. E foi devido à renovação urbana que processou a partir de 1860.” Assim, evidenciando que o seu crescimento populacional e suas as transformações, foram essenciais nesse processo de expansão e categorização enquanto cidade.

Marcando o início do processo de expansão do seu núcleo urbano, a relação das edificações existentes em Campina Grande nas primeiras décadas do século XX, que são importantes indicadores da configuração do espaço. Dado o contexto urbano da época. Câmara (1999, p.88) revela que nessa época Campina tinha apenas “duas igrejas católicas, dois açudes, duas casas de mercados, um cemitério, uma casa de cadeia, a casa da Câmara, três largos, quatro ruas, oito becos e trezentas casas”. Que apresentava padrões urbanísticos e arquitetônicos coloniais, sobretudo.

A arquitetura colonial brasileira sofreu influências estilísticas da Europa se adaptando às condições materiais e socioeconômicas locais. Apresentando em seus edifícios com traços arquitetônicos renascentistas, maneiristas, barrocos, rococós e neoclássicos. Segundo Carvalho; Queiroz (2006, p.6) as edificações em Campina Grande:

Eram consideradas com características coloniais aquelas casas extremamente simples, com vergas retas ou em arco abatido, sem tratamento decorativo à exceção de eventuais sobrevergas, sem platibanda e construídas no nível do solo. Estas edificações persistiram sendo construídas até o início do século XIX, tendo, em

quase três séculos, variado apenas quanto ao formato das vergas e à proporção entre cheios e vazios na fachada. Esta produção resulta de uma técnica extremamente simples, cujo sistema de cobertura, em telhado de duas águas e cumeeira paralela à fachada, lança uma parte da chuva recebida sobre a rua e a outra sobre o quintal. Não só o recuo frontal é ausente, mas também os laterais, de modo que as residências se colam umas às outras, protegendo suas empenas e, muitas vezes, formando um amplo telhado contínuo.

Com a elevação da vila à condição de cidade (1864), as edificações ganharam maior solidez, e conseqüentemente uma melhor feição arquitetônica ainda no século XIX, o núcleo urbano passa a ter algumas iniciativas como: reforma dos templos religiosos (Igreja da Matriz e do Rosário) que traziam em sua composição arquitetônica manifestações classicizantes com utilização de vergas, esquadilhas, pilastras de simetria segundo Carvalho; Queiroz (2006, p.6) este estilo:

Referem-se às edificações que incorporam novidades próprias da época, como as vergas em arco pleno, as vergas retas com coroamento decorado, o vidro, simples ou colorido, nas esquadrias, os porões altos (e seus óculos), as platibandas e, em exemplares mais requintados, frontões (que na arquitetura civil de função pública são quase uma regra) vasos, estátuas, fruteiras, balaustradas e pilastras sobre a platibanda.

Mas essas edificações são exceções à predominância das edificações que continuavam simples, térreas, implantadas em seus lotes estreitos e compridos, coladas umas às outras, Com relação à implantação, habitações mantêm se, no geral, os mesmos esquemas urbanísticos coloniais, como observa Câmara:

Sem auxílio provincial, desprezada, ainda há pouco tempo, dos seus fazendeiros, habitada por artífices e mercadores pobres, não podia ter melhor feição arquitetônica. [...] ainda em 1864, Campina não possuía sequer um único prédio de mais dum pavimento, pois como tais não poderiam ser tomados os coros das igrejas, a sala livre, sistema água furtada, da cadeia ou o sótão do Comércio Velho, únicos edifícios de então que se destacavam da paisagem urbana [...]. As casas, na maioria, tinham tetos baixos, em tacaniça e beira e bica; portas e janelas largas cortadas horizontalmente em semicírculo; paredes de tijolo de grandes dimensões; terças e cumeeira de madeira grossa apoiadas sobre esteio embutidos nas paredes; alicerces de barro e tijolo ponta crua etc. Ainda não havia gelosias e as portas e janelas, de madeira aplainada, eram pintadas bizarramente. Bizarra também a pintura das fachadas (Câmara, 1943, p.87-88).

Partindo de uma perspectiva histórica nos deparamos no processo de desenvolvimento e transformações de categorias de cidade que se inicia com aldeamento, povoação, posteriormente freguesia, vila para por fim se configurar uma cidade. Estes processos não são pacíficos e não se dá sem existências de conflitos, expressam relações de poder de vários grupos sociais.

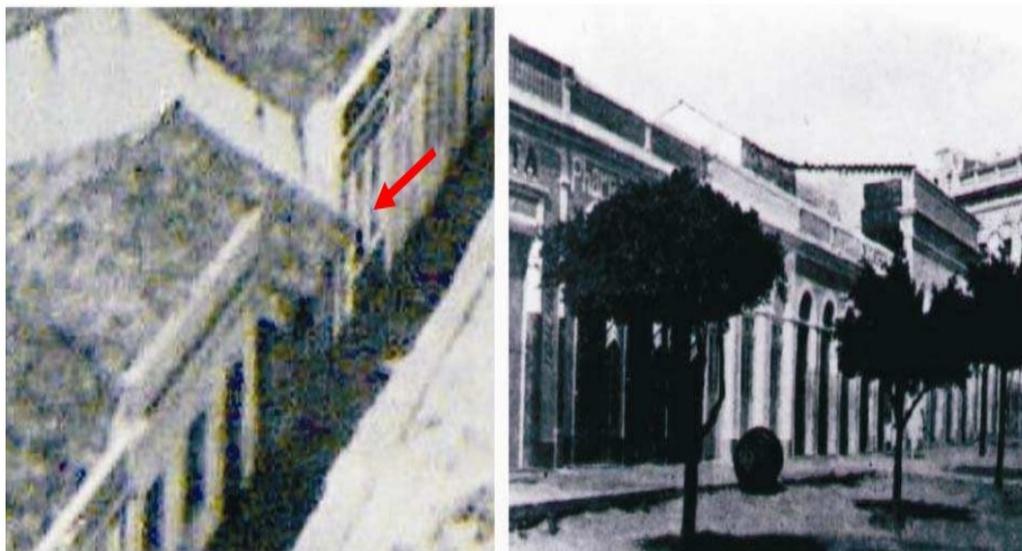
Já o estilo neocolonial no Brasil está ligado à busca de uma arte genuinamente nacional com o princípio de reviver estilos tradicionalistas. No Brasil, isto configurou uma

nova arquitetura prática e versátil que resgatou elementos do estilo colonial luso-brasileiro. O cerne da fundamentação dessa nova arquitetura nacional foi a conferência realizada em São Paulo no ano de 1914, a qual contou com a participação de Ricardo Severo.

As construções neocoloniais expressam a modernidade e os novos hábitos urbanos da época, pois são mais compactas, higiênicas e econômicas. Abandonando os grandes corredores dos estilos precedentes, essas residências se organizam em três setores. O acesso principal (varanda), ligando o jardim ao setor social (sala de estar). O setor íntimo (dormitórios). O neocolonial rompe também com a separação da (cozinha, banheiro e área de serviço), incorporando-as ao interior da casa.

A busca do refinamento da arquitetura é resultado da abertura dos portos e da integração do país ao mercado mundial, de forma que vários elementos construtivos passaram a serem importados, como o Paço Municipal (com obras iniciadas em 1877), modelos mais simplificados, que apenas adaptaram os elementos classicizantes à sua feição colonial como podemos observar na figura 03 na esquerda: residência com características colônias no Largo da Matriz (1918). Na direita temos manifestações de influências classicizantes na Rua Maciel Pinheiro (1932).

Figura 3 - Largo da Matriz e Arquitetura presente na Rua Maciel Pinheiro



Fonte: Carvalho; Queiroz (2006, p.13)

Com terras adequadas a cultura de vários cereais indispensáveis aos colonos e junto a uma lagoa o riacho das piabas (no qual se tornaria o açude velho). Teria o seu apogeu com a comercialização do “ouro branco” algodão, essa atividade acarretou impactos na morfologia espacial da cidade. Neste momento a cidade passa por um processo de “modernização” através do sistema de transporte ferroviário para ampliação da comercialização do algodão

permitiu mudanças socioespaciais. Assim a paisagem campinense se apresenta como uma cidade multifuncional com o surgimento de pensões, hotéis, cinemas, jornais, clubes de dança entre outros.

Repensar nas transformações das cidades e suas paisagens apresentadas e reveladas por ela na contemporaneidade que são frutos de ausências, realizações de tempos historicamente anteriores. Assim, vemos o espaço citadino como resultado de ações, ações elas também urbanísticas que resultam do processo de modernização. Segundo Santos (2008, p.68):

O que existe são modernizações sucessivas, que de um lado nos dão vistas de fora, gerações de cidade, padrões de urbanização; e, vistas de dentro de padrões urbanos, formas de organização espacial, já que cada periodização trazendo formas próprias de arrumação das variáveis permite reconhecer o processo histórico mais geral, não importa onde estivermos.

Concebemos distinção dos conceitos de modernidade e modernização, moderno. O conceito de modernização é abrangente, já que está relacionado a um conjunto de transformações que se processam nos meios de produção, mas também na estrutura econômica, política e cultural de um território. Compreendemos que modernização sendo a instrumentalidade que compõe a modernidade. Para Habermas (2006, p.53), o conceito está relacionado “a um conjunto de processos acumulativos e de reforço mútuo: a formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento de produtividade do trabalho”; ao estabelecimento do poder político centralizado e á formação de identidades nacionais.

Por modernidade acorda-se com pensamento dos autores como Marcondes (1997), que compreendendo que modernidade está associada ao novo ao belo, contraposto à tradição, ao arcaico. Configurando uma ruptura que envolve a sociedade rumo a inovações. Ademais, Berman (1988) concebe a modernidade como um conjunto de experiências de tempo e espaço compartilhados nas sociedades em que na tentativa de expressar e agarrar um mundo onde tudo está impregnado de seu contrário⁶.

A cidade como a soma de espaços que ultrapassam os aspectos físicos e envolvem a multiplicidade dos cidadãos a vida cotidiana, social, política e econômica. Assim nessa multiplicidade a economia do algodão, surgiu na Paraíba com o declínio das atividades do açúcar e dos couros na região, bem como, declínio da produção algodoeira norte-americano. Com isso a produção da cotonicultura nordestina, principalmente a campinense, passou a

⁶ Parafrazeando Marx um mundo “onde tudo o que é solido desmancha no ar”.

atender os interesses de países europeus como a Inglaterra, assumindo o predomínio consorciado com outras culturas. O algodão permitiu um aumento na renda dos grandes fazendeiros aos pequenos agricultores envolvidos com o produto.

A plantação do algodão, quando não era feita pelo proprietário da terra, o era por agricultores que denominaram-se “moradores”, fazendo a partilha do algodão colhido com aqueles que lhes cedessem a terra coincidindo com o término das colheitas, estava o início da entre safra [sic], quando os agricultores devolviam as terras como restolho das chuvas, sendo as terras utilizadas como pastagens até o início do período das chuvas, quando o gado era novamente colocado em áreas com pastagens naturais. (Vasconcelos, 1980, p. 23)

Com os desdobramentos e expansão da economia cotonicultura, a produção do algodão no nordeste assumiria um papel de destaque. Antes que a cultura do algodão fosse implementada na microrregião do município, Campina Grande era apenas “um incipiente centro urbano, onde as atividades mercantis se concentravam” (PMCG, 1983, p. 17). Assim, Campina Grande, presenciaria mudanças significativas estruturais, demográficas, políticas, econômicas e sociais, afigurando-se como segunda praça de comercialização do algodão no início século XX.

A cidade como importante centro comercial de algodão teria que rapidamente acompanhar forçadamente as metas de modernização. Os contrastes na cidade se evidenciavam. Ao passear pelas ruas, Sousa (2001, p.29) aponta que os meios disponíveis para um *tour* pela cidade em meados da década de 1920 eram os próprios pés, o lombo de burro ou cavalo, as carroças e os cabrioles, os meios de transporte. Apesar da presença dos aparatos do moderno, estes se concentrariam, sobretudo, na elite local e sua presença criava um imaginário urbano.

No início de século XX, a construção da estrada de ferro que ligou Itabaiana à Campina Grande foi autorizada pelo Decreto Federal n.º 5.237 de 26 de julho de 1904, inaugurada em 02 de outubro de 1907 foi de grande significado para a cidade estabelecendo uma grande movimentação em seu entorno, foram sendo construídas estruturas urbanas e serviços como cafés, lojas e oficinas.

A cidade nas primeiras décadas de 1920 e início de 30 davam seus primeiros passos no seu desenvolvimento com seus conflitos e mudanças. O contato com os símbolos do moderno davam sintonia com “mundo civilizado”. Ao invés de becos e ruas tortas, precisava segundo as ideias dos letrados da época seria necessária a reconstrução de edifícios assobradados e tudo que remontassem a antigas vilas, cortiços e casas sem saneamentos deveriam ser modificadas para transformar em um espaço urbano e moderno.

Ser moderno, ou transformar a Rainha da Borborema, é passar a viver uma vida de paradoxo e contradição. É estar imerso pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas; culturas; patrimônios e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o seu mundo transformando em nosso mundo aonde a invisibilidade, a exclusão não seja uma extensão de períodos e períodos.

2.2 ARQUITETURA DA MODERNIDADE? UMA RUGOSIDADE NO ESTILO ART DECÓ

Nos princípios dos anos de 1920 e 1930, a cidade estava iniciando seu desenvolvimento econômico mediante a consolidação e expansão da economia algodoeira e a presença da ferrovia proporcionaram a fixação demográfica e início de sua modernização. Com presença de alguns aparatos ditos modernos como telefone residencial, cinema, o automóvel, a luz elétrica entre outros símbolos do moderno se fazia presente na cidade. Embora algumas mudanças nas ruas, ainda podiam ser visto animais, ruas estreitas e/ou sem calçamento e casa simples. O projeto traçado da urbe na cidade pretendia ser grande, mas havia contrastes notáveis.

As ruas para uma parte da população com seus usos eram como extensão de suas propriedades, com a inexistência das calçadas as ruas eram os melhores lugares para dar uma caminhada. Ademais, sem frenética passagem de automóveis e com uso de burros para locomoção, não havia até o momento enxergado a necessidade de separar o local de veículos e de pedestres.

Identificando os usos dos lugares, a cidade no período de 1930 possuía entre 70 a 100 mil habitantes e 6.121 imóveis na zona urbana, em suas edificações tinham como característica a simplicidade, em serem térreas implantadas em seus lotes estreitos e compridos, coladas umas nas outras. A cidade possuía quatro pensões hidráulicas, cinco estabelecimentos bancários, fábricas de (gelo, tecido, cama, sabão, lavatório de ferro, mosaicos), colégios, cinemas e sociedades recreativas (Câmara, 1998, p.124). Em seu comércio se direcionava para o oeste, já se destacaria nos anos de 1930 na modalidade atacadista.

A cidade tinha em sua composição populacional moradores com distintas profissões entre eles carregadores, operários da indústria e da construção civil, jornaleiros, policiais, bodegueiros, artistas e prostitutas. Compreendendo a diversidade e práticas dos lugares, Sousa

(2001, p.23) aponta que os espaços da cidade que em poucas décadas se consideraria a “capital do sertão nordestino” sofria diretamente com as tensões que surgiram sob a influência dos letrados que não consideravam as diferenças e os usos cotidianos da cidade.

Assim, a permanência de hábitos e usos da rua, da casa com heranças coloniais passa a ser ligada a construção de uma imagem arcaica “incivilizada” de “arquitetura pobre”. Trouxe a tona olhares de médicos técnicos e estéticos dos letrados⁷ da época que passaram a reclamar das edificações, algumas destas edificações tinham comércio na frente e residência nos fundos, outras se distribuíam em comércio na frente, residência no meio e quartos para aluguel nos fundos. Conviviam trabalho e habitação, família, inquilino e, às vezes, empregados na mesma construção, uma herança colonial das relações sociais entre o público e o privado.

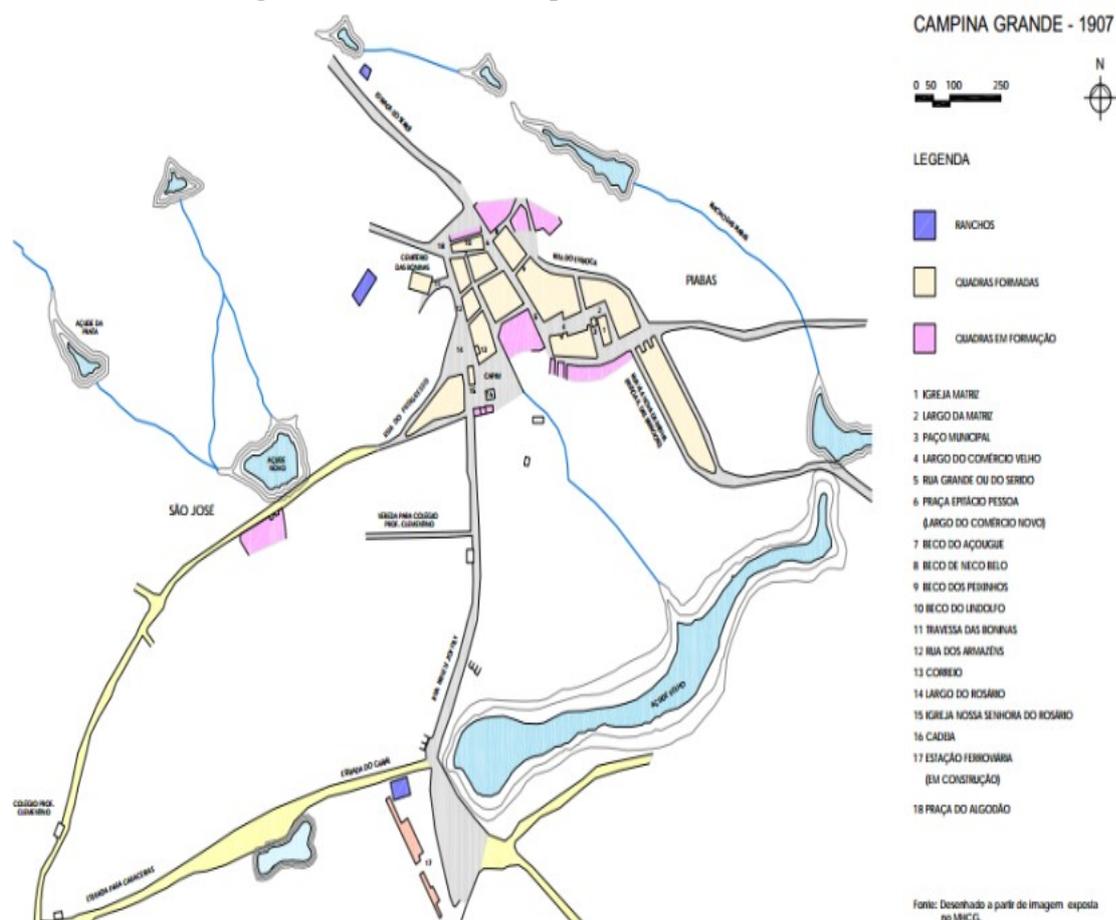
Desejava-se uma cidade nos moldes modernos com residências isoladas no terreno que seguisse as exigências dos códigos higienistas em busca de ar e luz para as alcovas. Dessa forma, uma série de críticas sobre a insalubridade sobre o lixo e a fedentina de algumas ruas passa a ser denunciadas. Segundo Sousa (2003, p.5).

No Brasil, em um momento difícil de precisar, as habitações populares, os becos e travessas passaram a ser assediados por médicos sanitaristas, administradores e letrados em geral, por serem considerados ambientes propícios à difusão de doenças e de práticas genericamente denominadas de “promiscuidade”.

O cotidiano na cidade é marcado pelos lugares e seus espaços, este demarca as configurações e os pensamentos que circundam o período, nas primeiras décadas do século XX, ao observar a planta da cidade na figura abaixo 04, vislumbra uma cidade no início do seu crescimento com seus contornos e seus espaços constituídos aonde a cidade é dividida em três dimensões, urbana e suburbana e rural, as áreas aos redores do centro que constituiriam “bairros” localizava, sobretudo, os patrimônios da elite.

⁷ Letrados nesse período eram aqueles que podiam dar continuidade aos estudos, entre eles muitos cursavam direito ou frequentaram a Universidade de Coimbra.

Figura 4 - Planta de Campina Grande



Fonte: A. e Mapa de Campina Grande, Retalhos Históricos de Campina Grande, Campina Grande, Fevereiro de 2015. Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/2015/02/mapa-de-campina-grande-em-1907.html>.

A presença nos arredores e pelo centro da cidade de casebres de taipas, becos, pensões e de alguns prédios com marcas populares que está representado em amarelo acarretou na busca de reconfiguração e reconstituição do que era considerada área central na cidade. Para Certeau (2004, p.201-202), os lugares seriam uma configuração da ordem e dos poderes/saberes instituídos, enquanto os espaços seriam marcados pela mobilidade dos consumos dos seus caminhantes, que inventam percursos, trajetos, enfim, itinerários em cada prática cotidiana.

Em busca da modernidade a cidade torna-se o palco das transformações, visando acompanhar os avanços urbanísticos. Neste sentido as reformas urbanas surgem impulsionadas pelo projeto de construção de cidades que concilie harmoniosamente as experiências no espaço. Uma das reformas mais conhecidas foi realizada em Paris sob ordem de Napoleão III, essa reforma foi feita através de um conjunto de intervenções entre os anos

de 1853 e 1870 conhecidas como “haussmannização”, que influenciou diversas cidades no mundo.

No Brasil a reforma urbana e a formação da cidade moderna se interligam e o seu discurso urge nas principais cidades brasileiras na virada do século XIX para o século XX. Como forma de lidar com os problemas de insalubridade e de gerenciamento dos núcleos urbanos, que explodiram demograficamente, surgiu planos de modernização dos espaços públicos e de melhorias para os centros urbanos.

Vale salientar que as cidades brasileiras mantinham fortes traços do período colonial, sem alinhamentos retilíneo, casas construídas sem ecos intermediários e densamente povoadas com fortes heranças do período escravocrata. Assim as cidades brasileiras sob influências decorrentes dos avanços científicos, tecnologias e correntes⁸ urbanistas passaram por transformações.

No Rio de Janeiro, então Capital do Brasil⁹ nos anos de 1902 a 1906 passou pelo processo de modernização, transformando suas estruturas com objetivo de se transformar numa cidade limpa, higiênica, salubre baseada nos moldes europeus. Os ideais de reformas urbanas vão expandindo entre as capitais e principais cidades do país constituindo um marco na política urbana brasileira.

Porém, apenas em 1930 que o discurso de fazer Campina grandiosa começou a tomar força na cidade. As elites locais sedentas pela modernização e por um maior crescimento econômico e político da cidade uniram forças para mostrar em seus discursos que Campina não só era grande como possuía potencial para crescer ainda mais. Giscard Farias Agra (2010, p.24) afirma:

Em Campina Grande da década de 1930 parecia querer ser moderna. Pelos discursos dos diversos grupos que detinham certo tipo de poder na cidade político, econômico, intelectual, religioso, dentre outros, entrou em contato com aspirações e desejos de modernizar a cidade, tanto no tocante à sua infraestrutura, às suas ruas, às suas moradias, quanto no tocante aos costumes de seu povo. A palavra de ordem para esses grupos de administradores, políticos, comerciantes, jornalistas, médicos, engenheiros, advogados, juizes, clérigos, parecia ser construir Campina como uma cidade grande, moderna civilizada, europeizada ou, na impossibilidade, ao menos forjá-la moderna, tendo como modelo o Rio de Janeiro, a capital federal, ou ainda, o Recife, a capital regional do que então nascia como Nordeste.

O discurso de Campina grandiosa e de seu potencial buscava atrair investimentos econômico, cultural e político. Apesar da ampla divulgação de cidade civilizada e moderna,

⁸ As duas mais recorrentes e influentes, segundo Choay (2000) “progressista” e “culturalista”.

⁹ O Rio de Janeiro foi capital do Brasil do vice-reino, do Império e da República entre 1763 e 1960.

os campinenses podiam ainda visualizar animais na rua, ruas estreitas no centro, da cidade a sua fisionomia não estava adequada segundo os letrados da época.

Ao pensar nas sensibilidades com o advento do moderno e o modo que os olhares da elite política letrada da época expressa que não busca recuperar leituras e histórias e práticas diversas e sim oculta formas de viver e usufruir da cidade segregando e elegendo lugares. A pretensão de transformar a cidade em um ambiente moderno e civilizado, segundo os padrões da época nortearam inúmeras mudanças na cidade virando práticas múltiplas, assim compreendidas pelos seus moradores.

Dando o pontapé na reforma urbana como um dos seus empreendimentos Vergniaud Wanderley nascido em 1905 em Campina Grande filho de Vigolvino Pereira Monteiro Wanderley foi prefeito da cidade por duas gestões, a primeira de 1936 a 1937 e a segunda de 1940 a 1945. Foi o homem que literalmente estreou a reforma e iniciou o “bota abaixo” o que era considerado velho da cidade foi destruído e construído algo novo sob padrões estéticos modernos.

Segundo Silveira (2014, p.25) “Entre as décadas de 1930 e 1945 o prefeito desapropriou e deu ordens de ”bota-abaixo” a centenas de casebres, casarões, igrejas, armazéns, que ficavam situados no centro da cidade”. Tudo que fugia dos padrões e impedisse seu plano de deixar à cidade moderna foi ao chão. Além de articular uma totalidade de mudanças arquitetônicas, implicaria uma ampla reforma social.

Compreendendo as políticas públicas como processos de legitimação de poder e manutenção do domínio Vergniaud Wanderley¹⁰ iniciou-se a reorganização urbanística, levando em consideração o “código de obras¹¹” elaborado anteriormente, com o objetivo de calçar ruas e abrir avenidas, entre estas a conhecida avenida chamada Floriano Peixoto.

As ruas centrais das imediações do centro de Campina Grande foram modificadas. Sousa (2001, p.33) aponta como exemplo a antiga rua da floresta ou rua do Rói couro popularmente conhecida na época (rua coronel João Lourenço porto, posteriormente rua 4 de outubro, rua Juvino do Ó) nela se concentrava parte dos prostíbulos da cidade foi logo iniciada a retirada dos cabarés para “higienização da área”.

¹⁰ Inspirado no processo de urbanização do Rio e São Paulo e com ideais propostos por reformas sanitárias com objetivo de saneamento, higienização da cidade para a consecução de saneamento e embelezamento da cidade.

¹¹ O código de 1928 dividia a então cidade da Parahyba em zonas urbana, suburbana e rural. No perímetro urbano, era proibida a construção de casas de taipa e de palha. No suburbano, as de taipa eram permitidas, desde que oferecessem “agradável aspecto e ótimas condições de segurança e higiene, tendo coberturas de telhas e paredes revestidas e caiadas interna e externamente” (PARAHYBA, 1928, p.4).

O mesmo se repetia na Rua Marquês do Herval, que tinha como agravante a proximidade com o cemitério das Boninas e com a “Empresa de Luz”. Em frente a essa empresa, na batizada travessa da luz, prostitutas depunham contra a moralidade e os sentidos estéticos e higiênicos dos que se esforçavam pelo embelezamento da urbe, pois habitavam em casebres de taipas.

A busca de transformações dos lugares e reconstituição do que era a área central da cidade era mais do que reconstituir os espaços era também recuperar as mudanças de sentido, função e uso que os seus territórios assumiam. Segundo Navarro, (1983, p.147-148) “Na verdade as políticas sociais que servem aos interesses da classe trabalhadora podem ser adotadas consecutivamente para benefício dos interesses da classe dominante”.

A reforma urbana que surge como projeto de urbanização, modernização, embelezamento e saneamento para cidade surgem, sobretudo, como parte de estratégias¹² do campo político e social para dominação e controle social dos operários, trabalhadores das classes mais abastardas.

Vale salientar que neste período monumentos que compunham a paisagem foram destruídos. Vergniaud incentivou ou ordenou a derrubada de várias antigas construções da área, com exceção do prédio do Telégrafo Nacional, hoje Museu Histórico, um dos poucos prédios remanescentes da primeira metade do século XIX na cidade. A cidade foi constantemente modificada acarretando mudanças em sua arquitetura urbana. Podia-se ler nas páginas do jornal local O Rebate datado em meados de 1935 o seu projeto por intermédio do DECRETO n.º 51:

(...) O Prefeito...

— considerando que Campina Grande apesar de ser uma cidade bastante adiantada, distancia-se, porém, das outras cidades importantes do país, pelo seu aspecto material, pois as construções e reconstruções em suas principais ruas são geralmente feitas de um só pavimento;

— considerando que o poder Público tem o dever de interessar-se pelo embelezamento da cidade, pois, é ele inquestionavelmente que impressiona os que nos visitam;

— considerando que para isso é preciso obrigar-se que as construções e reconstruções nessas ruas sejam de mais de um pavimento (...).

DECRETA

¹² Essas estratégias articuladas nos discursos de sanitaristas, higienistas, engenheiros com preceitos de moderno que destrói patrimônios são símbolos parte da memória histórica e social da população e buscam construir um modelo de aprisionamento e controle de comportamento que exclui e denuncia práticas sociais vista como desviantes / anormais aqueles que não se encaixavam nos “padrões” naquilo que é desejado. Foucault (2006.)

Art. 1 — Nas ruas João Pessoa até Major Belmiro Barbosa Ribeiro, Marquês do Herval, Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales e Cardoso Vieira e nas Praças João Pessoa, do Rosário e Praça Epitácio Pessoa, as construções e reconstruções só serão permitidas de mais de um pavimento (...) (Sousa, 2003, p.1).

Com empenho pelo moderno, foram utilizado mecanismos de segregação, mantendo as velhas hierarquias construindo um imaginário negativo nas formas de trabalhar, habitar e viver na sociedade ao detectar práticas culturais, prédios e símbolos, patrimônios sociais no centro da cidade que remontem ao popular estes gradativamente foram destruídos e ocultados. Com a elaboração de políticas públicas que interferiram no cotidiano e buscou transformar e adequar o centro da cidade tornando canais de acesso dos privilegiados.

O abastecimento de água sentiria também as transformações da urbs moderna, representando um dos principais problemas enfrentados pela população. Foi parcialmente resolvido em 1937 com a construção da Barragem de Vaca-Brava na cidade¹³ de Areia-PB e o assentamento do primeiro tubo do serviço de água e esgoto.

Para além de limpa e saneada a cidade teria que também ser hospitaleira, seria então construído em 1938 o Grande hotel¹⁴, com arquitetura requintada e com função de abrigar e atrair interesses das classes dominantes, sobretudo, comerciantes que necessitavam de contato com seus pares sob a custa da derrubada de casas populares para construir hotéis de luxo.

Com a reorganização urbana as ruas já “saneadas” não podiam mais ser confundidas com becos, estas foram então renomeadas. Sousa (2001, p.39) aponta que a rua da emboca passaria ser chamada de Peregrino de Carvalho, sendo necessário a realocação e a remoção de zonas de meretrício, a rua grande (Maciel Pinheiro) transformaria em rua eminente comercial. A manutenção da higiene popular e tentativa de evitar a “promiscuidade”, a desordens físicas e morais era evidente.

É importante percebermos que renomear as ruas e praças não é um mero ato político distante do cotidiano é um processo de disputa no campo da memória. No ato de nomeação dos logradouros centrais de Campina Grande, Paraíba, na primeira metade do século XX este processo passa pelo campo da disputa da “memória dominante” do lugar.

¹³ Anteriormente o abastecimento dependia de águas trazidas nos lombos dos animais, essa prática passaria a ser considerada incompatível com o progresso. Vale salientar que esse benefício não atendia a todos e a população pobre para ter acesso esse líquido essencial e precioso dependia da compra nos chafarizes ou nas poucas residências que tinha condição de instalar tubulações hidráulicas.

¹⁴ Construção que caracterizou espécime exemplar da modernização planejada e em parte trazida por Wanderlei, que passou a abrigar algumas secretárias e a Prefeitura Municipal que atualmente encontra-se em estado crítico, com grave falta de manutenção, apresentando em seu entorno uma rede de proteção. Localizado no centro da cidade na Av. Mal. Floriano Peixoto.

Assim lutas são travadas entre a cultura popular e eruditas, os moradores da cidade sentiriam mudanças em seus espaços, viram os prédios sendo desapropriados, destruídos e as ruas centrais serem alargadas e pavimentadas para facilitar a locomoção, sobretudo de automóveis com início da popularização desse meio de transporte.

Podemos observar no século XX em Campina Grande a busca pela transformação urbana, a presença de iluminação pública, tráfego de veículos, a construções de edifícios públicos e particulares, o calçamento das ruas e avenidas “melhorias” atribuídas à gestão política da cidade. A limpeza passa ser indispensável em uma cidade moderna para eliminar focos de doenças, para seu embelezamento. Deste modo, a política de assepsia tinha como objetivo canalizar a limpeza, bem como eliminar todos os resíduos indesejados da sociedade burguesa.

A gestão do prefeito Wanderley é marcada com seus feitos e desfeitos, um realizador de mudanças sociais, urbanistas e arquitetônicas que substituiria a imagem de provinciana da cidade pela imagem de uma cidade moderna. Em uma entrevista publicada no Diário da Borborema de 1979 como observa abaixo na figura 05, o realizador da reforma fala sobre qual era sua perspectiva para desenvolvimento da cidade que vislumbrava até a hipótese de Campina tornar-se a Capital do nosso Estado.

Figura 5 - Entrevista de Vanderley de 1979



Fonte: <https://cgretalhos.blogspot.com/2009/08/vergniaud-wanderley.html> (Anexo A)

Deixando as marcas para posteriores de sua administração, Wanderley iniciou o enquadramento cidade nos moldes modernos. Mas ao pensar a reforma em nível nacional, na era Vargas havia a necessidade de redefinir os espaços ligados aos interesses centralizados que visavam construir uma imagem unificada do país.

O processo de transformar as cidades em urbs modernas, progressistas digna da classe burguesa seria reconstruída sob desapropriações, destruições arquitetônicas e pessoais e afetivas da população com espaços, construindo novos espaços como consolidação de uma nova ordem. Veras (1988, p.20) evidencia que:

O novo modelo de cidade de que se pretendia erguer dispensava a estética rural e provinciana para dar lugar a alvenaria e as linhas retas resultante dos traços do tijolo. Claro que agora não se podia mais extrair barro dos arredores e erguer uma casa: era preciso agora plantas arquitetônicas.

Interferindo no cotidiano de centenas de habitantes, a cidade pulsa e se contorce em meios às engrenagens do moderno. Essa mitificação do progresso viabilizava e justificava e mascara os interesses da elite local em que a estética burguesa dita o que é permitido.

As transformações arquitetônicas acarretadas pela reforma urbana atingiram mocambos, prostíbulos e oligarquias locais agrárias principalmente aqueles que residiam na Maciel Pinheiro com as demolições de antigos casarões que abrigaram por séculos famílias tradicionais quando não era demolida tiveram que reformular as fachadas dos imóveis que antes imprimiam com toque personalíssimo dos habitantes, teria que remodelar a duro golpe com urgência. Em meio às desapropriações, sem seu lugar, sua habitação a população pobre foi deslocada para periferia.

A rua grande “A Maciel Pinheiro” foi significadamente modificada com o bota a baixo, a rua da elite, dos grandes comerciantes, de destacados fazendeiros, políticos locais. Essa artéria vendia a imagem de eldorado amplo se prestava como cartões postais do progresso da cidade. (ver figura 06).

Figura 6 - Rua Maciel Pinheiro no ano de 1930



Fonte: Sousa (2001)

A Rua Grande (atual Maciel pinheiro) como parte do corpo citadino era um lugar de sociabilidades, de trabalho, lazer de encontros e desencontros em suas praças, as animadas charangas de campanhas eleitorais, uma rua comercial e social onde o patrimônio local edificado em estilo colonial foi demolido e construído sob os moldes do estilo *art déco*.

Os espaços que destoavam da modernidade precisavam de uma delimitação. A feira teria que ter um lugar próprio, a cadeia do centro da cidade foi demolida, não podia ser permitida essa repartição no centro da cidade para noção de civilidade, as ruas a margem do açude velho foram desapropriadas, becos foram fechados.

O corpo da urbs moderna precisava ser curado, seus usos separados, suas ruas pavimentadas e drenadas, seus lixos e esgotos devidamente coletados, sua água tratada, seus charcos aterrados, suas habitações ditas insalubres reformadas ou demolida. Os territórios ligados a pobreza e tudo o que os compunham foram associados a doenças, promiscuidade e imoralidade; eram considerados berços das epidemias¹⁵. Visto como ameaça para as atividades econômicas e promotoras do atraso do município, as originalidades arquitetônicas da cidade foram gradativamente apagadas na marcha rumo à civilização.

Os sentimentos e afetos são desconsiderados, os nomes das ruas ao serem alterados e substituídos com a reforma tiram as marcas e as lembranças e a ocupação dos espaços. A população sofre um sentimento de desenraizamento de perda cultural e patrimonial, perda de

¹⁵ Parafraseando Barata (2000) a população temia, sobretudo, a cólera-mobus que vitimou dez por cento da população em meados de (1856), a febre amarela em (1850), a Gripe espanhola (1918) entre outras doenças.

uma identidade de memória e assim surge a construção de novas identidades já integradas à modernidade. Segundo Oliveira (2012, p. 1), “Pensar a história de Campina Grande é pensar no cotidiano de homens e mulheres que transformaram esta cidade na ‘Rainha da Borborema’, em ‘Grande’”. Assim, negligenciar a memória e feitos históricos desses sujeitos é descuidar da própria História da cidade.

Deste modo, surge a importância de resgatar a diversidade de experiências e projetos das camadas populares uma vez que estes sofrem com objetivos dos projetos de diluir de grupos dominantes sob a ótica de argumentos e dominações ideológicas das elites. A busca de espaços de sociabilidade cotidiana como cerne da experiência e confronto.

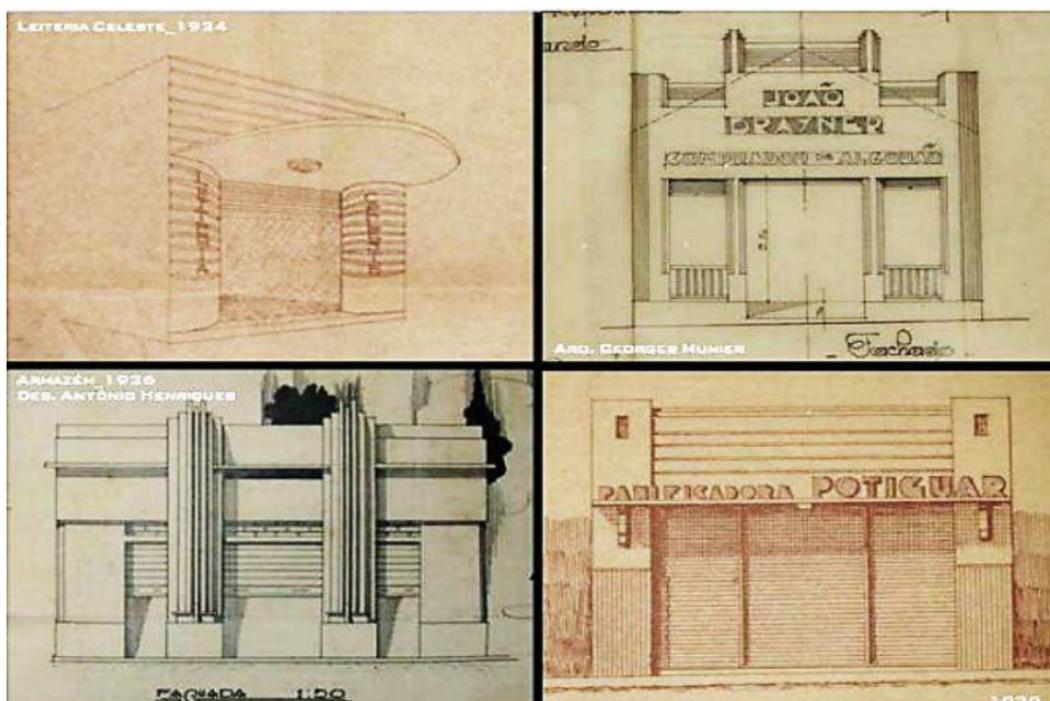
Tais deslocamentos vinculados ao conceito de modernidade intimamente ligado ao progresso sempre a uma relação com o anterior com o passado que logo mais é visto como retrógrado de menor evolução. Entre as décadas de 1930 a 45 Campina Grande passou por intensa e fugaz reformulação. Segundo Veras (1988, p.40.), “A cidade se transforma com velocidade; como a paisagem vista pela Janela do trem, causa vertigem, impressiona, deixa pra trás tradições e hábitos”.

As novas concepções urbanísticas não só abriu ruas, higienizou, encanou água e esgoto, mas também demoliu quarteirões e área central da cidade sendo reconstruído sob moldes do estilo e modelo arquitetônico em art. déco que passou a ser símbolo e estilo próprio da modernidade campinense. Neste caso, enquanto estilo próprio deste apogeu como podemos observar na figura 07, logo se estendeu na cartografia da cidade.

Assim, edificações que até os primeiros anos da década de 1930, era térrea, sem recuos em relação aos limites frontal e laterais do lote e possuía cobertas simples, de duas águas paralelas ao alinhamento da rua com estética e arquitetura coloniais vieram ao chão e com a reforma urbana as construções residenciais e as reconstruções trouxeram outras estéticas arquitetônicas (*Art Déco*).

As influências art déco se ligam a: composição simétrica ou tripartida (em base, corpo e coroamento escalonado); acesso centralizado ou valorizando a esquina; predominância de cheios sobre vazios; articulação de volumes geometrizados e simplificados (varandas semiembutidas) ou sucessão de superfícies curvas (aerodinamismo); composição com linhas e planos, verticais e horizontais, definidos e contrastados como podemos observa na figura 08:

Figura 8 - Projetos em estilo Art Decó em Campina Grande



Fonte: Queiroz, apud Afonso e Araújo, 2015.

Surgiram habitações com jardim frontal e seguiram todas as normas de higiene, com os devidos recuos e aberturas para a entrada de ar e luz nos seus interiores. Com exceção, a Casa de Câmara e Cadeia (Atual museu histórico e geográfico), construída em 1814, o patrimônio com características da arquitetura colonial que mesmo com a descaracterização sofrida para a incorporação de ornamentação eclética conservou sua estrutura original.

Vale salientar, que foi apenas nos anos 1930 que se estabeleceu o primeiro escritório de arquitetura em Campina Grande, embora arquitetos tenham atuado em momento anterior

na cidade, como o italiano Hermenegildo di Lascio que (projetou o Grupo Escolar Sólon de Lucena inaugurado em 1924).

Assim, para ter um maior controle das construções e reformas das áreas urbana e suburbana e que estas fossem planejadas por profissionais vinculados aos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura abrindo o mercado para a fixação de arquitetos, desenhistas e engenheiros na cidade. Isso representou não apenas rupturas nas soluções técnicas, espaciais e construtivas no comum das edificações de então, mas também colaborou para o desenvolvimento dessas novas linguagens estético-formais.

2.3 ESTILO ECLÉTICO E NEOCLASSICO

O conjunto de mudanças arquitetônicas em Campina Grande, sobretudo, não chegam a constituir ruptura (vale destacar que a Art Déco foi mais incisiva / um ruptura), mas, em grande parte, houve uma continuação das formas anteriormente vigentes de produção de arquitetura e espaço urbano. Trata-se de uma realidade perceptível especialmente na dubiedade da incorporação do ecletismo¹⁶.

As manifestações ecléticas em voga no Brasil predominam na configuração formal da arquitetura presente na região central de Campina Grande. O movimento, que vive seu ponto culminante nas transformações urbanas do Rio de Janeiro entre 1903 e 1930, chega a Campina Grande através do intercâmbio cultural com centros maiores, como Recife ou como a Cidade da Parahyba, capital do Estado.

Com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, no princípio do século XIX, Pernambuco passou a se referenciar na cultura dos países mais “desenvolvidos”, notadamente Inglaterra e França, “constituindo-se em portão aberto à crescente europeização”, inclusive no que refere ao ecletismo.

Deste modo, as manifestações formais ecléticas se estabelecem rapidamente no gosto popular campinense, aparecendo tanto nas casas mais simples como nas de maior porte, no curto período desde sua introdução no final do século XIX. Carvalho; Queiroz (2006, p.6) compreende as manifestações eclética:

Aquelas construções que combinam, sem regras definidas, uma mistura de ornamentações, próprias de diversos tempos e lugares, em um mesmo edifício, numa verdadeira liberdade criativa que tenta personificar cada construção. Na Paraíba, trata-se da tendência dominante desde o fim do século XIX até as primeiras décadas

¹⁶ Chamamos aqui de ecletismo as construções que combinam, sem regras definidas, uma mistura de ornamentações, próprias de diversos tempos e lugares.

do século XX, que se manifesta na profusão de relevos decorativos em argamassa, nas platibandas recortadas e nas composições de fachada mais complexas.

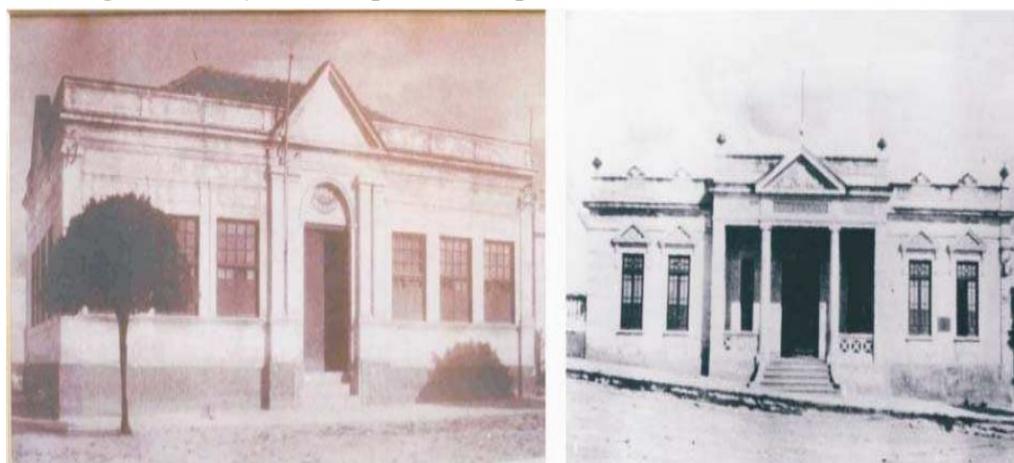
O que se observa é que nas áreas novas surgem exemplares que continuam repetindo as influências classicizantes, em meio às manifestações ecléticas. Ao mesmo tempo, estas também estão presentes nas áreas mais antigas, seja em prédios novos ou reformados. Havendo uma predominância de implantação e cobertura coloniais, de edificações térreas e equilíbrio entre as manifestações classicizantes e ecléticas. Espalhados, encontram-se alguns sobrados e residências com recuos.

O ecletismo sob influências da segunda Revolução Industrial, com a produção em massa dos materiais de construção (generalização da construção com tijolos cozidos, ornamentos pré-fabricados, coberturas com telhas tipo Marseille, complexas e com muitas águas, utilização da madeira serrada e instalação dos primeiros banheiros com água corrente) e a alteração das técnicas construtivas pela presença da mão de obra dos imigrantes.

Já arquitetura neoclássica é um estilo arquitetônico que promoveu, entre os séculos XVIII e XIX, um retorno às formas da cultura greco-romana da Antiguidade. O neoclassicismo, que englobou também a literatura, a escultura e a pintura, buscava fazer uma oposição ao barroco e ao rococó, movimentos que privilegiavam o rebuscamento e a complexidade, valorizavam pórticos com colunas, cúpulas, fachadas retas, colunas gregas que se fez presente em algumas construções cidade com suas singularidades.

Percebe-se a associação entre o uso institucional e as referências clássicas, com destaque, considerando as limitações da cidade, para o Paço Municipal (obras iniciadas em 1877). Neste prédio, existe a preocupação com a leitura do volume claro e independente, bem como com a criação de dois eixos de simetria ortogonais em planta e o Grupo Escolar Solon de Lucena (construído em 1924). Com composição mais rebuscada, associada ao ecletismo em sua construção possui elementos de manifestações ecléticas e neoclássicas, por exemplo, as colunas em sua fachada como podemos observa na figura 09.

Figura 9 - Paço Municipal e o Grupo Escolar Solon de Lucena



Fonte: Carvalho; Queiroz (2006, p.13)

Ao volta-se a realidade perceptível especialmente na dubiedade da incorporação do ecletismo e nas mudanças mais profundas no quadro arquitetônico, presente na cidade e seus usos distintos (comercial, institucional, residencial) no espaço urbano acrescido das misturas entre classes sociais.

A produção arquitetônica penetrou nas mais variadas camadas sociais campinenses, foi apropriada através de várias leituras, ganhando contornos, sendo ditado por uma parte da elite que tinha acesso aos meios materiais e culturais promotores das realizações mais elaboradas que atribuem a estilos arquitetônicos presentes na cidade anteriores a 1930, sobretudo, ao visual de uma incompatibilidade com uma cidade que quer ser “civilizada”, cosmopolita, moderna formando de um saber intimamente relacionado a um poder de normalização, de limpeza social/estrutural.

Deste modo, durante as décadas de 1930 a 1940, levou à intensificação de ações por parte dos poderes públicos municipal e estadual, pautadas nos ideais de higiene, circulação e embelezamento, responsáveis pela expulsão da feira, destruição patrimonial, expulsão das prostitutas e de parte dos pobres, dos deficientes, dos “anormais” da região central.

Estas reações ocorrem porque tudo que é “diferente”, que foge à norma que é anormal ameaçava a frágil estabilidade social e busca pela modernidade. As pessoas consideradas anormais, ou desviantes, “perturbavam” o imaginário da urb. Esta relação de poder de corpos “normais x corpo anormais” é reflexo de um passado histórico ainda bastante atual, encoberto apenas pelo discurso da oportunização e da acessibilidade. Foucault já nos chama atenção em sua obra *Os Anormais* (2002) de como essas relações podem desdobrar-se em locais de poder a favor da hegemonia da norma.

Contudo, à incessante corrida por novos símbolos de modernidade vinculados aos interesses do mercado, da política e economia fez com que grande parte da história arquitetônica e patrimônios desaparecessem em meio aos concretos da reforma, principalmente no centro da cidade. Essa postura rompe os elos com o passado. Uma edificação histórica que vai ao chão é parte da história de um povo (de uma época) que desaparece sem deixar vestígios.

O Patrimônio Histórico e Cultural constituído por bens materiais e imateriais são impregnados de um valor simbólico para a comunidade e quando este não é preservado pelos poderes constituídos ao longo do tempo se configura a perda de um signo de memória. Assim ao compreender que a preservação do patrimônio não é um ato de barrar o progresso, deve-se desenvolver nestes locais atividades sustentáveis que preservem traços do passado e possam naturalmente abraçar o futuro.

O conjunto patrimonial campinense se apresenta não apenas como perpetuador da memória, mas também do esquecimento oficial. A exclusão, a reformulação (reforma urbana-arquitetônica) dos patrimônios atinge não apenas os excluídos, mas remete toda sociedade à idealização do passado como um tempo desprovido de contradições e diferenças.

Além disso, à exclusão patrimonial não permite a reflexão sobre as relações hoje vigentes na sociedade, relações de conflitos reafirmando igualdades idealizadas e camuflando conflitos. O Patrimônio de uma cidade constitui-se em um legado étnico, natural, cultural, social, material, imaterial, atrelado a um lugar específico e a uma temporalidade, denota as transformações pelas quais as sociedades passaram ao longo do tempo.

Caracterizado essencialmente pela carga simbólica que o acompanha, o patrimônio é um artifício de legitimação da história e da cultura de um lugar que lega criações históricas, produtos de experiências particulares de homens e mulheres no seu contexto e tempo de vivência. Segundo Françoise Choay (2006, p.11):

Patrimônio histórico é uma expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituindo pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes aplicadas, trabalhos e produtos e de todos os saberes humano.

Ao trazer esclarecimentos e indagações sobre questões tais como a utilização dos espaços, a apropriação do patrimônio e a necessidade de adaptar para novas formas de utilização dos bens patrimoniais. É trazer ao Clio a preocupação com as sensibilidades, pela evocaria do vivido, reconfigurado pela presença do sentimento (Pesavento, 2005, p.12).

O processo de sensibilização em relação ao sentido do conhecimento histórico é essencial na compreensão do passado para compreensão da sociedade. Assim, fundada nas experiências e sentidos da vida, principalmente dos grupos que foram esquecidos pela historiografia tradicional, a memória torna-se fator de identidade e valorização da cultura dos mesmos.

Contudo, os projetos que tinha seu ancoradouro o binômio progresso e civilização ancorados em políticos têm seus sistemas de significações, ideologias que permitem subordinam a suas estratégias, atos e acontecimentos sociais que são por eles influenciados. Araújo (1999) reportou-se a higienização e desodorização do espaço da cidade de Campina Grande analisando que:

"(...) no discurso desenvolvimentista-modernista elementos fundamentais para a força de decretos expulsar das artérias centrais da cidade os homens pobres, mendigos, loucos, doentes e prostitutas, tudo que no imaginário da elite local representava sujeira e desordem". (Araújo, 1999:19).

Observa-se que no contexto da organização sócio-político-econômica associava-se ao conjunto de crenças religiosas e metafísicas, na determinação do tipo de relação que a sociedade mantinha com o diferente. Na reforma urbana não há qualquer evidência de esforços específicos ou organizados para se providenciar a inclusão na sociedade e sim a exclusão e afastamento da urb.

Esta marginalização dos “anormais”¹⁷, dos deficientes, do sujeito, considerado “desqualificado” e, portanto, era, para as instituições detentoras de poder, um afastamento dos transgressores da lei, envolvendo todo um grupo de pessoas responsáveis por identificar, julgar e classificar estes indivíduos a serem direcionadas às áreas periféricas.

Assim, as políticas de “limpeza urbana” de embelezamento apresentadas até no século XIX e início do século XX, havia uma dimensão de repulsa à diferença. Qualquer pessoa doente, desfigurada, mutilada ou deformada de qualquer maneira, de modo a ser desagradável ao olhar ou objeto de repugnância, e tinha que se manter longe do centro da cidade.

Deste modo, o nascer e existir como deficiente acaba excluí-lo ou segregá-lo, descapacita, desumaniza o ser nascido com alguma forma de deficiência. De acordo com a Foucault, era, em sua origem, uma subversão, pois contra natural, contra biológico, contra cosmológico, contra religioso, contra jurídico, desqualificaram e desumaniza-o, tais instâncias de poder.

¹⁷ Entre os monstros, os anormais incapazes, do ponto de vista das instâncias de poder, lista Foucault o “leproso”, o “pestilento”, “o masturbador”, o “homossexual”, o “déspota”, o “incestuoso”, o “obcecado”, o “perverso”, o “imbecil”, o “coxo e outras aberrações” Foucault (2002).

Em seu discurso Foucault, refere os “monstros humanos” aos sujeitos com múltiplas formas de deficiência física, mental ou intelectual tais indivíduos, historicamente considerados “monstros humanos”, foram segregados ou excluídos do sistema jurídico, que os colocou, em todo o evoluir histórico, até o século XIX, à margem do quadro de normalidade jurídica.

Ao voltar-se ao paradigma da deficiência e suas restrições de participação social, a Lei Brasileira da Inclusão das Pessoas com Deficiência – LBI, Lei nº 13.146, de 2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, definiu no art. 3º as barreiras como sendo quaisquer entraves, obstáculos, atitudes ou comportamentos que limitem ou impeçam a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança. Estabelecendo seis tipos principais de barreiras: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, atitudinais e tecnológica.

Ao considerar a tese de Lefebvre de que “a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso” (Lefebvre, 2006, p.06), refletir sobre as formas e estruturas da cidade bem como as necessidades sociais inerentes a sociedade urbana e o discurso de modernidade é repensar nos “excluídos da história”, é refletir a relação da sociedade com a pessoa com deficiência e usufruto da cidade dos bens culturais.

Apresentando a cidade como sendo a “projeção da sociedade sobre um local”, ou seja, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pela a prática social, referindo-se especificamente ao direito ao trabalho, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, mobilidade dentre outros. Lefebvre (2001) insere o direito à cidade entre os citados, esclarecendo que se refere “não à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontros e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses locais” Lefebvre, (2001, p.139).

Assim refletir sobre arquitetura moderna que encontrou um terreno fértil para sua emergência e difusão, ganhando status de progresso, arrojo e civilidade. E analisar sua inserção no cenário local e perceber se ao longo do tempo tais reformas urbanas, os patrimônios instituídos na cidade foram capazes de nortear e aferir a prestação de direitos às pessoas com deficiência no ambiente citadino ou foram excludentes.

Uma vez que acessibilidade das pessoas com deficiências aos bens integrantes do patrimônio cultural brasileiro integra o direito à memória, fundamentado na Lei Federal

10.098/2000, que estabelece normas gerais, critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tratando inclusive dos bens de valor histórico.

Democratizar o acesso à memória e sua materialidade inscrita é fundamental porque corresponde à necessidade individual e coletiva de afirmação e de conhecimento atuais do passado, para formar a identidade do indivíduo e dos grupos sociais.

Dessa forma, entende-se a necessidade de uma abordagem que permita a compreensão sob o ponto de vista de diversos atores sociais sobre o sentido do bem cultural, como alternativa eficiente para ampliação do conhecimento e para envolver a sociedade, visto que esta é a “melhor guardiã do patrimônio cultural” (Magalhães, 1995).

3 A DEFICIÊNCIA E SUA INSERÇÃO NA DISCUSSÃO SOBRE INCLUSÃO E SOBRE PATRIMÔNIO

Este capítulo vai trabalhar a progressão conceitual e social, histórica sobre inclusão, como à discussão sobre inclusão era apresentada na época em que os museus foram construídos, como ocorre a discussão entre patrimônio e acessibilidade e os possíveis caminhos metodológicos.

3.1 O PENSAMENTO SOBRE DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO AO LONGO DA HISTÓRIA.

Ao decorrer da história da humanidade, a visão sobre a deficiência foi socialmente e historicamente construída. Deste modo, em cada momento histórico as atitudes frente às pessoas com deficiência foram vivenciadas de modo distinto, dependendo da cultura, do acesso à informação, crença, convicções e entendimentos.

Na antiguidade, onde atividades como artesanato, agricultura e pecuária se sobressaíam e os senhores eram os donos das terras, os indivíduos que nasciam com alguma deficiência eram abandonados até a morte. Segundo Aranha (2008, p.12) “a deficiência, nessa época, inexistia enquanto problema social, sendo que as crianças que apresentavam deficiências imediatamente detectáveis, a atitude adotada era a da “exposição”, ou seja, o abandono ao relento, até a morte”. Assim em sociedades como Esparta e de Roma Antiga, possuía leis que autorizava os patriarcas a matar seus “filhos defeituosos”.

Durante o período medieval, o mundo europeu deparou-se com constante crescimento urbano, recursos escassos, sem infraestrutura. A população tinha medo das grandes epidemias que devastavam a Europa e deixavam sequelas nos sobreviventes como a hanseníase, difteria, influenza, peste bubônica. Deste modo, as pessoas com deficiência por alguns eram considerados criaturas malignas, sinais da ira celeste ou Castigo de Deus tornando a benzedura e os ritos de misericordiosos e o exorcismo uma prática comum. Segundo Aranha (2008) a concepção de deficiência passou a ser de natureza religiosa, ora demoníaca, ora expiada da culpa.

Nas tradições judaico-cristãs às pessoas com deficiência era renegado o direito de participar da vida religiosa, de entrar nos templos e de participar dos cultos, os “deformados” e os “impuros” estavam destinados à pobreza e marginalidade sendo isolado da religião e do convívio social, porém não excluído da vida, não podia ser sacrificado/morto.

Com o advento do cristianismo, as atitudes com as pessoas com deficiência tinham um caráter ambíguo de proteção, caridade, segregação, ou seja, continuavam sendo ignoradas à própria sorte, dependendo da boa vontade e caridade humana. Segundo Gugel (2007), Jesus Cristo foi o primeiro a romper a relação existente na tradição judaica entre deficiência e pecado. A mudança de Paradigma fomentou a criação da instituição da sociedade e a caridade.

Portanto, a pessoa com deficiência ganha status de humano de um ser racional possuído de alma, sendo assim não aceitável a extermínio. Segundo Aranha (2008, p.66), “sua custódia e cuidado passaram a ser assumidos pela igreja e família, embora não haja evidência de esforços de lhes prover acolhimento, proteção, treinamento ou tratamento”.

Assim pelas noções da tradição cristã os pobres, doentes não estavam desvinculados da sociedade, a doença e tudo que o envolvia como nas casas de caridade e hospitais tornaram-se uma das preocupações e fontes de renda da Igreja. No entanto, “os monstros”, “deficientes” e “deformados” não eram considerados doentes e não eram abrigados a casas de caridade que tinham como prioridade atender enfermos e a população acometida pelas epidemias. Neste período a população marginalizada, os deficientes eram encarcerados em casas e em hospícios a exemplo as Casas de Deus (Masion Diew, Hotel-dieu) na França criada em 542 D.C.

As ações de caridade e criação de hospícios e hospitais ocorreram simultaneamente ao desenvolvimento das ciências em especial a medicina que ganha um novo impulso a partir do século XVII. Em meados de 1656 em Paris é criado o Hospital Geral, instituição cujo objetivo era acabar com os pedintes e retirar das ruas a pobreza, a miséria e limpar a cidade. Segundo Aranha (2008, p.66) “Começam a surgir os primeiros hospitais psiquiátricos, como locais para confinar, mais do que tratar, os pacientes que fossem considerados doentes, que estivessem incomodando a sociedade, ou ambos”. Assim evidencia que os hospitais eram um lugar de trabalhos forçados, uma prisão que tinha a internação como uma solução.

Entre o fim do século XVIII e início do XIX surgiram instituições de treinamento de “surdos” e “cegos”, em simultaneamente maior parte dos “aleijados” era confinada em asilos e obrigada em realizar em trabalhos forçados. O que expõe as políticas de “Limpeza Urbana” toma o caráter e dimensão de repulsa a diferença, qualquer pessoa com deficiência, de modo que a ser desagradável ao olhar ou objeto de repugnância deveria ser evitada nas ruas e nos locais públicos na cidade. Segundo Ferreira (2005, p.93) foi criado “o código municipal de Chicago e foi copiado ou adaptado por diversas cidades americanas e ficou conhecido como:

As leis dos feios ou feias (The Ugly Laws)”, uma maneira de afastar e ocultar as pessoas com deficiências e mendigos, sobretudo.

Vale destacar, com o fortalecimento dos meios de produção capitalista, os indivíduos passaram a ser vistos como essencialmente diferentes com a legitimação das noções de desigualdade, bem como valores de dominação e do direito de privilégios aos produtivos e mantenedores do sistema os não produtivos continua sendo enxergado negativamente. Deste modo, a responsabilidade pública pelas necessidades das pessoas com deficiência começa a desenvolver-se.

A população excedente dos meios produtivos permanece marginalizada sem oportunidades reais a mudança, multiplicou-se nesse período as leituras sobre deficiência. No Brasil até a chegada da Corte em 1808 assemelhava-se a condição da Europa durante a Idade Média, ou seja, “indigente”, “aleijados”, “cegos” e “loucos” podiam circular com liberdade. Porém viviam marginalizados em estado de miséria.

Enquanto Instituição da caridade no Período Colonial perdurou assim, os pobres, “aleijados” foram recebidos na Colônia por ordens religiosas. Entre meados em de 1808 com chegada a corte “vadios”, “aleijados” e criminosos foram coagidos a servirem aos interesses da Coroa Portuguesa. Instaurando as Políticas de Limpeza urbana foi chegando a tona em 1831 com a criação pelo Regente Feijó (Diogo Antônio Feijó) de uma tropa para fazer a “limpeza” da rua os “miseráveis e vadios” entre eles idosos, homens cegos, “aleijados”.

Com o desenvolvimento da psiquiatria no Brasil o número de instituições para o tratamento de pessoas com deficiência aumentou, bem como, alterou-se o conceito de deficiência entre 1872 em 1890, inicialmente estavam alinhados a alienados a dementes e posteriormente não se compõem a categoria de deficientes em razão de serem consideradas doenças curáveis pela medicina moderna. Em 1852 foi construído o Hospício Dom Pedro II na cidade do Rio de Janeiro que recebeu como internos para tratamentos homens e mulheres, considerados loucos ou em surto. Embora tenha sido um avanço nas concepções há controvérsias nos tratamentos, pois as internações continuaram com única alternativa para diversos tipos de “anomalias” e deficiências tendo como tratamento a medicação e exclusão social como podemos observar na figura abaixo:

Figura 10 - Jornal da União de caso relatado pela polícia de 1895

A policia poz-se á caça do cro-
tomano e miseravel desorelhador,
prendendo-o por fim hontem. E'
um tal Maire, doido perigoso, que
tem a mania de saber curar todas
as doenças. Mas no entretanto não
é tão doido que, para despistar a
policia, não tivesse ultimamente
procurado disfarçar-se, logo depois
do crime, mudando de barba e de
fato.

Tentou negar tudo diante do
rapaz a quem elle cortou as ore-
lhas, mas as testemunhas todas
confirmam as acusações da victi-
ma. O miseravel personagem vai
ser encerrado n'um hospital de
doidos por toda a vida, porque se
trata de um allucinado perigoso,
que não poderá nunca andar em
liberdade pelas ruas.

Fonte: [A União : Órgão do Partido Republicano do estado da Parahyba \(PB\) - 1893 a 1899 - DocReader](#)
[Web \(Anexo B\)](#)

Neste caso podemos observar a terminologia e o trato com a deficiência neste período, a pessoa com deficiência é desumanizada e vista como alguém/algo a ser excluído, ocultado, um criminoso, um monstro, alguém que deve ser afastado da sociedade e deve ser privado da liberdade, “doido” ao ferir alguém em momento de crise em “alucinação” e privado seus direitos.

No início do século XX, houve desenvolvimento de hospitais e instituições para internação e o tratamento de deficientes mentais e o surgimento de instituições de ensino para cegos e mudos no Brasil, seguindo o desenvolvimento de políticas e conceitos em nível mundial. Os conceitos de deficiência em decorrência das mudanças sociais foram evoluindo, assim como as conquistas alcançadas.

Embora, nas construções e projetos arquitetônicos não se projetava acessibilidade assim construções como a do Museu Histórico geográfico de Campina Grande que foi construído em meados de 1912 com intuito inicialmente para acomodar a casa de câmara e prisão da cidade, em seu projeto e construção não foram consideradas as necessidades das pessoas com deficiência uma vez que para esse período a concepção de deficiência estava a ligada a pessoas sem valor. Deste modo, em sua estrutura possuem escadas íngremes, portas estreitas, falta de rampas e banheiros adaptados são apenas alguns exemplos dos obstáculos encontrados por essas pessoas.

As pessoas com deficiência no início da história eram consideradas como “inválidas”; indivíduos “sem valor”; este termo foi utilizado e perdurou até o século XXI. Ao longo do

tempo sua classificação retirava-se a humanidade, a esperança, os direitos e excluía, sobretudo, as pessoas uma vez que ao serem classificadas como “incapazes”, ou seja, “pessoas sem capacidades”. Somente a partir de 1994 passou a ser designada como pessoas com deficiência sendo atualmente a conceituação aceita no Brasil e no mundo.

Os obstáculos encontrados por pessoas com deficiência a acesso a seus direitos são uma luta que permeia ao longo da história. Na contemporaneidade há os primeiros passos de projetos arquitetônicos pensados nas necessidades de todas as pessoas, incluindo idosos, gestantes, crianças e pessoas com deficiência física, visual ou auditiva, principalmente nos quais são ofertadas atividades de lazer, tais como museus. Vale salientar Museu de Arte Assis Chateaubriand de Campina Grande, embora não tenha sido construído com esse propósito e sim para sediar a escola em meados de 1920, em que a concepção de deficiência estava relacionada a uma pessoa “incapaz”. As adequações regulamentadas de acessibilidades não eram incluídas nas construções, sendo assim fundamental a adequação desses ambientes culturais corresponderem igualmente a todos.

Ademais, é essencial ressaltar as terminologias utilizadas ao longo da história para denominar as pessoas com deficiência, tendo em vista que a partir destas surgiram classificações e representações destas pessoas perante a sociedade para compreender os fatores que influenciaram como podemos observar na tabela 01- dos termos utilizados para definir as pessoas com deficiência.

Tabela 1 - Termos utilizados para definir as Pessoas com Deficiência

Período	Termos	Significados	Valor em sociedade
Idade Antiga	Monstros, anões, cegos, surdos, aleijados, mudos e loucos.	Pessoas sem valor	Pessoas cujo direito a vida foi negada ou o direito a religião, indivíduos a serem isolados.
Idade Média	Monstros, anões, cegos, surdos, aleijados, mudos e loucos.	Pessoas sem valor.	Pessoas cujo direito a vida foi negada ou o direito a religião, indivíduos a serem isolados.

Idade Moderna	Idiotas, lunáticos, imbecis, anões, aberrações, aleijados, cegos, surdos, monstros.	Pessoas sem valor	Os termos usados são na maior parte descritivos das condições das pessoas com deficiência e não apresentavam o caráter pejorativo que atualmente possuem.
Até 1960	Incapazes	Pessoas sem capacidade de exercer suas atividades independentemente ou com alguma capacidade residual.	A deficiência retira do indivíduo a capacidade de viver independentemente, de exercer adequadamente uma profissão ou relacionar socialmente.
Idade Contemporânea	Incapazes	--	A deficiência retira do indivíduo a capacidade de viver independentemente, de exercer adequadamente uma profissão ou relacionar socialmente.
1960 a 1980	Defeituoso, Deficientes Excepcionais.	Indivíduos com deformidade, ou com deficiência físicas ou mentais.	A sociedade passou a utilizar os três termos, que focalizam as deficiência em si sem reforçar o que as pessoas não são capazes de realizar. Crescem, neste período, também os movimentos sociais de defesa do direito das pessoas com deficiência.
1980 a 1987	Pessoas Deficientes	Pela primeira vez, o substantivo “deficiente” passou a ser utilizado como um adjetivo. (pessoa deficiente).	A construção gramatical foi proposta como forma de igualar direitos a partir do momento em que “deficientes” são na verdade “pessoas deficientes”, e por tanto, com os mesmos direitos de outras pessoas.

1994 a 2000	Pessoas com deficiência, portadora de direitos especiais.	Termos usado na Declaração de Salamanca.	Não ha valor agregado a este termo.
Dias Atuais	Pessoas com deficiência	Atribuído pela organização de pessoas com deficiência que desejam direitos “Iguais” não “especiais”.	Valores agregados: 1) Uso do poder pessoal de fazer escolha. 2) Responsabilidade de contribuir com seus talentos para transformar.

Fonte: Adaptado de: Sassaki, R. Como Chamar as Pessoas que tem deficiência?. São Paulo: nr, 2004.

A mudança na concepção da deficiência segundo Aranha (2000), alinhada á prática de acolhimento e do confinamento instituiu bases para paradigma¹⁸ da institucionalização, o qual permaneceu único por muitos anos, conduzindo a relação da sociedade com as pessoas com deficiência. Neste sentido, Aranha (2008, p.14) compreende ao definir a institucionalização como “um lugar de resistência e de trabalho, onde um grupo de pessoas e excluído da sociedade, por um longo período de tempo, levando a vida enclausurada e formamente administrada”.

Esse paradigma passa a ser questionado por intelectuais e por pessoas com deficiência em meados do século XX, estes envolvidos com os movimentos de defesa dos direitos humanos. O movimento de integração do deficiente é um produto da história, tentava-se integrar os deficientes aos sistemas sociais como educação, família, trabalho e lazer, modelo médico e paciente que segundo Sassaki (2003), é um método reforçado e disseminado por algumas instituições de reabilitação, tem fatores que provocam na sociedade resistência em aceitar a necessidade de mudar suas atitudes.

Vale salientar que embora existam direitos assegurados pela legislação em vigor muitas delas estão desatualizadas, começar pela própria terminologia não mais utilizada como “Portador de Deficiência”, ou “Pessoa Portadora de Deficiência”, o termo “portador” indica que transporta algo e que quando deseja pode ser liberta do fardo. O termo “pessoa com

¹⁸ Entende-se por paradigma o conjunto de ideias, valores e ações que contextualizam as relações sociais (Aranha, 2000).

deficiência” para legislação brasileira foi conceituado pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, conhecida pela Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS .

Em seu parágrafo 2º do Artigo 20, a lei estabelece que “A pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para vida independente e para o trabalho”. Em virtude dessa conceituação só eram atendidas com recursos do Instituto Nacional de Seguridade Social- INSS, uma pequena parcela da população com deficiência física. Excluindo pessoas que apresentam lesão física ou mental que embora interferisse, não incapacitasse de participar do trabalho não tivesse acesso ao benefício definido pela Lei.

Deste modo, consideram-se pessoas com deficiência aquelas que possuem limitações ou incapacidades de ordem física, auditiva, visual, mental ou múltipla, que comprometam o desempenho de suas atividades (BRASIL, 2007:37). No Brasil, as primeiras discussões em relação aos direitos das PcD (Pessoa com Deficiência) ocorreu na década de 1960; sendo reivindicado o direito à convivência social.

Mediante as mobilizações dos vários segmentos da sociedade, em prol das demandas das pessoas com deficiência, possibilitou um avanço no processo de politização dos sujeitos sociais. Acarretou em um crescimento significativo de instituições especializadas, escolas, associações desportivas e centros de reabilitação. Contribuindo para que o Estado assumisse a responsabilidade em desenvolver políticas públicas destinadas a atender as demandas desse grupo social.

Deste modo, as pessoas com deficiência e respaldada por direitos assegurados pelo Ministério da Saúde (2009:43), estes considerados na Constituição Federal de 1988, que determinou três esferas do governo, como competências, cuidar da saúde e assistências públicas, da proteção e garantia das pessoas com deficiência.

Com isso, a década de 1960 testemunhou o desenvolvimento das instituições especializadas, tais como escolas especiais, associações desportivas, centros de reabilitação, assim como a expansão das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs, além da criação de diversas outras organizações não governamentais.

Entretanto, esse movimento, que tentava integrar os deficientes aos sistemas sociais gerais utilizava como um dos princípios do movimento para a integração social declarava as pessoas com deficiência como doentes e a deficiência como um problema do indivíduo a ser curado ou solucionado, através de algum tipo de serviço. Assim, as pessoas com deficiência eram consideradas pacientes passivas, incapazes de realizarem qualquer tarefa, inválidas e dependentes do cuidado de outras pessoas.

Evidenciando a forma como se “vê” o indivíduo com deficiência é modificada de acordo com os valores sociais, morais, filosóficos, éticos e religiosos adotados pelas diferentes culturas em diferentes momentos históricos. Destaca-se que mesmo mediante o avanço na discussão há permanências de preconceitos e utilização de terminologias pejorativas, preconceituosas como “aleijados” na atualidade.

A compreensão de “integrar”, na sociedade nessa perspectiva era receber a pessoa com deficiência, desde que ela tenha alcançado um nível de competência compatível com os padrões vigentes e esteja capacitada para superar as diversas barreiras.

Os movimentos internacionais e nacionais, a partir da década de 1970, com as declarações, tratados, convenções e legislações são constituídos em sociedade. Representando um avanço na forma de perceber a pessoa com deficiência contribuindo para o início do processo de alteração da ótica de exclusão destes, em 1994 a Declaração de Salamanca oriundo da Conferencia Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais tem como aspiração promover a educação para todos, analisando princípios, políticas e práticas da integração das pessoas com necessidade educacionais especiais, promovendo uma escola inclusiva. Essas declarações tem o caráter promoção o direito a sociedade, a educação, inclusão a de Madri enfatiza:

Uma sociedade que exclui uma parte de seus membros é uma sociedade empobrecida. As ações que melhoram as condições para as pessoas com deficiência resultarão em se projetar em mundo flexível para todos. O que for feito hoje em nome da questão da deficiência terá significado para todos no mundo de amanhã. (Declaração de Madri, 2003).

Desse modo, consideramos que, a integração social focaliza a necessidade de mudança na pessoa com deficiência. No país desde 1996, contam com o programa Nacional de Direitos Humanos que possui entre seus objetivos, iniciativas para redução da discriminação das pessoas com deficiência propondo medidas de médio prazo para assegurar o cumprimento do Decreto N° 5.296/2004 que garante a acessibilidade pela adequação sã vias e passeios públicos, semáforos, mobiliários, habitações, espaço de lazer, prédios públicos, instituições de ensino.

A promulgação nos anos 2000, da Lei n° 10.048/2000, que da prioridade ao atendimento às pessoas com deficiência e n° 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios para promoção da acessibilidade física e definem como barreira, obstáculos nas vias e no interior dos edificios, nos meios de transporte e tudo que impeça ou dificulte a expressão ou recebimento de mensagens sendo regulamentada no Decreto N° 5.296 que exigiu que todos os projetos arquitetônicos e urbanísticos seguissem as diretrizes de acessibilidade e de

desenho universal¹⁹ estabelecido pela Norma Brasileira NBR-9050 (porém não há especificação que contemple os edifícios, patrimônio e espaços urbanos tombados).

Ademais, em 2001, é elaborada a Convenção da Guatemala que preserva a eliminação de todas as formas de discriminação, toda forma de diferenciação, exclusão ou restrição contra a pessoa com deficiência. Ficando definida nesta Convenção a deficiência como uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. E os países (inclusive o Brasil) que participaram se comprometeram no seu Artigo III²⁰ a:

Adotar as medidas de caráter legislativo, social, educativo, trabalhista ou qualquer outra necessária de modo a eliminar a discriminação contra as pessoas com deficiência e promover a sua plena integração na sociedade, incluindo as listadas abaixo, não sendo esta exaustiva. A. Medidas para eliminar progressivamente a discriminação e promover a prestação ou fornecimento de bens de serviços, instalações, programas e atividades, tais como emprego, transporte, comunicação, habitação, recreação, educação, esporte, acesso à justiça e aos serviços policiais, e as atividades políticas e de administração; B. Medidas para que os edifícios, veículos e instalação construída e fabricada em seus respectivos territórios facilitem o transporte, comunicação e acesso para pessoas com deficiência; C. Medidas para eliminar, na medida do possível, os obstáculos arquitetônicos, de transporte e comunicação existentes, a fim de facilitar o acesso e utilização por pessoas com deficiência.

A ideia de integração social surgiu como uma alternativa frente à prática de exclusão social a que a pessoa com deficiência viu-se submetida ao longo dos tempos. Compreendendo que a dignidade humana, como atualmente compreendida, se assenta sobre o pressuposto de que cada ser humano possui um valor intrínseco. Na reconstrução de um mundo moralmente devastado pelo totalitarismo e pelo genocídio, a dignidade humana foi incorporada ao discurso político e social que segundo Sasaki (2003), inicialmente compreendia a integração social baseada um modelo médico da deficiência, em que esta é considerada como um problema, sendo o deficiente quem precisa ser tratado e reabilitado para se adequar à sociedade como ela é.

Sasaki (2003) refere alguns princípios que nortearam o movimento de integração social, como: O princípio de normalização, que tinha como base a ideia de que toda pessoa com deficiência tem o direito de experimentar um padrão de vida que é comum à sua cultura. E

¹⁹ Os princípios básicos do desenho universal são: 1- Uso equiparável. 2 - Flexibilidade de uso. 3 - Uso simples e intuitivo. 4 - Informação perceptível. 5 - Tolerância ao erro. 6 - Baixo esforço físico. 7 - Tamanho e espaço para aproximação e uso (Brasil Acessível, vol. 5, 2006).

²⁰ Organización de los estados americanos – OEA. Comisión Interamericana de Derechos Humanos. Convención Interamericana para la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación Contra las Personas con Discapacidad.

o princípio de mainstreaming, que se constitui na prática de colocar a pessoa com deficiência nos ambientes em geral. Esses elementos contribuíram para o surgimento do paradigma de inclusão social, uma prática que inseria a pessoa com deficiência na sociedade.

O movimento pela inclusão no Brasil surgiu por diversas influências como: a luta europeia contra a exclusão da pessoa com deficiência no convívio social e a criação da Liga internacional pela inclusão; a Conferência de Salamanca em 1994, sobre a “educação para todos”; da proposta integracionista dos EUA - Estados Unidos da América. No entanto, para termos a inclusão social é fundamental equipararmos às oportunidades as pessoas com deficiência ter a acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos.

Neste sentido, a inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir as pessoas com deficiência em seus sistemas, ao mesmo tempo em que estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. O Estatuto da Pessoa com deficiência ou Lei brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência: a Lei 13.146, de 06.07.2015 foi um marco legal para assegurar e para promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. . Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, 13.146, de 06.07.2015 consideram-se:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Acessibilidade que por sua vez é definida como a adaptação do espaço construído de modo a conferir-lhe as características expostas nos princípios do Desenho Universal da qual difere justamente por tratar do existente e não do novo, do projeto. Portanto, na maioria dos casos, a acessibilidade não poderá prescindir das rampas, elevadores, plataformas verticais e inclinadas e outros elementos para a qualificação do espaço com autonomia e segurança para todos.

Segundo a Norma Técnica 9050,²¹ com as reformas textuais operadas no ano de 2015, formulada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a acessibilidade pode ser compreendida como a garantia e a possibilidade de acesso, de aproximação, de utilização e de manuseio de ambientes ou objeto.

²¹ Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), NBR 9050: acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, Rio de Janeiro, 2015, p. 2.

Deste modo, entende-se por acessibilidade a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, patrimônios, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, por qualquer pessoa, inclusive a com deficiência ou mobilidade reduzida.

Bem como, a acessibilidade aos bens integrantes do patrimônio cultural brasileiro integra também o direito à memória, caracterizado como materialmente fundamental porque corresponde à necessidade individual e coletiva de afirmação e de conhecimento atuais do passado, para formar a identidade do indivíduo ou dos grupos sociais. Direito este que é parte integrante da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, no Artigo 30:

“Participação na vida cultural, atividades recreativas, lazer e desporto”, item 01 (c), a seguinte afirmação: Os Estados Parte reconhecem o direito das pessoas com deficiência a participar, em igualdade de condições com as demais, na vida cultural e adotarão todas as medidas necessárias para garantir que as pessoas com deficiência: a) Tenham acesso a material cultural em formatos acessíveis; b) Tenham acesso a programas de televisão, filmes, teatro e outras atividades culturais em formato acessível; c) Tenham acesso a lugares onde se ofereçam serviços ou eventos culturais tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos e, na medida do possível, tenham acesso a monumentos e lugares de importância cultural nacional.

Desta forma, a acessibilidade bem como inclusão prima pelos direitos das pessoas com deficiência, visando equidade de condições e acesso e conseqüentemente a melhora na qualidade de vida, tendo como meta uma sociedade para todos, em que há educação, trabalho, transporte, cultura, lazer e assim em diante para todos. No entanto, o preconceito relacionado à deficiência embora muitas vezes apareça com outra configuração, ainda ocorre nos tempos atuais. Sasaki (2003, p.34) aponta:

Sob a ótica dos dias de hoje, a integração constitui um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência e seus aliados (a família, a instituição especializada e algumas pessoas da comunidade que abracem a causa da inserção social), sendo que estes tentam torná-la mais aceitável no seio da sociedade.

No Brasil, em termos de direitos sociais, Lefebvre (2001, p. 138-139) afirma que direitos mal reconhecidos “mudariam a realidade se entrassem para a prática social”, referindo-se especificamente ao direito a acessibilidade das pessoas com deficiência aos bens integrantes do patrimônio cultural é essencial seu cumprimento. Considerando-se o espaço da cidade como um produto social, tem-se o direito à cidade como conseqüência lógica de um ideal da vida em sociedade, a fim de que, no ambiente urbano, possam os cidadãos exercer,

em sua plenitude, os direitos que são conferidos em determinado período histórico pelas respectivas previsões normativas.

Porém, contar com a tutela normativa não assegura, por si só, que os direitos previstos serão efetivados. Evidentemente, por um motivo ou outro geralmente relativo à atuação governamental despreocupada e negligente frente às políticas públicas de inclusão social urbana, as pessoas com deficiência são impedidas ou limitadas de viverem a cidade em virtude da existência de barreiras.

Assim, o exercício de análise sobre o espaço urbano permite que o investigador compreenda brevemente que nesse âmbito se fazem presentes trocas e relações entre as pessoas e entre pessoas e objetos, e que a mobilidade representa condição indispensável para que o crescimento, o convívio e a boa qualidade de vida urbana seja uma tônica. Uma vez que, o direito de acesso e fruição aos bens culturais constitui-se um direito humano fundamental, na medida em que objetiva garantir uma existência humana digna e plena.

3.2 PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS E ACESSIBILIDADE UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

As pessoas com deficiência, durante muito tempo, foram excluídas do usufruto das cidades, ficando reclusas em suas casas, sem poder exercer seu papel na sociedade com dignidade. Ao discutirmos ações de inclusão cultural da pessoa com deficiência a serem desenvolvidas em museus, torna-se imperativo uma reflexão sobre a acessibilidade nos Patrimônios Culturais, sendo estes espaços, formais de salvaguarda dos bens produzidos pela sociedade. Chagas (2012) afirma que estes são “Campos de lutas, conflitos, litígios” que têm como sobreposição o acervo e sua apresentação à comunidade.

A legislação brasileira garante o direito à memória e à cidade a todos, sem discriminação. É necessário ter em conta o respeito à história e às pessoas e buscar o equilíbrio, para que possam usufruir do patrimônio cultural das cidades. Acessibilidade urbana e patrimônio cultural são temas complexos que exigem uma atenção com vistas que sua concretização não é possível uma teoria que possa ser aplicada a todos os espaços consagrados patrimônio cultural sem restrições. Segundo Soares (2003, p.39), as intervenções que promovem a acessibilidade não devem ser enfocadas como problemas a serem resolvidos, mas como uma qualificação do ambiente e o reconhecimento de um objetivo social a ser alcançado.

Cada caso deve ser estudado com cautela, a fim de que se alcancem soluções específicas, adequadas e úteis. [...] o aparato legal sobre acessibilidade física e do outro, a legislação que define os direitos da pessoa com deficiência na fruição patrimonial, esses dois campos de direitos devem dialogar com ações destinadas à inclusão universal (Marchette, 2016, p. 176).

No entanto, as barreiras arquitetônicas e urbanísticas existentes nas cidades brasileiras são resultantes, muitas vezes, de sua implantação no território e das condições e práticas locais e regionais. É fundamental o reconhecimento e o respeito à diversidade, aos processos culturais e de apropriação da cidade ao se promover a adequação dos espaços urbanos às necessidades para atender à acessibilidade.

Segundo o Estatuto da Mobilidade Urbana (2005), acessibilidade “é a facilidade, em distância, tempo e custo, de se alcançar fisicamente, a partir de um ponto específico no espaço urbano, os destinos desejados”. Deste modo, a minimização de barreiras físicas visa melhorar a circulação urbana e o acesso aos equipamentos urbanos.

Partindo-se do princípio acessibilidade nos espaços, foi criado por uma comissão em Washington – EUA, em 1963, o conceito de "Desenho Universal", inicialmente denominado "Desenho Livre de Barreiras", tendo como enfoque voltado à eliminação de barreiras arquitetônicas nos projetos de edifícios, equipamentos e áreas urbanas. Esse conceito evoluiu para a concepção de Desenho Universal, passando a considerar, além do projeto, a diversidade humana, respeitando as diferenças existentes entre as pessoas. Segundo ABNT o desenho universal, “é aquele que visa atender a maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população”. ABNT – NBR-9050/04.

Acessibilidade normalmente associa-se a pessoas com deficiência, porém, o importante a ser considerado não são suas características físicas, e sim suas necessidades ou restrições. Garantir a plena acessibilidade representa o respeito à individualidade de cada um. Segundo Aguiar:

A acessibilidade é também uma questão referente à qualidade e está intimamente relacionada a fatores como conforto e segurança. A mobilidade é um direito humano, e os espaços públicos têm que cumprir requisitos que forneçam acessibilidade a todos os usuários potenciais, sem excluir os de comunicação ou locomoção reduzida.

Ao compreender o espaço urbano como lugar de encontro, circulação, cruzamento de diferenças e, no caso de centros históricos, lugar de fruição do patrimônio. Ou seja, as áreas consagradas como patrimônio cultural devem se constituir em espaços onde é possível conhecer, usufruir e desfrutar do patrimônio cultural.

Essa tomada de consciência deu início com ações concretas nos Estados Unidos e nos IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e em diversos países europeus, que aprovaram dispositivos para a eliminação de barreiras nos espaços públicos e no acesso às edificações. Segundo Ferreira (2011, p.104)

A partir da década de 1950, estas práticas de inclusão deram origem nos Estados Unidos à ideia de projeto livre de barreiras arquitetônicas. A eliminação de barreiras, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, nasceu da mudança de modelo da deficiência.

Entre as normas para acessibilidade na Europa a mais citada e utilizada é a Norma Britânica BS 8300:2009 – Projeto de edifícios e as abordagens para atender às necessidades das pessoas com deficiência – Código de Prática, elaborada pelo Instituto Britânico de Normatização – BSI, em 2001. Ao longo dos anos as intervenções legais foram se fundamentando e se regulamentando por toda América Latina.

Já acessibilidade, fundamentada no conceito de Desenho Universal, é parte dos requerimentos para intervenção no ambiente construído de modo a possibilitar a todos o acesso tanto ao espaço urbano quanto ao espaço do edifício. Para a comunidade europeia que o utiliza como conjunto de todos os parâmetros que influenciam a vida do homem em relação ao meio ambiente. De fato, segundo o Conceito Europeu para Acessibilidade – ECA 2003 a acessibilidade é:

Uma intervenção nos ambientes, produtos e serviços de modo que todos sejam capazes de participar da criação da sociedade, provendo a ele/ela oportunidades iguais em tomar parte das atividades econômica, social, cultural e de lazer. Ainda mais, permitindo a todos os usuários o acesso, uso e compreensão, das várias partes do ambiente de forma independente, não importando sua idade, gênero, habilidades ou formação cultural.

Ao se debruçar sobre a relação deficiência e sociedade verifica-se os modelos paradigmáticos desenvolvidos na história da humanidade, as pessoas com deficiência foram inicialmente relegados ao “esquecimento”, a exclusão em meios às barreiras arquitetônicas, sociais, culturais e políticas. Deste modo, conhecer e analisar a história e exclusão é de extrema importância. Os princípios da acessibilidade ao meio construído apresentados pela ECA 2003 são:

- (i) Respeito: A diversidade dos usuários deve ser respeitada. Ninguém deve se sentir marginalizado e todos devem ter acesso ao ambiente;
- (ii) Segurança: O ambiente deve ser livre de riscos para todos os usuários;
- iii) Saudável: O ambiente não pode constituir risco a saúde ou causar problemas àqueles que sofrem de certas doenças ou alergias;
- (iv) Funcional: O ambiente deve ser projetado de tal forma que desempenhe suas funções sem problemas ou dificuldades;
- (v) Compreensível: Todos os usuários devem ser capazes de se orientar de maneira independente sem dificuldade em um determinado ambiente para tanto é fundamental;

- (vi) Informação clara: A programação visual, ícones, placas e símbolos devem ser legíveis, compreensíveis para usuários de outras línguas sem causar confusão;
- (vii) Distribuição espacial: Esta deve ser coerente e funcional e evitar desorientação;
- (viii) Estética. O resultado das intervenções deve sempre primar pelo prazer estético.

Portanto, o conceito de acessibilidade é um conceito em evolução que demonstra um aprendizado social contínuo. Nos documentos legais, como o art.8º do Decreto Federal 5.296/04, a acessibilidade tem sido definida, de forma geral, como a remoção de barreiras atitudinais, físicas, arquitetônicas, de comunicação e informação. Assim, acessibilidade está relacionada às exigências das normas técnicas e documentos legais com vistas ao acesso universal.

No Brasil, as primeiras iniciativas de atendimento à pessoa com deficiência ocorrem também na área educacional. A partir de 1970, a educação especial passou a ser discutida e os governos iniciaram a criação de instituições públicas e privadas, visto que as mudanças sociais e econômicas iniciadas com a abertura política colocaram em cena grupos sociais que até o momento estavam excluídos dos cenários políticos, econômico e social. Ademais, No art.9º da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Nova York 2009), ratificada no Brasil em 2009 através do Decreto Federal 6.949, destaca-se a intenção de implementação de acessibilidade através de medidas de acesso nos serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural.

Entretanto, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelecia normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios (de uso privado multifamiliar, uso coletivo e uso misto), nos meios de transporte e de comunicação. Essa lei, cujas normas gerais se aplicam a todos os entes da Federação, foi regulamentada pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

No Brasil, a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) publicou pela primeira vez, em 1985, a Norma Brasileira NBR-9050, que foi revisada pela terceira vez em 2015. Que, por sua vez, se reporta a Normas Técnicas para Acessibilidade a Edificações Mobiliárias, Espaços e Equipamentos Urbanos e a NBR 13994 (Elevadores de Passageiros – Elevadores para Transportes pessoas com deficiência).

De acordo com a (ABNT) o referencial norteador desse trabalho, a acessibilidade é a “Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”

e um ambiente acessível é definido como “Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida”.

Embora estejam regulamentados por normas, decretos que tem como objetivos transformar os espaços, bem como patrimônios para acesso de todos, democratizando tais bens faz com que eles se tornem reconhecidos e valorizados por uma parcela mais ampla da sociedade, o que legitima de maneira especial a sua conservação. As cidades brasileiras que possuem áreas de interesse cultural, tombadas ou não, à mobilidade e acessibilidade urbana ainda são questões mal resolvidas. Muitos obstáculos físicos existentes são resultantes da implantação das cidades no território: topografia com declives acentuados, estreitos, sem nivelamento entre outros desafios.

Ao longo da história da arquitetura, percebemos nos primórdios a uma desconsideração com a diversidade humana e, por conseguinte arquitetos que lançaram mão da inclusão no contexto da arquitetura e urbanismo, pois para incluir, é preciso primeiro, que se reconheça a diversidade, a heterogeneidade do ser humano. Como exemplo, o arquiteto francês Le Corbusier que criou uma proporção humana que possibilitasse a harmonia de suas composições arquitetônicas, seria esse um tipo padrão de ser humano, ele detalha em sua obra "Vers une Architecture", nela o arquiteto já apontava para a criação do sistema de medição que chamou posteriormente de "Modulor". Salientamos que o homem “padrão” apontado para essa composição não existe e se existe é de caráter efêmero a existência.

Assim a “normalização” padronização sobre a sociedade só se prestam a afastar os princípios e as regras de direitos humanos da realidade, neutralizam alternativas, produzem a irrelevância das pessoas pelo nivelamento e produzem esquecimentos.

Partindo do pressuposto de que não há um tipo “padrão” de ser humano, é possível se lançar sobre a constituição do espaço em arquitetura com um olhar humanístico, na qual se busca através dos traços o acolhimento de todos, para Tuan (1976, p.269):

[saber] como um simples espaço se torna um lugar intensamente humano é uma missão para o humanista; para tanto, ele se utiliza de interesses distintamente humanísticos, como a natureza da experiência, a qualidade da ligação emocional aos objetos físicos, as funções dos conceitos e símbolos na criação da identidade do Lugar.

Dessa forma, barreiras arquitetônicas e urbanísticas nos espaços construídos poderão estar acentuando o preconceito, a desigualdade de uma pessoa com deficiência, aumentando sua dificuldade e impossibilitando o acesso a sua cultura, história e bem viver cotidiano, o lazer.

A construção história da arquitetura mostra que na formação das cidades não havia a preocupação com a questão da acessibilidade. Mediante a concepção, que pessoa com deficiência deveria ser marginalizado e “inferiorizado”, indivíduos abandonados à própria sorte. Desde a Grécia antiga, as cidades e edificações possuíam características urbanísticas e arquitetônicas que hoje englobam barreiras à acessibilidade. Segundo Reis (p.28)

Antes do período clássico greco-romano, a Mesopotâmia deixou como herança as escadarias dos seus zigurates e palácios. Já nesse período, (5.000 a.C.) as cidades eram construídas com muralhas defensivas, uma vez que a ideia era dificultar o acesso de invasores.

Vale salientar que as cidades da Idade Média têm em suas configurações ruas estreitas e irregulares, construídas como cidades-defesa, (são hoje destinos turísticos muito procurados em toda a Europa). Ademais, mediante o Renascimento arquitetura clássica traz o palácio renascentista, como característica a horizontalidade, era grandiosa e possuíam pórticos e galerias distribuídas em pavimentos, ligados por escadarias.

Com advento da arquitetura Barroca, representado por suas cidades, igrejas e palácios possuem as escadarias como elemento indispensável à monumentalidade e teatralidade. As escadas são bem elaboradas, com patamares, balaustradas e curvas. Cidades coloniais brasileiras apresenta rica herança barroca, estão atualmente entre os destinos mais procurados por visitantes das mais diversas origens. No entanto, a ausência de acessibilidade é evidenciada pela ausência de rampas, banheiros adaptados, presença de escadarias. Nesse viés embora promova medidas de acessibilidade aos centros históricos o IPHAN destaca que:

[...] é necessário considerar os processos históricos que refletem as características culturais de uma sociedade. Nos centros históricos, muitas vezes, as ruas são estreitas e isso reflete como esse espaço atendia aos desejos e às necessidades de seus usuários nos séculos passados, quando o meio de locomoção exigia pouco espaço, o número de pessoas era menor, o uso do solo era diferenciado, bem como as distâncias a serem percorridas eram menores. (IPHAN, 2014, p.13)

As necessidades atuais de uso e circulação em sítios e edifícios históricos na maior parte das vezes entram em conflito com as normas e indicações de preservação do patrimônio. No entanto, pensar em projetos arquitetônicos que englobem acessibilidade é uma discussão que vem fundamentada e regulamentada historicamente por meio de decretos, e cadernos do IPHAN. Inicialmente o Decreto N° 3289, de 20 de dezembro de 1999 o Diário Oficial da União (DOU) em seu capítulo IX, foi um marco em que a acessibilidade é assegurada e conceituada em suas diversas vertentes dentro do contexto da Arquitetura e Urbanismo: Por meio do inciso II enfatiza como barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça

o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, são classificadas em:

Barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; b) Barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados. IV – elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico; e V – mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias de espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga(...).

Portanto, vê-se que muitas das limitações e “incapacidades” de alguns não se devem a uma falta de habilidade e se adaptarem ao ambiente, mas a uma deficiência do espaço construído de abrigar diversidades. Neste caso, a deficiência em si não é o fator causador da imobilidade e sim a falta de adequação do meio: Duarte e Cohen (2003, p.166) afirma que:

[...] a acessibilidade ao espaço construído não deve ser compreendida como um conjunto de medidas que favoreceriam apenas às pessoas portadoras de deficiência - o que poderia até aumentar a exclusão espacial e a segregação destes grupos-, mas sim medidas técnico-sociais destinadas a acolher todos os usuários em potencial.

A implantação da acessibilidade universal em espaços de valor histórico, considerados patrimônio cultural, é um obstáculo a superar. As soluções para essas questões devem ser compatíveis com a preservação dos bens culturais, ou seja, as intervenções para a adequação não podem afetar os elementos que caracterizam o valor histórico da edificação, podendo ser reversíveis.

Entretanto, nas cidades brasileiras, muitos locais históricos, podendo-se considerar a maior parte desses, apresentam dificuldades de acesso e utilização, não apenas para pessoas com deficiência, mas também para aqueles que possuem mobilidade reduzida temporariamente. Cambiaghi (2007) salienta que: O Brasil possui uma das mais avançadas legislações que contemplam a acessibilidade de maneira ampla, envolvendo diversos setores inclusive patrimonial, cultural.

É importante destacar que a realização de intervenções na estrutura original do bem não deverá ocorrer em nenhuma situação. Nas adições de novos elementos, seu caráter e tecnologia contemporâneos deverão ser evidentes e facilmente reconhecíveis, além de manterem a harmonia visual do conjunto. Cada situação deverá ser avaliada de maneira cuidadosa e peculiar, uma vez que cada caso será único. A NBR 9050, em sua terceira edição, válida a partir de 2015, em relação aos bens tombados, determina:

1) Todos os projetos de adaptação para acessibilidade de bens tombados devem obedecer às condições descritas nesta Norma, compatibilizando soluções com os critérios estabelecidos por órgãos legisladores, e sempre garantindo os conceitos de acessibilidade. 2) No caso de sítios, áreas ou elementos considerados inacessíveis ou com visitação restrita, deve-se garantir o acesso por meio de informação visual, auditiva ou tátil das áreas ou dos elementos cuja adaptação seja impraticável, com divulgação das condições de acessibilidade do bem patrimonial informadas com antecedência ao visitante e vinculadas a todo material publicitário. (ABNT, 2015, p. 122).

Assim, documentos com textos concisos e de caráter indicativo, elaborados a partir dos debates sobre restauro realizados em eventos científicos promovidos por instituições preocupadas com a questão da preservação do patrimônio, a exemplo das cartas patrimoniais, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e da Organização das Nações Unidas (ONU), apresentam princípios que podem guiar decisões sobre restauro de monumentos, não tendo, portanto, caráter normativo.

Pensando na conservação do monumento é favorecida por sua destinação e função útil à sociedade. Assim, todas as pessoas, com ou sem deficiência, devem ter acesso também a estes monumentos, permitindo às pessoas com deficiência usufruam locais construídos em épocas anteriores quando seu acesso não era admitido.

Brandi (2004, p. 73) define o que seriam adições em edifícios históricos: “[...] a adição pode completar, ou pode desenvolver, sobretudo na arquitetura, funções diversas das iniciais; na adição não se recalca, antes se desenvolve ou se enxerta”. Deste modo, arquitetura por si só detém caráter educativo e informativo. Possui função de cunho social e cultural, e influencia diretamente na maneira pela qual o indivíduo se especializa e se relaciona com o mundo.

Em meados da década de 1990 o Departamento de Proteção – DEPROT do IPHAN voltou sua atenção para a acessibilidade. Na tentativa de desenvolver um Programa Nacional de Acessibilidade, em conjunto com o CORDE (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência), reuniu a legislação existente referente à proteção das pessoas com deficiência, bem como aquela referente à acessibilidade ao patrimônio cultural.

Deste modo, patrimônio cultural não pode ser tratado como imutável, sem configurar mutilação ou descaracterização gravosa ao testemunho histórico que a proteção do bem cultural visa garantir. A própria Lei 10.098/2000 (Lei da Acessibilidade) estabeleceu textualmente que: Art. 25. As disposições desta Lei aplicam-se aos edifícios ou imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico, desde que as modificações necessárias observem as normas específicas reguladoras destes bens.

Os patrimônios devem se adaptar aos novos tempos, considerando as novas demandas, ser fruído e apropriado pela comunidade fundamental para cumprimento da sua função social e preservação para as gerações futuras.

Dentro desta semântica, o Estatuto dos Museus, criado pela Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, nos seus artigos 31, 35 e 42, se refere especificamente à acessibilidade, sendo que o artigo 42 estabelece que: “Os museus facilitarão o acesso à imagem e à reprodução de seus bens culturais e documentos conforme os procedimentos estabelecidos na legislação vigente e nos regimentos internos de cada museu” (BRASIL, 2009).

O caminho para a efetivação dos direitos aqui descritos se entrelaça com as políticas públicas que devem ter como prioridade a efetivação destas conquistas. Assim, o cumprimento destas é de essencial importância e quando não for possível adequar o meio físico para garantir o direito à acessibilidade como parte do processo de inclusão social da pessoa com deficiência deverá ser adotadas medidas alternativas de acesso à informação e compreensão a respeito do bem cultural.

Uma vez que ambiente urbano é composto de contribuições de diferentes tempos históricos e a supressão de barreiras nos sítios históricos constitui-se uma colaboração contemporânea. Desta forma, a acessibilidade deve ser vista como o reconhecimento de um objetivo social a ser alcançado, não como um problema a ser resolvido, melhorando o acesso ao espaço público para o presente e para o futuro (SOARES, 2003).

A acessibilidade aos bens integrantes do patrimônio cultural brasileiro integra o direito à memória, caracterizado como materialmente fundamental porque corresponde à necessidade individual e coletiva de afirmação e de conhecimento atuais do passado, para formar a identidade do indivíduo e dos grupos sociais. Assim, os museus atuam como preceptores, espaços públicos que contribuem diretamente para o desenvolvimento do intelecto e da identidade social do indivíduo.

Promover o acesso universal aos bens integrantes do patrimônio cultural é, portanto, uma necessidade e deve ser alcançado com cumprimento simultâneo da Lei da Acessibilidade e as normas que regulamentam o regime jurídico dos bens culturais.

4 MUSEUS DE CAMPINA GRANDE E PROPOSTAS DE ACESSIBILIDADE

Este capítulo busca mostrar um pouco sobre o histórico de cada museu: Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande e o Museu Assis Chateaubriand para finalizar com a proposta de possibilidades relacionadas à acessibilidade.

4.1 MUSEU HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE CAMPINA GRANDE-MHCG

O fortalecimento da cultura de um país é um grito de protesto de sua população. Quanto maior o grau de expansão das liberdades e das garantias de expressão do pensamento, menores são as chances de prosperarem discursos tirânicos e de dominação. Ter o direito de resistir não pode ser uma quimera, mas uma realidade no cotidiano de uma comunidade.

Acompanhando o desenvolvimento da cidade, o prédio do atual Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande (MHCG) tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), foi construído entre meados de 1812 e inaugurado em 1814 (período colonial) no centro da cidade, possuindo sua fachada frontal direcionada a Avenida Marechal Floriano Peixoto com comércio em seus arredores. Um dos primeiros prédios com dois vãos foi planejado para sediar a primeira cadeia pública no térreo e a Casa da Câmara (Câmara Municipal) em seu andar superior, onde serviu a esta funcionalidade até 1879.

Como primeiras características do prédio, este possuía uma escada exterior e única entrada, contendo dois cômodos: o térreo, onde funcionava a cadeia e o primeiro andar onde funcionava a Casa da Câmara. A entrada para a cadeia era feita através de um alçapão no primeiro andar onde o prisioneiro descia até lá através de uma escada, que em seguida era removida. Vale salientar que no ano de 1824 houve a participação da Vila Nova da Rainha na Confederação do Equador, auxiliando no recebimento de alguns presos que foram trazidos do Ceará, dentre eles estava Frei Caneca, que participava da revolução e havia sido capturado.

O prédio passou por modificações como podemos observar na tabela 01 abaixo. Em 1896, sua arquitetura foi modificada e recebeu a Estação Telegráfica. Segundo Silva (2015, p.9), até o ano de 1895 o prédio, que ainda possuía suas características originais, foi doado ao Governo Federal²², submeteu a edificação à primeira reforma, onde foram colocadas duas

²² O Brasil já era República, pois a Proclamação da República aconteceu em 15 de novembro de 1889.

portas no térreo e uma escada interna além da inscrição em sua fachada que ainda hoje mantém em sua fachada o nome “Telegrapho Nacional” conservando sua história.

Tabela 2 - Relação das modificações na edificação em função do período histórico e ocupação.

PERÍODO	ATIVIDADE	CONDIÇÃO DO PERÍODO	INTERVENÇÃO EXECUTADA PARA O INÍCIO DO PERÍODO
1812 - 1814	Construção da Cadeia Pública e casa da Câmara	Construção da edificação	-
1814 - 1879	Funcionamento da cadeia pública e casa da câmara	Estado de uso e operação	Construção original: 2 cômodos, sendo 1 térreo (cadeia pública) sem abertura frontais; e 1 casa da câmara no 1º pavimento com acesso por escada externa.
1879 – 1895	Desuso	Fechamento da cadeia - inatividade	Sem modificação
1896 – 1933	Agência do Telegrapho Nacional	Abertura do Telegrapho Nacional pelo Governo Federal	1ª reforma: colocação de duas portas no térreo, bem como a instalação de uma escada interna e retirada da externa (Figura 14); colocação do nome “Telegrapho Nacional”.
1935 - 1965	Serviço Médico da Inspetoria de Obras Contra a Seca	Fechamento do Telégrafo Nacional e abertura do SMIOCS	2ª reforma: colocação de mais uma porta no térreo e no 1º pavimento, passando a possuir três aberturas frontais em cada pavimento (Figura 15), sendo esta a configuração de fachada atual.
1965 - 1980	Reitoria da Universidade do Nordeste e do Museu de Artes da FURNE	Fechamento do SMIOCS e abertura da reitoria da FURNE	Sem modificação
1980 - 1983	Desuso	Elaboração de um projeto de preservação do patrimônio municipal: transformação da edificação em museu	Sem modificação
1983 - 1994	Museu Histórico	Transformação em museu (entrada de acervo histórico)	3ª reforma: manutenção e instalação de elementos para recebimento do acervo.
1994 - 1995	Interdição do museu	Aparição de manifestações patológicas (infiltrações, fissuras e comprometimento da instalação elétrica)	4ª reforma: reparo e revitalização do museu.
1995 - 2019	Reabertura do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande	Reinauguração do museu com projeto revitalizado	

Fonte: Lima, 2019.

Vale destacar que em 1935 guardou o Serviço Médico de Obras Contra as Secas (SMIOCS), fazendo com que o edifício passasse por uma nova reforma, possuindo então três portas no térreo e três portas no pavimento superior conforme ilustra a Figura 11²³, cuja. O SMIOCS incentivava e iniciava obras de construção e recuperação e modernização de barragens em vários estados do Nordeste.

²³ Na tabela 2 informa que é a figura 15, no entanto neste trabalho se refere à figura 11.

Figura 11 - Configuração nova após a segunda reforma no ano de 1935



Fonte: Araújo e Sousa, 2010.

Ao analisar os processos construtivos comuns à época sob a perspectiva de uma condição histórica de conhecimento e preservação das características originais da edificação em meios as suas transformações. Torna-se importante o levantamento de dados a respeito das possíveis técnicas utilizadas durante a construção durante o final do período colonial. Nas alvenarias, era comumente utilizado o sistema chamado de Taipa de Pilão, que consistia em amassar com um pilão a mistura de barro vermelho (matéria prima em abundância), areia e alguma fibra vegetal (podendo também fazer o uso de óleo de baleia na mistura a fim de lhe conferir resistência) dentro de formas de madeira com dimensões de 1,0 m de altura e 3,0 a 4,0 m de largura, chamada de “taipai”.

Se configurando um patrimônio da cidade o prédio também abrigou a Reitoria da Universidade Regional do Nordeste e o Museu de Arte, onde ficou até 1966. Somente No início dos anos 80 a partir da Lei n 599²⁴ de 25 de Junho de 1980 para abrigar o Museu Histórico de Campina Grande o edifício foi recuperado para sediar o MHCG, guardando até hoje a história da cidade.

Na formulação da Lei n.º 599 de 1980, estabelece a criação do Departamento de Patrimônio Cultural um dos primeiros projetos de Ação do Patrimônio sob a forma de uma Política Cultural, o setor em suma responsável diversas divisões culturais bibliotecas, museus,

²⁴ Presente no anexo C a cópia da Lei n.º.599/80.

arquivo público, cinema e teatro cada uma representado por uma divisão subordinada ao Departamento e chefiada por um diretor. Desse modo, tornando as ações a cerca cultura memória e patrimônio da cidade uma demanda institucionalizada.

Por intermédio do projeto do Museu Histórico no governo de Evaldo Cruz, O Museu foi criado e inaugurado em janeiro de 1983 na administração de Enivaldo Ribeiro, através de uma comissão que era formado pelo historiador William Ramos Tejo que na época era Chefe de Departamento do Patrimônio Cultural do Município, a professora Jaldete Soares e Walter Tavares, recém-nomeado a diretor²⁵ do Patrimônio Cultural do Município.

Macêdo (2011) afirma que inexistia um projeto museológico na criação do Museu Histórico de Campina Grande, sendo fruto de uma ação intelectual do professor William Ramos Tejo, tendo em vista a demanda e necessidade do período para uma ação memorialista como a tentativa de criação do Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande (IHGCG). Segundo Macêdo (2011, p.50):

[...] atrelada a lugares de poder e estrutura de estado, apresentam um caráter educativo, consubstanciada em narrativa da história, caráter este, ligado a uma abordagem que relaciona a produção/elaboração de uma verdade, relacionada e estruturada enquanto narrativa da História da cidade, através de uma exposição, ou, de uma linguagem específica, a linguagem museal.

Assim, a história do museu e o seu desenvolvimento ao longo do tempo, é representado por elementos de uma elite social, entretanto pode abarcar toda riqueza construída e vivenciada por um grupo e representa simbolicamente uma sociedade. Assim como os sujeitos que participaram daquela construção e as narrativas elaboradas a partir de suas construções de sentido.

Analisar que historicidade foi formulada pelo Museu sobre a cidade de Campina Grande. E pensar sobre a construção de uma história oficial da cidade com a criação do Museu, com a construção de um conhecimento histórico. Segundo Macêdo (2011, p.45):

O MHCG foi criado a partir de um incentivo federal que parte do conjunto de ação do Sphan através do órgão executivo, Fundação Nacional PRÓ-MEMÓRIA estando o museu inserido dentro do projeto de criação do Departamento de Patrimônio Cultural, na Lei nº 599 de junho de 1980, encaminhada no mesmo mês para a Câmara de Vereadores da cidade e tendo como autor o próprio poder Executivo na figura do então prefeito Enivaldo Ribeiro.

Acrescentando a isto, o museu enquanto um espaço de dinâmica social e palco para a operacionalização de subjetividades amparadas por um protagonismo intelectual e

²⁵ Em 1985 a comissão pediu demissão devido à falta de uma política cultural na cidade.

personalista. Entretanto, a historicidade museal evidencia a falta de ações públicas, investimentos e visitas.

Após sua inauguração passou dez anos sem nenhuma manutenção, ocasionando aparição de manifestações patológicas relacionadas à infiltração, comprometendo o acervo pela ação do mofo, danificando as instalações elétricas que, conseqüentemente, causaram possível risco de incêndio, como também o surgimento de fissuras. Devido a esses problemas, em novembro de 1994 o museu foi fechado²⁶ para reforma e aberto no início do ano de 1995, conforme placa exposta no local presente na figura 12 abaixo.

Figura 12 - Placa da reforma do Museu histórico em 1995



Fonte: Acervo Pessoal.

Hoje, a edificação com mais de 200 (duzentos) anos, é a edificação mais antiga da cidade de Campina Grande, Paraíba, pois é uma das três primeiras edificações da cidade. A estrutura do prédio sua arquitetura se configura um patrimônio material cheio de historicidade traz à tona a história da cidade.

²⁶ Existe um documento no museu “Trabalho de recuperação do prédio e do acervo do Museu Histórico de Campina Grande Realizado no período de 1994 a 1996. Gestão Walter Tavares – Diretor do Departamento de Patrimônio Cultural”, servindo de diagnóstico do período Presente alguns fragmentos no anexo D deste trabalho.

Como podemos observar juntamente a estas mudanças de funcionalidade, o prédio também sofreu variadas descaracterizações, ou reformas, desde o prédio nitidamente colonial até a atual de características ecléticas.

As linhas gerais que definem o edifício atualmente viajam pelo enquadramento de vãos do neoclássico e *Art Decó*. O prédio possui dois cômodos, este possuía uma escada exterior que foi demolida, e subsequentemente foram construídas duas portas no térreo e uma escada em seu interior. Possuindo uma única entrada permanecendo com sua fachada com o nome “Telegrapho” como podemos observar na figura 13.

Figura 13 - Fachada e escadaria de acesso ao museu histórico e geográfico de Campina Grande



Fonte: Acervo Pessoal.

O segundo prédio mais antigo da cidade contém um acervo repleto de fotografias que mostram como a cidade era antes da reforma urbanística e que narram a revolta de quebra quilos, a chegada do trem e o período do algodão, ilustrando o período em que Campina se tornou a segunda maior exportadora de algodão do país e ficou conhecida como a “Liverpool brasileira”. Como também, Fósseis, artigos pré-históricos que contam a história dos Índios Ariús, a primeira aldeia indígena da cidade e diversos arquivos e objetos que retratam a evolução da comunicação campinense.

A exposição museal busca narrar a história oficial da cidade de Campina Grande desde os anos de 1697 até meados de 1940, fazendo isso em três momentos: o primeiro sobre o Aldeamento, o segundo a fundação da Vila Nova da Rainha e o terceiro da cidade de Campina Grande, que foi marcada pelo comércio do Algodão entre os fins do século XIX e início do século XX, com destaque para a modernização devido o crescimento da atividade comercial na cidade.

Em suas paredes expõe imagens fotográficas do centro histórico da cidade com arquitetura, sobretudo, marcada pelo art déco movimento artístico que estava na moda entre a década de 1920, que mediante a reforma urbanista foi aderido como estilo da época como pode se observar na figura 14 abaixo.

Figura 14 - Fotografias do centro histórico exposta no museu



Fonte: Acervo Pessoal.

O centro histórico mostra que sua arquitetura permite uma viagem ao tempo em que remonta os carnavais de ruas, os rios de serpentinas e as paqueras. Sob as marquises os sobressaltos as linhas da *art déco* apresentam um conjunto de cores e belezas poucos exploradas turisticamente. Tornando significativo e importante as exposições de obras como as fotografias de autoria de Jorge Barbosa ao visualiza-las observamos e percebemos nuances deste belo estilo.

O Centro histórico da cidade por possuir um rico acervo histórico cultural, foi delimitado pelo Conselho de Proteção dos Bens Históricos (CONPEC) do IPHAEP e tombada a nível estadual, com publicação no diário oficial da Paraíba no dia 29 de junho de 2004: “Fica homologada a Deliberação nº 0025/2003 do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC, de 04 de setembro de 2003, declaratória da Delimitação do Centro Histórico Inicial da cidade de Campina Grande, deste Estado, indicativo das áreas de Preservação Rigorosa compreendida pelo seguinte perímetro: Ruas Barão do Abiaí, Peregrino de Carvalho, Antônio Sá, Vila Nova da Rainha, [...] e Venâncio Neiva, ficando estas áreas sob a jurisdição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP.” (Paraíba, 2004, apud Oliveira e Santos).

Logo, segundo o IPHAEP, o centro histórico de Campina Grande possui 32 (trinta e duas) quadras, onde 4 (quatro) são praças e cerca de 36 (trinta e seis) ruas, incluindo avenidas e becos, inseridos na delimitação do centro histórico da cidade.

O Museu Histórico de Campina Grande se encontra inserido dentro da delimitação do IPHAEP do Centro Histórico de Campina Grande. Os Museus, os centros históricos são lugares de memória que estão constantemente lutando pelo reconhecimento de suas ações e buscando ao longo de suas trajetórias, justificarem a sua existência, justificarem o tombamento, a necessidade da preservação, educar em torno de variadas ações os seus públicos. São lugares sociais, são discursos intelectualizados e personificados do projeto de memória, de cidade e de educação. Esta perspectiva de ação museológica abre a viabilidade para que o Museu seja construído e que seja definido a partir e dentro desta possibilidade e obedecendo a uma demanda política, histórica e cultural.

Como fruto de processos de produções culturais, determinados aspectos da formatação do projeto museal, estavam colocados enquanto uma necessidade à época, que ajuda a perceber o ordenamento de premissas, necessidade e objetivos sejam estes relacionados à indústria cultural ou, a Política Cultural com referência ao Estado. Possibilita o desenvolvimento de diversas experiências museais aliadas à noção de patrimônio.

Os museus também devem ser visto como espaço de conhecimento, um patrimônio material é um fragmento de memórias, sua importância vai além da simbologia de objetos, conteúdos, artes e monumentos. São veículos íntimos da história sociocultural de um lugar. Assim, nasce à necessidade em historicizar os lugares que promovem a memória. O encaminhamento do fazer patrimonial, enquanto escrita da história apresenta conflitos, mas se faz necessário.

Uma vez que no contexto de sua criação o objetivo da preservação de memória ultrapassa sua potencialidade. Este potencial do museu enquanto espaço social, político de caráter educativo sobre a história da cidade aparece com objetivo instituído em sua fundação. [...] O caráter educativo de sua exposição está muito mais relacionada a uma valorização de uma história exemplo, confeccionada em outro setor, para que seja absolvida e pensada dentro do que determina, expõe e diz. (Macêdo, 2011, p. 55).

Um Museu não esbanja história meramente arquivada em seu interior, ele próprio é história, sua arquitetura, sua estrutura interna, os ares libertados apenas ao adentrá-lo em busca de suas falas sobre o passado. Falas estas que encontram dificuldades para serem transmitidas seja em termos de manutenção do próprio prédio, seja para preservação de todo o acervo e atribuição de seus cuidados para profissionais regados na área. Silva aponta que:

Os Museus paraibanos, quiçá, muitos outros no Brasil, têm sua estrutura relegada ao descaso e falta de interesse de autoridades políticas locais, que selecionam pessoas sem o devido preparo para fazer parte de um quadro profissional que, no mínimo, deveria ter afinidade com a proposta sociocultural e educativa de um museu. (Silva 2015, p.13).

Neste cenário de desafios de preservação e educação patrimonial existem muitos obstáculos um deles é a implantação da acessibilidade universal em espaços de valor histórico, considerados patrimônio cultural, é um obstáculo a superar.

Uma vez que exercer os direitos culturais é uma ação para a cidadania que abrange a proteção incondicional aos indivíduos em suas nacionalidades, faixas etárias, religiões, etnias, raças e gêneros. A preservação dos acervos históricos arquitetônicos, a valorização das produções artísticas e a propagação do respeito aos modos de vida, são formas de materialização de uma cidadania cultural.

A arquitetura inclusiva baseia-se na ideia de inclusão social de pessoas com deficiência, podendo ser definida como aquela que respeita a diversidade humana e gera acessibilidade para todos, promovendo autonomia em tarefas diárias e na locomoção de pessoas deficientes.

Assim, alinha se ao conceito de desenho universal, apresentado por Mace (1991), que consiste em possibilitar a democratização de espaços e equipamentos. Espaços inclusivos para todos os usuários, independentemente de suas habilidades individuais, devem considerar os sete princípios de desenho universal:

(i) igualitário uso equiparável (para pessoas com diferentes capacidades); (ii) adaptável uso flexível (com leque amplo de preferências e habilidades); (iii) óbvio simples e intuitivo (fácil de entender); (iv) conhecido informação perceptível (comunica eficazmente a informação necessária); (v) seguro tolerante ao erro (que diminui riscos de ações involuntárias); (vi) sem esforço com pouca exigência de

esforço físico; (vii) abrangente tamanho e espaço para o acesso e o uso (Carletto; Cambiaghi, 2008).

As edificações que existem na cidade de Campina Grande, Paraíba, não estavam ainda sob preconização da norma regulamentadora ABNT NBR 15575/2013 quando foram construídos, devido ao período em que foram construídas. Estando algumas dessas enquadradas no grupo de edificações com mais de 50 anos de utilização muitas dessas não apresenta adaptações e não seguem normas do desenho universal.

Compreendendo que um espaço não se encerra em si, como em um ciclo, e que todas as ações que produzem significados e despertam sensibilidades. Ao analisar uma prática discursiva à elaboração de uma narrativa museal, estamos nos deparando com a ação que corrobora a existência de um grupo que referencia a si mesmo e ao universo simbólico que significa suas próprias ações.

Ao revelar e ocultar as intencionalidades que perpassam o projeto de construção do museu assim como os discursos que se impõe e que estabelecem interdições promovendo a si mesmo por meio de uma prática discursiva. Compreendemos que existe um conjunto de intencionalidades, um conjunto de regras que se fazem operar através da prática discursiva e dentro desta intencionalidade operam sujeitos que pertencem e sujeitos que não pertencem.

Deste modo, formatar uma instituição que se propõe a divulgar a História de Campina Grande mais do que nunca, promovem tais interdições, tais possibilidades e impossibilidade de circulação, recepção e reelaboração de uma memória.

Partindo do pressuposto de que não há um tipo padrão de ser humano, é possível se lançar sobre a constituição do espaço em arquitetura com um olhar humanístico, na qual se busca através dos traços o acolhimento de todos. Pagliuca, Aragão e Almeida (2006, p.587) “Defende-se que a implantação e manutenção de ambientes acessíveis perpassam pela tomada de consciência do real significado de ambiente acessível. E que este vai além das barreiras arquitetônicas, pois depende da atitude inclusiva”.

Deste modo, o prédio do museu histórico de Campina Grande compõe a paisagem que exibem formas do tempo presente e as herdadas do passado, nos revelando a história da nossa cidade tornando a urgência a acessibilidade. Tais formas arquitetônicas vão abrigando novas funções não mais aquelas que foram criadas. Anteriormente o edifício do Museu Histórico Geográfico ocupou outras formas e em 1965 foi sede do Museu Assis Chateaubriand que também é objeto de estudo nessa pesquisa.

4.2 MUSEU ASSIS CHATEAUBRIAND

Em meio às transformações urbanas ocorridas ao longo dos anos vamos fazer um recorte temporal que abarca o final da década de 1960 com objetivo salvaguardar a história da cidade vamos remontar a inauguração do Museu de Arte Assis Chateaubriand de Campina Grande, foi inaugurado em 20 de outubro de 1967, através da Campanha Nacional dos Museus Regionais, idealizada pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand, paraibano da cidade de Umbuzeiro, criador do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand.

Assis Chateaubriand criou nos anos 1960 a Campanha Nacional de Museus Regionais para descentralizar o foco das exposições e produções museológicas que se concentrava no eixo Rio-São Paulo da arte brasileira. Criando três museus: o Museu de Arte de Feira de Santana (Bahia); o Museu de Arte Contemporânea de Olinda (Pernambuco) e o Museu Regional de Campina Grande (atual MAAC – Museu de Artes Assis Chateaubriand) e uma coleção que está sob a guarda do Museu Histórico e Artístico do Maranhão; o Museu Dona Beja em Araxá (Minas Gerais), a Galeria Brasileira, em Belo Horizonte (Minas Gerais) e a Pinacoteca Rubem Berta em Porto Alegre (Rio Grande do Sul) esta campanha teve apoio das empresas de aviação e radio comunicação, favorecendo a qualidade das coleções doadas.

A instalação no MAAC se deu no acervo patrimonial campinense se fixando no prédio histórico tombado através do Decreto n.º 19. 447 de 1997, construído em 1924 para abrigar a primeira escola estadual da cidade de Campina Grande, o Grupo Escolar Solon de Lucena. O seu Edifício cuja estética aborda características estilistas do ecletismo e neoclássico - projeto arquitetônico de autoria do italiano Hermenegildo Di Lascio²⁷, radicado na época na cidade de João Pessoa, compondo então o patrimônio cultural do museu junto com o acervo de obras de arte existente configurando como fundamental na formação da cidade e sua identidade cultural.

Como peça chave o prédio do atual Museu foi um marco no processo de escolarização durante a década de 1920 ao ano de 1932 na cidade de Campina Grande deixando suas marcas em suas paredes como podemos identificar na figura 15, dimensionando suas particularidades e questionando em que medida ele esteve relacionado com a constituição de experiências

²⁷ Hermenegildo di Lascio, arquiteto de origem italiana, formado na Argentina, desde 1916 havia se instalado na cidade de João Pessoa firmando uma carreira profícua que abrangeu obras públicas e privadas. Expressou-se, inicialmente, por meio do ecletismo, cujo vocabulário tomava de referência diversos elementos do passado.

modernizadoras. Construindo um caminho, um olhar diferenciado da sociedade campinense para a escolarização da infância.

Figura 15 - Memorial Presente no Museu de Arte



Fonte: Acervo Pessoal

Conferimos que o modelo instrucional²⁸ de ensino marcado na época e o modelo casa-escola de ensino²⁹, pois nem todos podiam pagar ou contar com as subvenções do estado à educação escolar oferecida pelas escolas ter acesso ao ensino, pois oferecia poucas vagas. Deste modo, a ideia da criação do grupo escolar em Campina Grande remonta o ano de 1923, já que em mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado o presidente Sólón de Lucena, relatando seus feitos, destaca o seguinte:

Entretanto, não me descurei da instrução primaria e secundaria do Estado. Criei mais 12 escolas rudimentares em diversos municípios; dotei a cidade de Guarabira, uma das mais prosperas do Estado, de um grupo escolar; provi na Escola Normal a organização de um gabinete de física e química e historia natural; reformei, aparelhado convenientemente; fiz construir um amplo pavilhão no jardim da Escola Normal para recreio das crianças do grupo modelo; levantei a planta de um grupo escolar que pretendo construir em Campina Grande; dotei a Escola de Comércio com uma sede que honra a Parahyba e, certamente, virá a ser um dos maiores

²⁸ Refere-se à prática de criar experiências de aprendizagem de forma planejada e estruturada, garantindo que o conteúdo seja absorvido de forma eficiente pelos alunos.

²⁹ Educação escolar em casa, educação domiciliar ou ensino doméstico.

incitantes a essa promissora instituição, e levei o meu estímulo a quantos se dedicam ao magistério, premiando os esforços dos que, pelos seus méritos, conquistam os primeiros postos, nos concursos regulamentares. (ESTADO DA PARAHYBA, 1923, p.49).

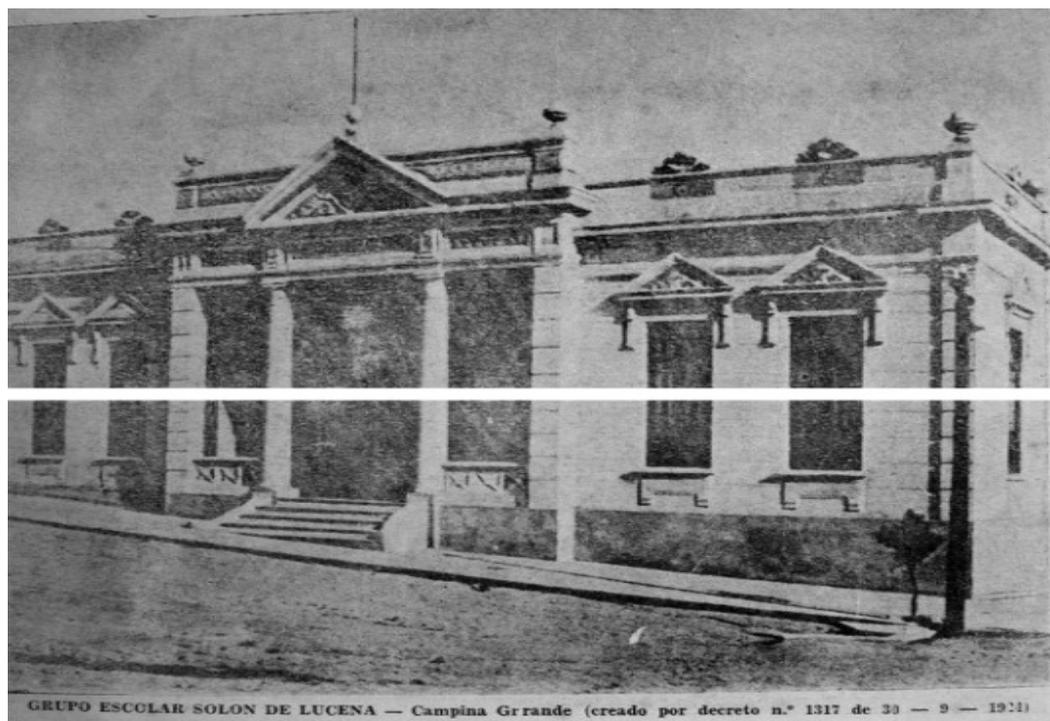
O Grupo Escolar Solon Lucena, começou a ser construído no dia 7 de janeiro de 1924, na então considerada principal Avenida de Campina Grande, a Floriano Peixoto. Conforme Silva (2014, p.452), foi edificado no local que anteriormente funcionava o antigo mercado público da cidade, chamado “comércio velho”. A inauguração do mesmo ocorreu no dia 12 de outubro do ano de 1924 para atender a necessidade de um prédio que pudesse comportar os alunos matriculados nas cadeiras isoladas que se instalavam nas regiões mais centrais do município. Conforme este anuário, “até aquele tempo (1924) não possuíam nenhum estabelecimento público de ensino, que pudesse aceitar matrícula de mais de 80 alunos”. Anuário de Campina Grande (1925, p.50).

Vale destacar, que no início do ano de 1925 o Grupo Escolar Solon de Lucena matriculou 210 alunos, sendo a frequência diária de, no mínimo, 150 estudantes. Por isso, consideramos que o número de alunos matriculados no ensino primário tenha sido um indício para essa implantação, pois antes da fundação do grupo escolar o número de crianças já demanda um local maior para esse ensino.

Compreendendo o espaço como fator social histórico e cultural o grupo escolar Solon de Lucena era vitrine da modernidade representando em sua construção com seu estilo proeminente sendo demonstrado tanto em sua fachada como pode se observar na Figura 16 como pela sua difusão dos saberes sob influência médica-higienista, da pedagogia influenciada, sobretudo, pelo método experimental³⁰ e do civismo amparado na disciplina militar aplicados à educação.

Figura 16 - Fachada Grupo Escolar Solón de Lucena

³⁰ O método experimental é uma influência francesa de ensino que foi idealizada por David Kolb e implementada por John Dewey.



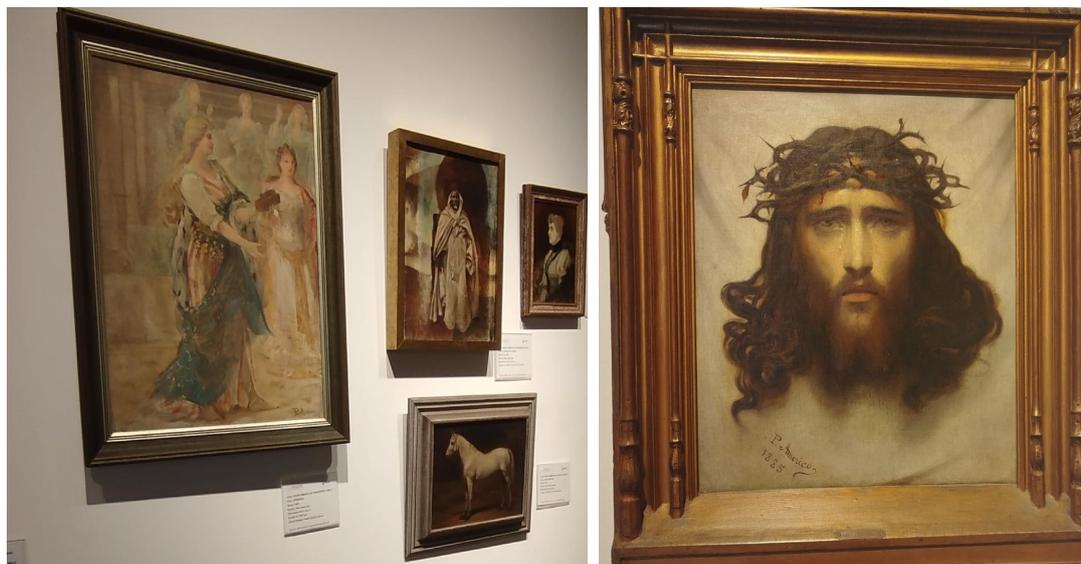
Fonte: Relatório do diretor do ensino primário ao secretário do Interior e Segurança Pública, 1934.

Uma cartografia marcada pela paisagem e suas nuances em busca da modernização o edifício histórico projetado pelo arquiteto italiano, construído para abrigar a primeira escola estadual de Campina, em 1924, localizado Av. Floriano Peixoto, 718, no Centro de Campina Grande, nos evidencia as perspicácias dos poderes institucionais que determina os usos e as apropriações da cidade Segundo o autor Soto (2016, p.69).

Construído ao lado da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, a escola marcava a instauração simbólica do poder que representavam as suas paredes na transição de uma sociedade que vivera anos monárquicos influenciados pela religião católica como oficial do Estado, que deixara heranças dessa religiosidade entre os campinenses no início do século XX, e agora via-se sob a vigência de um Estado laico, afastado do culto religioso para voltar-se às imagens e símbolos da República.

Essas marcas são visíveis nas cartografias urbanas desenhadas por políticas locais ainda se fazem presentes na cidade, os patrimônios são palco de experiências e sensibilidades. Neste acervo histórico que Campina Grande ainda exhibe em suas paisagens heranças importantes entre elas o museu de artes Assis Chateaubriand que possui obras datadas de 1966 a 2004, contando com trabalhos de artistas significativos para a arte brasileira como podemos observar na figura 17.

Figura 17 - Algumas peças do acervo do MAAC



Fonte: Acervo Pessoal

Seu rico acervo contém obras com diversas técnicas e procedimentos artísticos, exemplares de produção de desenho, pintura, escultura, gravura, montagem e colagem, comunicando a linguagem visual da arte de diferentes momentos e artistas do movimento artístico brasileiro do século XIX, com o Academismo Neoclássico, a nova vanguarda dos anos 60 e de artistas estrangeiros. Peças de autoria de importantes artistas foram selecionadas pela Campanha. Entre os neoclássicos, pinturas do período amadurecido de Pedro Américo, obras de Rodolfo Amoedo, Batista da Costa, Aurélio de Figueiredo; Eliseu Visconti e Antônio Parreiras. Sobre o movimento artístico da Semana de 22, obras de Di Cavalcanti, Antônio Gomide, Ismael Néri, Vicente do Rego Monteiro, Anita Malfatti, um Portinari dos anos 50; dos anos 60: Antônio Dias, Rubens Gerchman, Pedro Escosteguy artistas da Nova Figuração estrangeira.

Algumas obras retratam, cenas abstratas, primitivos exibem um conjunto abrangente de cenas brasileiras, podendo ser utilizadas como fonte de pesquisa e documentação e de potenciais para exposição e ação educativo-cultural.

Deste modo, com registro de 566 peças entre pinturas, esculturas, desenhos, gravuras, colagens e técnicas mistas, de artistas locais, nacionais e internacionais, abrangendo um conjunto de obras representativas da arte brasileira, da arte acadêmica a arte contemporânea. O início da coleção do museu remonta 1967, quando o empresário da comunicação o jornalista Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, entregou ao atual Presidente da administração da Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE), o Prof. Dr.

Edvaldo de Souza do Ó. O museu passou por diversas transferências³¹ se fixando em 2007, no seu prédio original ao edifício do Grupo Escolar Sólon de Lucena, sob a direção da FURNE, agora chamada Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão.

Com a criação da Campanha Nacional de Museus Regionais tinha em seu projeto o objetivo de adotar diversas regiões do país de museus de arte com acervos significativos para favorecer a democratização da arte em todo o território nacional. Segundo Costa (2014, p.83)

No cenário museológico do Nordeste brasileiro e mais especificamente no contexto paraibano o MAAC simboliza a capacidade e importância da produção cultural da cidade de Campina Grande e região, no contexto das artes visuais brasileiras, origem de importantes artistas contemporâneos.

Pensando nessa democratização, surge a necessidade de refletir nas práticas e concepções no sentido de desvelar a realidade na qual estamos inseridos. Refletindo no acesso a esses bens culturais e suas sensibilidades.

Ao socializar o conhecimento, a cultura historicamente produzida e preparar gerações para construção de novos conhecimentos. É uma condição indispensável o prédio no qual o museu está instalado e um patrimônio vivo e pulsante tanto em suas configurações arquitetônicas como em suas obras presentes nos conduz a remontar leituras e releituras do presente e passado.

Além da mercantilização e do desconhecimento acerca dos patrimônios, ficam para esta e para as futuras gerações, o desafio e o risco na elaboração de políticas e na definição de critérios de seleção do patrimônio de modo a garantir tanto a preservação quanto a representatividade e acessibilidade para a sociedade daquilo que será preservado. Assim movimentos que colocam na ordem do dia o interesse pelo resgate de identidade cultural pensando na participação dos segmentos sociais populares são de essencial importância.

O IPHAN órgão responsável no país pela proteção do patrimônio cultural material e imaterial em 25 de novembro de 2003 editou a Instrução Normativa no IN- 01, onde apresenta considerações básicas a respeito da adaptação de bens culturais imóveis acautelados em nível federal tendo como base as Leis no 10.048/2000 e no 10.098/2000, bem como, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Por sua vez, as barreiras físicas, sociais e atitudinais nos fazem refletir que existem áreas de fácil acesso e de difícil acesso, esses paradigmas essas resistências, argumentos contrários à adaptação do patrimônio cultural nos evidencia que garantir acessibilidade vai

³¹ Em 1974 o museu foi transferido para o prédio que hoje abriga o Museu Histórico de Campina Grande. Em 1976, foi transferido para o prédio construído pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, no Parque Evaldo Cruz, Largo do Açude Novo, um projeto de autoria de Renato Azevedo. A partir de 23 de dezembro de 1997, o MAAC, foi aos poucos transferido para o prédio original.

alem das barreiras físicas e arquitetônicas. Uma das diretrizes da IN-01 considerou a necessidade do desenvolvimento de estudos baseados na avaliação de propostas bem sucedidas de adaptação, normas internacionais, técnicas e novas tecnologias de acessibilidade com vistas à elaboração de métodos de avaliação das condições de acessibilidade real dos bens culturais.

A arquitetura desenvolveu-se ao longo da história de forma aberta a adaptações ou, ao contrário, em razão de seu uso, completamente avessa a qualquer tipo de franqueamento de acesso. Percebe-se assim a relação entre as configurações de uma edificação e a possibilidade ou não de sua adaptação para acessibilidade. O que nos permite correlacionar características como flexibilidade e tipo arquitetônico.

Dentre as propriedades da polivalência, a flexibilidade é a mais abrangente, pois envolve também alterações físicas ao ambiente construído diferentemente da adaptabilidade, da ampliação e da agregação de funções. Analisar o tipo de acessibilidade em função do tipo arquitetônico é observar, por exemplo, o patrimônio por suas características e suas classificações quanto à tipologia de uso e função ao exemplo o Museu Assis Chateaubriand foi construído com a finalidade de sediar a escola Sólon de Lucena com suas características neoclássicas e mediante algumas reformas nos possibilita avaliar e evidenciar algumas possibilidades de acessibilidades.

Ao avaliar o museu de artes Assis Chateaubriand por sua fachada nos dar referências quanto aos materiais que poderiam compor o interior da edificação a sua conservação e o acesso ao edifício. Mesmo nestas edificações podemos notar áreas que permite acesso segundo as regras atuais, tais como rampas suaves, esplanadas e largas circulações que podem ser facilmente utilizadas ou adaptadas para acessibilidade em razão da própria função de partes da edificação como podemos observar na figura 18.

Figura 18 - Fachada e acesso ao museu Assis Chateaubriand



Fonte: Acervo Pessoal.

Pensar nas sensibilidades e possibilidades de um patrimônio e repensar na mobilidade urbana se existem calçadas, rampas que possibilite o acesso. Além disso, o conhecimento sensível opera como uma forma de reconhecimento e tradução da realidade a preocupação com as sensibilidades por intermédio da história cultural trouxe à tona a emergência das subjetividades e novas preocupações para o historiador segundo Pesavento (2005, p.3).

É a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, ideias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma determinada época. Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos.

Neste sentido as sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído como os patrimônios. Assim trabalhar com os patrimônios e suas expressões mesmo, as impressões ou marcas deixadas pela vida, permite compreender que colaborar com processo de construção de educação mais justa ou democrática que leve em conta as mais diversas realidades sociais possíveis é alertar às possibilidades educativas e conferir significados aos espaços históricos.

Mediante aos avanços teóricos e metodológicos que se dedicou o estudo das manifestações culturais, trouxe uma reconfiguração e ampliação conceitual a cerca do patrimônio que abrem perspectivas para uma adoção de novas políticas de proteção do acervo

histórico que possibilite uma construção de uma memória plural acarretando na importância do conhecimento da trajetória dessas políticas e se a mesma leva em consideração a participação social na seleção e preservação desses bens.

Assim o MAAC ao desenvolver atividades de exposição cultural, documentação e pesquisa museológica de extrema importância exigindo um acesso democrático. Pois faz parte de um complexo museológico afim, que permite um recorte sobre a História dos museus no Brasil, especialmente no que tratar da significação “museu de arte”. Tendo em seus objetivos principais, de “contribuir para o acesso universal à cidade”, incentiva a integração das políticas públicas.

Deste modo, desfrutar do patrimônio cultural esses espaços culturais devem proporcionar um deslocamento fácil, a promoção de uma cidade socialmente inclusiva e voltada para a recuperação e conservação do habitat, voltada para as pessoas inclinadas para valorização o espaço urbano como lugar de encontro, circulação, cruzamento de diferenças e, no caso de centros históricos, lugar de fruição do patrimônio. Deste modo, os patrimônios culturais devem se constituir em espaços onde é possível conhecer, usufruir e se sentir seguro, além de possibilitar a permanência para sua fruição.

4.3 ENTRE DESAFIOS E PROPOSTAS DE AÇÕES DE ACESSIBILIDADE

A arquitetura inclusiva baseia-se na ideia de inclusão social de pessoas com deficiência, podendo ser definida como aquela que respeita a diversidade humana e gera acessibilidade para todos, promovendo autonomia em tarefas diárias e na locomoção de pessoas deficientes.

As edificações que existem na cidade de Campina Grande, Paraíba, entre elas o Museu Histórico e Geográfico e Museu de Arte Assis Chateaubriand, não estavam ainda sob preconização da norma regulamentadora ABNT NBR quando foram construídos, devido ao período em que foram construídas e da regulamentação presente na época.

Estando enquadrados no grupo de edificações com mais de 50 anos de utilização, tem sua proteção e propostas determinada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) delimitada pelo Conselho de Proteção dos Bens Históricos (CONPEC).

A acessibilidade é uma pauta recente e passa pelo entendimento do papel destas instituições na sociedade. De acordo com o art. 1º do Estatuto de Museus – Lei nº 11904 de

2009 – as instituições museológicas devem ser “abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento”.

Deste modo, através das Instruções Normativas nº1/2003 e ABNT NBR 9050, estabelecem critérios e recomendações para a promoção das devidas condições de acessibilidade aos bens culturais imóveis com o objetivo de que as oportunidades de fruição destes bens pela sociedade sejam equiparadas, urge na sociedade. Para que pessoas com deficiência ou mobilidade visualizem e gozem da superação de barreiras na promoção da acessibilidade aos bens culturais imóveis, devem compatibilizar-se com a sua preservação.

Apesar dessa percepção e regulamentações, ainda se configura como um grande desafio para as instituições museológicas o desenvolvimento de estratégias que abarquem as demandas de todas as pessoas, incluindo as pessoas com deficiência.

Em visita técnica realizada ao museu histórico geográfico foi possível realizar o levantamento de algumas das inúmeras barreiras arquitetônicas encontradas, dentre as quais se destacam principalmente a escada e as calçadas de acesso. O prédio avança sobre a calçada, pois elas estão com a largura menor que a recomendada pela NBR 9050³². A escada de acesso à exposição no 1º andar com extrema declividade, com ausência de rampas, degraus, espaço curtos entre as exposições impossibilitando a livre circulação, sobretudo as que dependem de cadeira de rodas para se locomoverem, esses fatores aumentam o risco de acidentes como podemos observa na figura 19.

Figura 19 - Ausência de acessibilidade no Museu Histórico Geográfico

³² Para as calçadas do trecho, o que se sugere é a recomendação do item 6.12.13 da ABNT NBR 9050/2020, modificando as larguras das mesmas para atender à norma e propõe largura mínima de 1,90m divididos em 0,7m para a faixa de serviço, com o objetivo de acomodar os canteiros, mobiliário, árvores e postes de iluminação ou sinalização e 1,2m de faixa livre - ou passeio, destinado exclusivamente à circulação de pedestres, sendo contínua entre os lotes, livre de qualquer obstáculo e com altura livre de 2,1m (ABNT NBR 9050, 2020, p.74).



Fonte: Acervo Pessoal

Vale destacar que o prédio apresenta algumas características de desenho universal fechado como aponta Ferreira (2011, p.159). São edificações que em seu desenho, sua tipologia estrutural, uso e/ou função não permitem alterações amplas físicas ao ambiente construído, pois os sistemas construtivos como a taipa de pilão, com espessas paredes estruturais, alvenarias estruturais de pedra.

Entretanto, não inviabiliza algumas alternativas como inscrições em braile de alguns itens; mecanismo para transportar cadeira de rodas sobre degraus para entrar no museu pelas escadas. Disponibilização de videoguia em Língua Brasileira de Sinais (Libras), assim como audioguia. O IPHAN (2014, p. 49), especificamente acerca os centros históricos, “sugere disponibilizar apoiar à realização” de intervenções nos espaços públicos que possuem características específicas que impedem a realização de soluções convencionais e propõe, ainda, a promoção da acessibilidade nos transportes urbanos e nas suas infraestruturas.

Pois se há legislação e o ambiente construído não oferece oportunidade de acesso a todos de forma igualitária há que se considerar um problema no espaço, ou seja, o espaço assume um caráter segregador, excludente.

Sobre os direitos da pessoa com deficiência e suas necessidades, pouco se é apresentada alternativa. No museu histórico geográfico de forma direta, no plano de reformas e de restauração em que o prédio foi submetido, não foram contempladas adaptações e inclusão da acessibilidade e cumprimento do poder público municipal com leis regulamentadoras. As intervenções nos bens patrimoniais devem ser realizadas observando-se algumas premissas por consequente:

a) As intervenções poderão ser promovidas através de modificações espaciais e estruturais; pela incorporação de dispositivos, sistemas e redes de informática; bem como pela utilização de ajudas técnicas e sinalizações específicas, de forma a assegurar a acessibilidade plena sempre que possível, devendo ser legíveis como adições do tempo presente, em harmonia com o conjunto; b) cada intervenção deve ser considerada como um caso específico, avaliando-se as possibilidades de adoção de soluções em acessibilidade frente às limitações inerentes à preservação do bem cultural imóvel em questão. c) O limite para a adoção de soluções em acessibilidade decorrerá da avaliação sobre a possibilidade de comprometimento do valor testemunhal e da integridade estrutural resultantes (IPHAN, 2003, p. 2)

Em seu item 3.5, a Instrução Normativa (2003) evidencia que as soluções para acessibilidade em sítios históricos [...] devem permitir o contato da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida com o maior número de experiências possível, através de, pelo menos um itinerário adaptado (IPHAN, 2003, p. 8).

Assim ao se pensar nas soluções de acessibilidades nos sítios históricos deve-se pensar na implantação de condições de circulação reorganização do fluxo de visitante, balcões considerando a norma vigente de acessibilidade, isto é, em dois níveis, sendo o mais baixo para atender pessoas em cadeira de rodas inserindo corrimãos em algumas rampas do pavimento térreo e piso podotátil direcional e de alerta na nas áreas próximas da recepção, além do piso de alerta em outros pontos, como no início das escadas, desníveis e elevadores. Essas transformações facilitaram a circulação pelos espaços, o que permite acessibilidade e estão prescritas no Artº 42 do Estatuto das Pessoas com deficiência:

§ 2º O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasil, (2020).

A acessibilidade significa não apenas permitir que pessoas com deficiência participem de atividades que incluam o uso de produtos, serviços e informação. Significa compreender que estas pessoas são plenamente capazes, desde que lhes sejam fornecidas as condições. Pois bem, além disso, entendemos que acessibilidade ultrapassa a questão das adaptações necessárias e vem primeiramente associada ao pleno acesso no sentido de eliminar barreiras menos visíveis tais como as atitudinais, políticas, culturais, financeiras, intelectuais, comunicacionais, entre outras. Assim:

As instituições culturais, nomeadamente, os museus, têm de assumir a sua responsabilidade social perante a inclusão de todos os possíveis públicos que se afinem como organismos promotores do diálogo e da inter-ajuda social. Santos, (2009, p.1)

Deste modo, a partir da conscientização e do cumprimento legais referente à acessibilidade que se pode avançar para as soluções, que podem partir desde o emprego de

conhecidos recursos, como a informação em Braille e audiodescrição, percursos com informações e peças táteis, espaços planos e que permitam a fácil circulação (como podemos observar na Figura 20) até a concepção e desenvolvimento de experiências multissensoriais, programas e materiais pedagógicos acessíveis.

Figura 20 - Recursos de Acessibilidade em Ambientes Culturais.



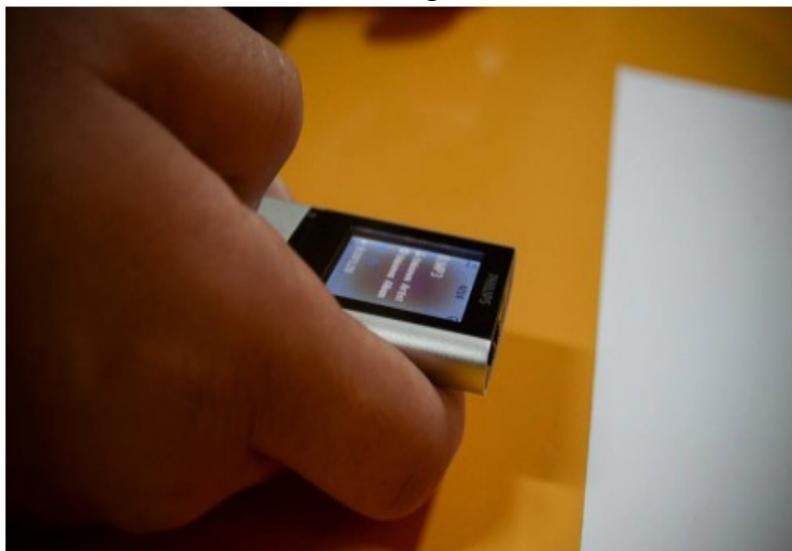
Fonte: Eduardo Cardoso, 2012.

A acessibilidade instrumental diz respeito à inexistência de barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho, de lazer ou recreação. Ou seja, traduzindo para os museus, são as adaptações de instrumentos que são utilizados para garantia de acesso ao acervo e ao ambiente. São exemplos de acessibilidade instrumental: o uso de audioguias, equipamentos e materiais utilizados no serviço educativo para visitas mediadas. É importante que, ao preparar uma visita guiada para um público com deficiência, os servidores do museu estejam aptos a utilizar instrumentos que auxiliem a inclusão destes visitantes neste ambiente.

Cabe ressaltar que estes recursos são fundamentais para o acesso cultural da pessoa com deficiência, mas também beneficiam um público amplo, justamente por possibilitarem a todos os visitantes experiências multissensoriais.

Por exemplo, o Memorial do Anglo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), onde o audioguia é o recurso de acessibilidade instrumental com a utilização de um aparelho de mp3 como instrumento para audiodescrição utilizado para comunicar uma fotografia através da audiodescrição. Vale destacar a necessidade de optar por instrumentos de uso intuitivo, com uso simples. Portanto, quanto menos botões melhor como podem observa na figura 21.

Figura 21 - Aparelho de mp3 utilizado como instrumento para audiodescrição no Memorial do Anglo



Fonte: Roberta Freitas

As adaptações por intermédio de instrumentos para garantia de acesso ao acervo permite que a visita guiada compacte a acessibilidade à imersão educativa museológica para visitas mediadas. É importante resaltar, a necessidade de preparar os servidores do museu para que estejam aptos a uma visita guiada para um público com deficiência.

Assim, instrumentos e métodos são de suma relevância para que a inclusão seja efetiva. Entre eles a audiodescrição (AD) é um recurso de tradução intersemiótica onde tudo que é essencialmente visual é traduzido para palavras. Assim, faz-se necessário que se pense acerca de recursos metodológicos que darão conta da comunicação entre museu e visitante.

O Museu Histórico Geográfico de Campina Grande possuía³³ em suas paredes um informativo sobre um podcast que antecedia a visita, o HistorInforma³⁴ como podemos observar na figura 22. Foi um produto midiático pensado e desenvolvido para servir de recurso adicional à visita das pessoas que frequentam o local, oferecendo ao ouvinte uma experiência imersiva e lúdica sobre a história do prédio e das suas salas temáticas, elaborado por pesquisadores³⁵ que permitiria adaptação para acessibilidade por audiodescrição.

³³ Na visita de Abril de 2023 se encontravam as imagens antecedendo cada sala da exposição, entretanto infelizmente em Outubro de 2024 ao retornar a visita não se encontravam mais.

³⁴ Disponível: <https://youtu.be/vezjXHQwsOc?si=3SIJu7wkaIXjysGa>.

³⁵ Trabalho de conclusão de curso de Jornalismo de Hozana Rayssa Mota Araújo, Pedro Henrique Araújo Veloso e Yasmim Lima Souza. Esse grupo propõe uma visita imersiva no Museu Histórico Geográfico de Campina Grande a partir da audiodescrição.

Figura 22 - Recurso de áudio para visitação do Museu



Fonte: Acervo pessoal

O HistorInforma pode ser facilmente acessado, seja através dos seus mecanismos de pesquisa, por links, ou, como utilizamos nas salas temáticas, por meio de QR codes ou utilização de mp4. Dessa forma, o podcast proporciona ao museu uma ferramenta que o auxilie no papel essencial de cativar o interesse do público, assim como tornar o exercício museológico do visitante não apenas informativo, mas também prazeroso e acessível. Este trabalho pode ser utilizado com base para criação de outras ferramentas que auxiliem a acessibilidade nos museus entre eles o Museu Assis Chateaubriand.

Assim os museus, em consonância com o artigo 44 da Lei Brasileira de Inclusão, com a NBR 9050 (norma de acessibilidade), a NBR 9077 (norma de saídas de emergência em edifícios) e com a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na qual o Brasil é signatário, devem comprometer-se a tomar medidas que garantam a acessibilidade e total fruição dos seus espaços, garantindo também a segurança das pessoas com deficiência.

Vale destacar que em Portugal, foi instaurado o Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade - PNPA, como instrumento para definir medidas que tinham como objetivo a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos e, de modo especial, as pessoas com deficiência a consolidação de seus direitos. Além das ações para conscientizar as pessoas acerca do direito

à acessibilidade, o plano também tem a proposta de garantir a acessibilidade no meio edificado e no espaço público.

Essas Diretrizes para Mobilidade teve como base a política de mobilidade urbana da União Europeia, como mostra o Caderno Técnico do IPHAN (2014). A valorização do patrimônio foi uma das metas definidas como estratégias do desenvolvimento sustentável. Além disso, estabeleceu a obrigação da elaboração dos planos de mobilidade “sob pena de não acessar recursos financeiros estatais para investimento na respectiva área”, salientando que os planos precisam ser coerentes com o planejamento territorial e ter vigência de cinco anos (IPHAN, 2014, p. 50).

Deste modo, as condições de acessibilidade nos espaços públicos e equipamentos coletivos, bens culturais e patrimoniais bem como para o desenvolvimento dos programas municipais de acessibilidade são essenciais para condições de plena utilização e participação museológica e cultural de todos inclusive as pessoas com deficiência nos quais inúmeras vezes são negadas seu direito de acesso cultural, historiográfico, social.

Ademais, o Museu do Louvre, Paris e a adaptação³⁶ do Palácio do Louvre e a posterior configuraram um dos melhores exemplos de arquitetura adaptada e completamente acessível. As plataformas, elevadores e o elevador no centro da escada no hall principal da pirâmide de I. M. são exemplos das intervenções necessárias para garantir o acesso universal e a maneira como foram executados exemplifica como o projeto de arquitetura e o plano museológico pode resolver o binômio patrimônio e acessibilidade com grande qualidade técnica e estética.

Neste contexto, é necessário considerar que as alterações e adaptações dos patrimônios com o passar do tempo traduzem o momentos e as necessidades de uma época como se observa na figura 23 em que no MAAC quando sediava o grupo escolar em meados de 1920 ainda não possuía a rampa de acesso, e no segundo momento já apresentando novas configurações. Entretanto ao sofrerem alterações como a elevação no nível do piso e construção de uma rampa, apresenta padrões que difere das normas, por ser íngreme, o que evidencia reformas questionáveis para atendimento e acesso ao público.

Figura 23 - Desafios e acesso ao MAAC

³⁶ Intervenções do arquiteto Ieoh Ming Pei.



Fonte: Acervo pessoal

Desta forma, é relevante que o museu possua espaços amplos, sem obstáculos para livre fluidez, sem desníveis ou degraus entre os ambientes, pisos podotátil, para dar a garantia para que pessoas com deficiência possam ter autonomia no ambiente.

Ademais, recursos multissensoriais também se configuram em estratégias de acessibilidade e de comunicação envolvendo diversos sentidos abrangendo produtos audiovisuais, verbais e não verbais, táteis, olfativos e gustativos com objetivo de enriquecer as experiências nos ambientes culturais.

Assim, recursos de acessibilidade comunicacional para pessoas com deficiência apresentam uma alternativa de forma simples e prática de acessibilidades ao conter seguintes aspectos: 1 - Materiais com linguagem simples; 2 - Materiais em sistema pictográfico de comunicação; 3 - Encenações teatrais; 4 - Imagens; 5 - Peças originais ou réplicas disponíveis ao toque como podemos observar na figura 24.

Figura 24 - Recurso de Comunicação Alternativa no Museu do Doce - Sistema Pictográfico de Comunicação



Fonte: Salazar, 2019.

Vale salientar que os símbolos de comunicação pictóricos - Picture Communication Symbols (PCS) faz parte de um sistema de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) que se referem ao recurso, estratégias e técnicas que complementam modos de comunicação existentes ou substituem as habilidades de comunicação existentes. Em síntese, o sistema pictográfico consiste de símbolos, figuras, etc, que significam ações, objetos, atividades que entre outras características podem servir como símbolos comunicativos, tanto receptivamente quanto expressivamente.

Contudo, estes tipos de ações, tem como foco a empatia para com as pessoas e considera a importância dos bens patrimoniais apresentar a acessibilidade, alertando que mudanças de direção e obstáculos para que a pessoa com deficiência possa locomover-se no espaço com independência é essencial e possível atrelando-se a preservação do bem ao acesso a estes imóveis.

Por fim, os caminhos de acessibilidade nos museus da cidade de Campina Grande que promovam o acesso ao acervo em exposição às pessoas com deficiência são desafiadores. Entretanto, “museus” e “inclusão” são palavras que devem caminhar juntas, qualquer que seja a missão das instituições museológicas. Todavia, ao menos no Brasil, a garantia de acessibilidade universal e inclusão de todos nos museus ainda estão por ser realizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento das barreiras arquitetônicas e urbanísticas existentes nas cidades, conjuntos e edificações históricas brasileiras é de fundamental importância para a elaboração de Planos e Projetos de Acessibilidade. Deste modo, o respeito à preexistência e a importância da memória na construção da identidade de um povo, feitos primordialmente por meio da preservação do patrimônio, tido como algo de valor atribuído ao bem e transmitido ao longo das gerações.

Portanto, entende-se que todo patrimônio, embora represente as marcas do passado, deve ter função atribuída no presente para que seja apreendido pela população. Assim, a valorização e preservação de um bem estão diretamente relacionadas à sensação de pertencimento e respeito, vínculos estes criados pela ocupação.

A acessibilidade em equipamentos públicos é uma obrigação legal e deve ser implantada seguindo os preceitos da legislação vigente e em acordo com a legislação de conservação e preservação do patrimônio cultural. À constatação da ausência de acessibilidades nos Museus nesta pesquisa surge a inquietação e a necessidade que os gestores fossem procurados para esclarecimentos, entretanto apenas alguns funcionários se prontificaram a auxiliar apresentando desafios o contado direto com os atuais administradores.

Deste modo, a conservação integrada à acessibilidade dos patrimônios conclama a responsabilidade dos poderes locais e apela para a participação dos cidadãos, uma vez que a relação com a sociedade emprega valor e reconhecimento ao patrimônio. Assim, apontar os limites e possibilidades dos museus para pessoas com deficiência é primordial. Tal relação se fará ao longo dos anos em um processo interligado entre possibilidades e desafios de acesso e uso, percepção e cognição, apropriação e afeto.

Todavia, recaímos na exclusão, silenciamentos presentes na história e na sociedade. Todavia, como as pessoas podem se sentir parte integrante daquela história representada pelo bem, se elas são impossibilitadas de usufruir plenamente dele por limitações físicas de acesso e circulação? Por outro lado, deve também ser lembrado o fato de que nem sempre a eliminação de barreiras por si só será suficiente.

Assim, um espaço somente estará vivo e perdurará na sociedade quando permitir à maior gama possível de pessoas, independente de suas capacidades físicas, intelectuais ou cognitivas realizarem nele atividades representativas de sua cultura, presente ou passado.

Conforme cita Cambiaghi (2007, p. 45) “Todas as pessoas terão problemas com o ambiente quando não forem respeitadas as suas diferenças, dificuldades e características funcionais.”.

Esta pesquisa propõe o cruzamento entre os temas patrimônio e acessibilidade, nos museus Histórico e Geográfico de Campina Grande e o Museu Assis Chateaubriand. Consideramos os desafios e necessidades de intervenções acerca da acessibilidade nos edifícios históricos.

Por fim, a pesquisa foi além das questões técnicas chegando ao aprendizado social da inclusão ao longo dos séculos e nos mais variados espaços como é o caso dos museus ao sugerir uma reflexão acerca dos aspectos históricos e políticos, na tentativa de contribuir para uma maior inclusão das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nos patrimônios culturais preservados no país alencando possíveis alternativas de intervenção nos museus na cidade de Campina Grande.

Desafios existem, entretanto é perceptível que as intervenções são essenciais e impactantes, sobretudo, além de entender que a obrigatoriedades da acessibilidade e preservação ao serem colocadas face-a-face evidencia as necessidades e exigência em um consenso, e formar um compromisso entre os interesses de ambos os lados, para que todas as comunidades sejam atendidas.

Conclui-se, portanto, que tal intervenção é factível considerando as possibilidades legais e do espaço físico, a assegurar os direitos da pessoa com deficiência deve ser de interesse e atuação de todos e, que, este trabalho apresenta uma dentre tantas opções de adequar o espaço, sendo um pequeno passo de uma longa caminhada em direção à acessibilidade plena dos centros históricos.

REFERÊNCIAS

Aranha, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**. Ano XI, n. 21, 2001, p. 160-173. Disponível em: <https://claudialopes.psc.br/wp-content/uploads/2021/08/Paradigmas.pdf>. Acesso em 10 mai. 2024.

Aranha MSF. **Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica**. Temas Psicol. 1995;2:63-70.

ALMANACH DE CAMPINA GRANDE. Diretor: Euclides Villar. Livraria Campinense, Ano II, 1934.

Albuquerque C., A; Cortez C. de B., N. **Sucessões e coexistências do espaço campinense na sua inserção ao meio técnico-científico-informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo**. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6719>. Acesso em: 10 mai. 2024.

Araújo, G. d A. F. **Feira Livre: memória "viva" da cultura do povo campinense ao final do século XX**. Campina Grande: UEPB, 2002, Monografia de Especialização, mimeo, 2002.

Araújo, M. R. **Tempos de crise e decadência na economia Paraibana**. In: Estudando a História da Paraíba. Campina Grande: Ed. Cultura Nordestina, 1994.

Almeida, E. **História de Campina Grande**. 2 Ed. João Pessoa, Editora Universitária, UFPB, 1978.

Agra, G. F.. **Modernidade aos goles: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935**. Campina Grande: EDUFCG, 2010, p. 53-122. BNB/SUDENE. Suprimentos de gêneros alimentícios da cidade de Campina Grande. Fortaleza: BNB/SUDENE, 1962.

Aguiar, F. O. **Acessibilidade relativa dos espaços urbanos para pedestres com restrições de mobilidade**. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18144/tde-21042010-193924/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

Barata, R. B.. (2000). Cem anos de endemias e epidemias. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2), 333–345. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000200008> . Acesso em Dezembro.2024.

Berman, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Bourdin, A. **A questão do local**. 1 Edição Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2001.

Brasil, Constituição Federal de 1988, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 jan.2024.

Brasil. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742. Acesso em: 17 dezembro 2024.

BRASIL. Decreto Legislativo nº. 186, de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/CONGRESSO/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em: 12 de dezembro de 2024.

BRASIL. Decreto nº 5296/04. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. Decreto N° 3289. A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetiva assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência. Brasília, 1999.

BRASIL. Decreto n.º 914/93. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências. Brasília, 1993.

BRASIL, Lei n° 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da **Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015.

BRANDI, Cesari. Teoria da Restauração. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

Bresciani . S., Naxara .M,**Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível** . - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

BLANCHOT, M. **A Conversa Infinita** 2. Tradução de João Moura Jr. São Paulo, Escuta, 2007.

Câmara, E. **Os Alicerces de Campina Grande**. 3ª Edição. Campina Grande: Edições Caravela, 2006, p. 35.

CARVALHO, Juliano Loureiro de; QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de; TINEM, Nelci. **Trem veloz, rupturas lentas: arquitetura como produção do espaço urbano em Campina Grande (1907-1935)**. 2006.

Certeau, M. **A invenção do cotidiano**. 14. Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CUTY, Jeniffer e CARDOSO, Eduardo (org.). **Acessibilidade em Ambientes Culturais**. Porto Alegre: Marcavisual, 2012.

Chagas, Mario. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. In: COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane; BRASILEIRO, Alice. (org.). **Acessibilidade a**

Museus. Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/IBRAM, 2012. (Cadernos Museológicos Vol.2). Acesso em 12 de Janeiro 2025.

Choay, F. **A alegoria do patrimônio**. 3. Ed. São Paulo - UNESP: Estação Liberdade, 2006.

Chernoviz, N. Dicionário de medicina popular. [s.l.]: 1890.

Duarte, C. R. S.; COHEN, R. O Ensino da Arquitetura Inclusiva como Ferramenta para a Melhoria da Qualidade de Vida para Todos. In: PROJETAR. 2003. (Org.). *Projetar: Desafios e Conquistas da Pesquisa e do Ensino de Projeto*. Rio de Janeiro: Virtual Científica, 2003, p. 159-173.

EUROPEAN CONCEPT FOR ACCESSIBILITY NETWORK. European Concept for Accessibility: Technical Assistance Manual. Luxembourg: EuCAN, 2003, p.23

FERREIRA, Oscar Luís. *Patrimônio cultural e acessibilidade: as intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005*. 2011. 335 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

Foucault, M. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Hartog, F. Tempo e Patrimônio. **Varia História**. vol, 22, n 36. p.230 a 280. Belo Horizonte, 2006.

Habermas, J. “A consciência de tempo da modernidade e sua necessidade e autocertificação.” In: Habermas, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo Martins Fontes. 2000.

Halbwachs, M.. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2015.

MORAIS, Kenia Aparecida de. **Patrimônio cultural e acessibilidade das pessoas com deficiência no Museu das Bandeiras (MUBAN) – Cidade de Goiás**. 2021. 112 f. Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, GO, 202

Le goff, Jacques. **História e memória**: Volume I, Lisboa: Edições, 1998.

Lefebvre, H. **O direito à cidade**. Tradução de T. C. Netto. São Paulo: Documentos, 1969.

LIMA, Alanny Nicácio de. Análise do estado de degradação do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande. 2019. 120f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), Curso de Bacharelado em Engenharia Civil, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande - Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/23543>.

Magalhães, A. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Roberto Marinho. 1997.

Marchette, Tatiana Dantas. Educação Patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil. Curitiba: InterSaberes, 2016.

MACÊDO, V. C. Museu Histórico em Campina Grande: ação político-cultural do patrimônio e da memória (1980-1983). 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

Navarro, V. **Classe social, poder político e Estado e suas implicações na Medicina**. In: Abrasco/ENSP. Textos de apoio: Ciências Sociais 1. Rio de Janeiro: ENSP, 1983. p. 81-161. NBR 9050. Norma Brasileira de Acessibilidade. Disponível em: <https://www.sienge.com.br/blog/nbr-9050-acessibilidade/>. Acesso em 15 de dezembro.2024.

Nunes, Camila A.; LUSTOSA, Francisca Geny. **Educação inclusiva sob olhar de teóricos internacionais**. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 10, 2018, Pau dos Ferros - RN. **Anais** [...]: UERN, 2018. P. 1-11. Disponível em: <https://proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2020/01/fiped-2018.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.

Nora, P. **Entre memória e História: a Problemática dos lugares**. Revista Projeto Historia. São Paulo:Departamento de História de Pontificia Universidade Católica de São Paulo/ PUC-SP, nº 10, 1993.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. Comisión Interamericana de Derechos Humanos. Convención Interamericana para la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación Contra las Personas con Discapacidad. Disponível em: <<http://www.cidh.org/Basicos/Basicos8a.htm>>. Acesso em: 20 jan.2025

PMCG. Livro do município de Campina Grande, 1983. Campina Grande: Gráfica Municipal, 1983. PMCG. Campina Grande em dados, 1994. Campina Grande: Gráfica Municipal, 1994

PAIVA, Ellayne Kelly Gama de. **Acessibilidade e preservação em sítios históricos: o caso de São Luís do Maranhão**. 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PAGLIUCA, L.M.F.; ARAGÃO A.E.A.; e ALMEIDA PC. **Acessibilidade e deficiência física: identificação de barreiras arquitetônicas em áreas internas de hospitais de Sobral, Ceará***. In: **Escola de Enfermagem**. USP. P. 581-588, 2007. Disponível em: Acesso em: Pereira, W. E. N. Breves notas acerca da formação histórico-econômica de Campina Grande-PB: do gado (século XIX) ao algodão (século XX). **História Econômica & História de Empresas**, v. 19, n. 2, 27 jan. 2017.

Pesavento, S. J. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Pesavento, J. e Langue. F. **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

Pollak, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, págs. 3-15.

Goffman, E. (1962). **Asylums**. Chicago, Illinois: Aldine Publishing Company.

Gurjão, E. Q., **Morte e Vida das Oligarquias**. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1994.

GUGEL, Maria Aparecida. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. Disponível em: <<http://www.ampid.org.br/Artigos/PD.Historia.phd>> Acesso em: 11 jan. 2025.

Retalhos. C. Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/2015/02/mapa-de-campina-grande-em-1907.htm>. Acesso em: 15 mar.2024.

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SÁ, M. B. A **paisagem recriada: um olhar sobre a cidade de Campina Grande**. In: GURJÃO, Eliete Queiroz (org.) *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*, João Pessoa: A União Suprimentos de Imprensa e Editora, 2000 p. 179-189.

Salasar.D.N. **Um museu para todos: Manual para o programa de acessibilidade**. Pelotas: Ed da UFPel,2019.

Silveira, R. P. S. (Re)lendo "**História de Campina Grande**" de Elpídio de Almeida: **uma construção histórica da "grande" campina**. 2014. 121f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

Sousa, Fabio Gutemberg R. B. de. **Cartografia e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945**. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.

SANTOS, S. **Acessibilidade em Museus**. Dissertação de Mestrado. Curso Integrado de Estudos Pós-Graduado em Museologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2009.

SILVA, R. H. G. da. **O Museu Histórico de Campina Grande e a Educação Patrimonial Improvisada**. 2015. 21f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2015.

SILVA, Vívía de Melo. A escolarização primária em Campina Grande (1889-1930). In: encontro cearense de historiadores da educação - eche, 13.; encontro nacional do núcleo de história e memória da educação - enhime, 3.; simpósio nacional de estudos culturais e geoeeducacionais - sinecgeo, 3., 25 a 27 set. 2014, Fortaleza (CE). Anais... Fortaleza: IMPRECE, 2014. p. 446-454.

Teixeira, A. C. B. (2010). **Deficiência em cena: o corpo deficiente entre criações e subversões.** *O Mosaico*, 2(1). <https://doi.org/10.33871/21750769.2010.2.1.1503>

TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: A Perspectiva de Experiência. São Paulo: Difel, 1983. _____. "Humanistic Geography". In *Annals of the Association of American Geographers*. 66, S. pp. 266-276, 1976.

Sasaki, R. K. **Acessibilidade: Uma chave para a inclusão social.** Disponível em: http://www.lainsignia.org/2004/junio/soc_003.htm. 2004.

Schwarcz, L. M. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 287p.

Vasconcelos, S. A. **Ascensão e queda da economia algodoeira em Campina Grande: um estudo de caso (1907-1940).** João Pessoa: UFPB, 1980, mimeo. (Dissertação de Mestrado em Engenharia da Produção).

VÉRAS, Cassandra Carmo de Lima. **O espelho de Narciso: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935 - 1945).** 2010. 77f. (Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia), Curso de Bacharelado em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba - Campus II - Campina Grande - Paraíba - Brasil, 1988. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/28487>. Acesso em: 05 jun.2024.

Veloso, P. H. A. ; Araújo, H. S. M.; Souza, Y. L. Poscast do Museu Histórico de Campina Grande: estratégia de visitação imersiva. 2023. 30f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2023.

ANEXO A – TRANSCRIÇÃO

Transcrição da entrevista com Vergniud Wanderley em 1979 presente na figura 02 (p.42)

Ao ser entrevistado pelo Diário da Borborema, o ex-prefeito de Campina respondeu as seguintes perguntas:

DB- O Sr. Como sentiu esta cidade, após 24 anos ausente de Campina Grande? O Sr. que fez a reforma urbanística dela, como está vendo-a agora?

VW- Ao fazer a reforma que você acaba de citar, e que é do conhecimento de todos que aquela época habitavam a nossa urbes, eu vislumbrei a hipótese de Campina tornar-se até mesmo a Capital do nosso Estado, por isso mesmo, iniciei uma reforma urbanística que apesar das dificuldades da época, foi dada a um bom termo posso assim dizer, porque as bases, as preliminares, as coordenadas do grande desenvolvimento foram traçadas naquela época por mim, e hoje, ao voltar aqui após anos de ausência de que eu muito me penitencio, eu encontrei Campina em pleno desenvolvimento, suas belas avenidas, as ruas plenas de comércio intenso, fazendo jus ao seu nome, e desde a minha época era conhecida com à Capital do Nordeste, de forma que, eu só tenho de me orgulhar daqueles passos, daquelas medidas que tomei, fazendo com que aquela um pouco desenvolvida da época, se tornasse hoje essa verdadeira Capital do Centro do Nordeste Brasileiro.

DB- O Sr. falou que talvez voltasse a política. Como o Sr. se situa nessa fase de transição de um sistema excepcional para a retomada do processo democrático?

VW- Se Aristóteles disse que o homem era um animal político não é menos certo que ele ao dizer isso, queria dizer, que ao homem não era permitido fugir do seu dilema de comentar a vida na sociedade. Por isso eu sou político nesse sentido, um observador, um analista, um homem que vê a organização de seu País e do seu Estado com o olho no crítico, mas político partidário jamais serei, não tenho mais idade, hoje só cuido da minha aposentadoria para ter uma vida feliz.

DB – Na hipótese do Sr. ser solicitado a servir mais uma vez a sua terra. O Sr. não atenderia a um chamamento dessa natureza?

VW – Jamais. Posso servir a minha terra trabalhando por ela fora daqui e torcendo pelo seu desenvolvimento e que os seus filhos, os seus moços de hoje procurem torná-la grande, próspera e feliz.

DB – Nós sabemos que quando o Sr. fez a reforma urbanística naquela época encontrou muito empecilhos, com as desapropriações. O Sr. se fosse hoje Prefeito de Campina Grande, faria aquela mesma coisa?

VW – Acho que não. Porque naquele tempo eu tinha o sonho de mocidade, queria me fazer na política, queria me credenciar perante os meus amigos e fiz com grandes dificuldades e grande sacrifício. É verdade que depois de alguns meses decorridos de minha gestão, o povo compreendeu, me bateu palmas e me facilitou a grande tarefa de melhorar urbanisticamente a cidade de Campina Grande. Hoje acredito que não tivesse mais força para isso, nem força, nem esse ideal, que todo moço aspira de colocar-se na vanguarda dos grandes acontecimentos. Hoje estou aposentado e prefiro viver em paz e no anonimato.

DB – Ministro, um tema hoje comentado em todo o Brasil é a Anistia. Nessa condição de observador, como o Sr. vê essa Anistia?

VW – A Anistia eu acho que ela foi bem colocada, de uma maneira ampla e geral, porque o Governo ao torná-la restrita em parte deixou a válvula de encampação para os pedidos de indultos de forma que a anistia deve ser ampla e irrestrita, mas no fundo ela é ampla e irrestrita, porque há hipótese, há oportunidades de se recorrer ao indulto.

DB – Um outro problema que está hoje em dia preocupando todas as camadas sociais, é esse problema do petróleo, como o Sr. encara o problema econômico do país face a este problema do petróleo?

VW – Já se tornou até praxe dizer-se que a situação econômica do País é grave. Só pode ser grave em virtude da política errada levada pelos governos, principalmente a política do petróleo. O petróleo foi entregue as pessoas que não estavam absolutamente credenciadas para dirigir. Todos esses presidentes da Petrobrás com raríssimas exceções não fizeram mais do que criar postos de gasolina e comercializar o petróleo. A prospecção que era o principal,

nunca foi levada a sério. O Brasil também não tinha condições técnicas e financeiras para levar adiante um grande investimento como fez a Inglaterra no Mar do Norte. De forma que nós hoje estamos mais atrasados do que estávamos há 20 anos atrás, em matéria de petróleo, porque o nosso consumo aumentou muito e a nossa condição decaiu. Se não houver que ponha um pouco de parte esse exacerbado nacionalismo de uns, não acredito que o Brasil resolva o problema do petróleo.

DB – Ministro, agora a tendência do Governo é do povo brasileiro partir para o consumo do álcool como combustível aplicado nos transportes, mas a imprensa falou que as multinacionais estão lançando os olhos nos nossos canaviais. Como o Sr. vê essa notícia?

VW – Se não houver uma reação contrária a essa ação das multinacionais, nós todos vamos nos entregando aos poucos e o Brasil vai pertencer aos estrangeiros, porque todo o dia que passa as multinacionais dão um passo a frente no sentido de açambarcar o nosso mercado e a nossa indústria.

DB – Ministro, o Sr. como todo nordestino é muito sentimental. O que mais sensibilizou nesse seu reencontro com Campina Grande?

VW – O que mais me sensibilizou foi o carinho com que eu fui recebido pelos meus amigos e até por pessoas que não conhecia. Talvez satisfeitos com a administração que eu fizera de forma que, este fato de eu voltar a minha terra depois de tantos anos e se recebido da maneira como fui por parte da imprensa principalmente, eu só posso me considerar um homem feliz, porque eu vi que esse meu sonho de mocidade hoje é uma grande realidade. A cidade hoje é uma verdadeira Capital. Em qualquer pólo de desenvolvimento, o industrial, o ensino hoje, no meu tempo não havia nada disso, hoje Campina tem duas Universidades afluem para aqui milhares de estudantes, de outras cidades, de outros Estados. Campina tem um grande comércio, tem uma grande indústria, uma grande imprensa, tudo isso no meu tempo não havia era apenas o bruxuleai.

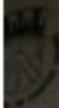
DB – Ministro, nos perguntamos ainda, que mensagem o Sr. transmitiria aos administradores de Campina Grande com a sua vivência?

VW – Eu diria aos governantes, aos atuais e aos futuros, porque para o passado não se pode falar, dizia que olhassem com carinho, olhasse com entusiasmo e com modéstia e humildade para as coisas da cidade, e se baseassem sempre na opinião dos técnicos que hoje se usa muito por aí afora, o que não havia no meu tempo, eu tinha de ser o técnico das ideias gerais.

ANEXO C - LEI N.599/80

Nº 38/80 Proj. nº44/80	AUTORA EMENTA	MARIA LOPES BAREOSA Faz denominação de rua e dá <u>ou</u> tras providências. Lei: 597/80 RUA: SINHAZINHA CELINO
Nº 39/80 Proj. nº48/80	AUTOR EMENTA	MESA DA CÂMARA Dispõe sobre transferência e anulação de dotação orçamentá- ria da Câmara de Vereadores, e dá outras providências. Lei: 598/80
Nº40 /80 Proj. nº47/80	AUTOR EMENTA	PODER EXECUTIVO Cria o Departamento de Patrimê- nio Cultural e dá outras provi- dências. Lei:

Secretaria Geral da Câmara Municipal de Campina
Grande "Casa de Félix Araújo", em, 13 de janeiro de 1981.



ESTADO DA PARAIBA
MUNICÍPIO DE CIMPIÑA CIAMPI
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
(CASA DE FELIX ARAÚJO)

LEI N.º _____

Data _____

AUTOGRAFO N.º 40/80 _____
Projeto de Lei N.º 47/80 _____
ORIGEM N.º 25/80 _____

EMENTA: Cria o Departamento de Patrimônio Cultural e dá outras providências.

VISTO
TRANS. 40
Assinatura J. Figueiredo

VISTO
FICHA
at. J. Figueiredo
3/1/80

AUTOR: PODER EXECUTIVO



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(CASA DE DEUS ARAGUO)

[Handwritten signature]

ATÓGRÁFO Nº 140/80

PROJETO DE LEI Nº 47/80
Nº NA ORIGEM - 25/80

512

Cria o Departamento de Patrimônio Cultural e dá outras providências

- Art. 1º - Fica criado o DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO CULTURAL subordinado diretamente a Secretaria de Educação e Cultura.
- Art. 2º - O DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO CULTURAL será composto de:
- a) - divisão de Bibliotecas
 - b) - divisão de Arquivo Público
 - c) - divisão de Museus
 - d) - Divisão de Cinemas e Teatros
- Art. 3º - Ficarão vinculados:
- a) - à DIVISÃO DE BIBLIOTECAS: a Biblioteca Pública Municipal e as Bibliotecas Escolares dos Estabelecimentos de ensino, mantidas pela Secretaria de Educação e Cultura e as que vierem a ser criadas;
 - b) - à DIVISÃO DE ARQUIVO PÚBLICO: o Arquivo Público ora criado constituído de acervo de esferas oficiais e arquivos particulares da comunidade que lhes sejam confiados;
 - c) - à DIVISÃO DE MUSEUS: o Museu Histórico de Campina Grande que ora é criado e os demais existentes e que vierem a ser criados;



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(CASA DE FELIX ARAUJO)

- 2 -

d) - à DIVISÃO DE CINEMAS E TEATROS; o Teatro Municipal "Severino Cabral", o Cinema Municipal ora criado e demais estabelecimentos do gênero que vierem a ser criados pelo Município.

Art. 4º - Compete ao DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO CULTURAL:

- a) - elaborar normas e padrões para recolhimento, preservação e difusão do Patrimônio cultural de Campina Grande, prestar assessoria técnica e coordenar as atividades de planejamento e divulgação dos órgãos que lhe são subordinados;
- b) - estabelecer as diretrizes do sistema;
- c) - realizar estudos para aplicação de técnicas modernas de tratamento de fluxo de informações;
- d) - assessorar tecnicamente as Divisões dando-lhes o suporte necessário para funcionamento;
- e) - incentivar a promoção de programas de ação comunitária como meio de difusão dos serviços das Bibliotecas, Arquivos, Museus, Cinemas e Teatros;
- f) - orientar quanto à denominação de Ruas, Praças, Logradouros, bem como do levantamento biográfico de campinenses natos ou por adoção, que contribuíram para o progresso de Campina Grande, e da Paraíba tanto na literatura como em outros setores de atividades;
- g) - coordenar o controle de estoques de todos os bens sob a sua orientação;
- h) - outras atribuições que sejam decretadas.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(CASA DE FELIX ARAGÃO)

[Handwritten signature]

- 3 -

para a consecução dos seus objetivos.

Art. 5º - Compete à DIVISÃO DE BIBLIOTECAS:

- a) - promover a integração das Bibliotecas com Programas Nacionais e Internacionais de Bibliotecas;
- b) - integrar as Bibliotecas no Sistema de Informações Científicas e Tecnológicas.

Art. 6º - Compete à DIVISÃO DE ARQUIVO PÚBLICO:

- a) - preservar os documentos textuais, audiovisuais, cartográficos e outros, considerados de valor histórico e originário tanto dos poderes Executivos, Legislativos e Judiciários, assim como arquivos particulares e da administração privada;
- b) - elaborar e divulgar os inventários do acervo histórico.

Art. 7º - Compete à DIVISÃO DE MUSEUS:

- a) - estabelecer critérios de aquisição, registro e classificação de peças de interesse histórico;
- b) - desenvolver estudos para estabelecimento de legislação sobre conservação e preservação das peças pertencentes ao acervo do Museu;
- c) - executar a política de preservação da memória nacional neste Município através das atividades museológicas;
- d) - promover exposições, conferências, cursos, estudos, atinentes à sua destinação;
- e) - estabelecer intercâmbio de informações, e a



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(CASA DE REUN. ABALDO)

[Handwritten signature]

- 4 -

integração, do museu ao sistema Nacional de Museus;

- f)- promover a administração dos Genais Museus do Município ora existente ou que vierem a ser criados, diretamente quando for o caso, ou através de contratos, respeitadas as já existentes.

Art. 8º.- Compete à DIVISÃO DE CINEMAS E TEATROS:

- a) - promover a administração do Cinema Municipal criado nesta lei, diretamente ou através de contrato na forma que a Lei vier estabelecer;
- b) - promover a administração do Teatro Municipal e outros que vierem a ser criados, diretamente quando for o caso, ou através de contratos, respeitadas as já existentes.

Art. 9º.- Fica criado na Secretaria de Educação e Cultura 1 (um), cargo de Diretor do Departamento de Patrimônio Cultural, símbolo - 00-2-.

Art.10º.- Compete ao Diretor do Departamento de Patrimônio Cultural as atribuições genéricas do Art. 15 do Regulamento Interno da Prefeitura Municipal - Decreto nº 647, de 31 de Agosto de 1979, e aos Chefes das Divisões, às do Art. 16 do referido Diploma Legal, por força da Lei nº 495, de 03 de julho de 1979.

Art.11º.- O Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande será considerado Órgão Consultivo para todas as atividades Culturais dos serviços criados nesta Lei

Art.12º.- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial de R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL CRUZEROS), para fazer face às despesas decorrentes desta Lei.

Art.13º.- Os recursos correspondentes às despesas referidas



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(CASA DE FÉLIX ARAUJO)

- 5 -

no artigo anterior serão decorrentes de anulação parcial de dotações orçamentárias vigentes.

Art. 14º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15º - Revogam-se as disposições em contrário.

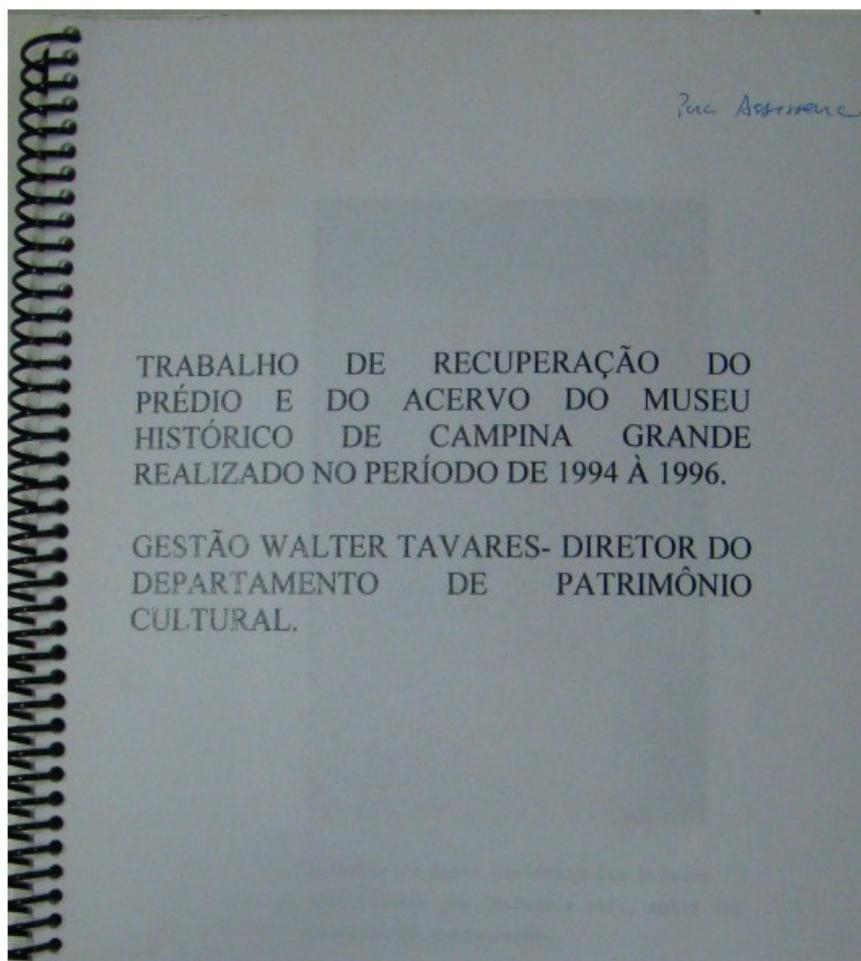
Câmara Municipal de Campina Grande "Casa de Félix Araújo",
em, 19 de junho de 1980.

O PRESENTE AUTOGRAFO é cópia fiel do
que foi aprovado em Plenário em sessão de
19.06.1980
Secretaria Executiva da Câmara Municipal de
C. Grande em 20.06.1980

VISTO:

Secretaria Executiva

**ANEXO D – TRABALHO DE RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO E DO ACERVO
DO MUSEU HISTÓRICO DE CAMPINA GRANDE**



1ª SALA DE EXPOSIÇÃOSANDUICHE DE VIDRO - 1

SÉC. XVIII

Em fins do séc. XVIII, os Engenhos de Farinha - "Ca
sa de Farinha" - levaram os lavradores a transformarem
a povoação de Campina Grande, em ponto de convergência
de tropeiros e boiadeiros dos Sertões. Da farinha fabri
cada nos sítios campinenses, nasceu o comércio deste ar
tigo, que era vital para a economia do povoado.

SANDUICHE DE VIDRO - 2

SÉC. XVIII

Em fins do séc. XVIII, a pecuária era um forte es
teio de economia da povoação de Campina Grande. Daí a
construção dos "Currais de Pedra" para evitar que o gado
devastasse as lavouras existentes. Além dos Currais de
Pedra existia também o chamado "Travessão" - uma cerca
de madeira limitando as regiões da pecuária e da agricul
tura, dentro da qual, ficou virtualmente proibido conser
var o gado em liberdade.

SANDUICHE DE VIDRO - 3

1697 - Representação da chegada dos Índios Ariús em Campina Gran
de, traidos por Teodósio de Oliveira Ledo, em 1697, vin
dos do Vale das Piranhas. Nessa ocasião, foi lançado os
fundamentos do Arraial, que posteriormente transformou
-se em Campina Grande.

PEÇAS

- TIJOLOS E TELHAS, da construção deste prédio, em 1814.

SANDUICHE DE VIDRO - 4

1790 - Em 1701 foi erguida a primeira Capela de Campina Grande.
Em 1790, com a fundação da Vila Nova da Rainha, funcionou
na Capela, o Primeiro Senado da Câmara, até quando foi
inaugurado a Casa da Câmara e Cadeia em 1814.

02.

SANDUICHE DE VIDRO - 5

1824 - Frei Caneca e outro revolucionario, quando pernoitaram presos, neste prédio, no dia 12 de dezembro de 1824.

ALÇAPÃO - 1824

Por este "Alçapão" desciam os detentos, por intermédio de uma escada, que era depois retirada. Fechado o alçapão, o preso ficava totalmente isolado e sem condições de fugir.

PAINEL 1

Roteiro da Exposição

PAINEL 2

Síntese Cronológica

- 1697 - Aldeamento dos Índios Ariúas no sítio de Campina Grande, pelo Capitão-Mor dos sertões, Teodósio de Oliveira Lêdo.
- 1750 - Campina Grande foi elevada à Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres (São João do Cariri).
- 1787 - Antônio Felipe Soares de Andrade Brederodes (Desembargador) propôs, em 28 de março de 1787, ao governador de Pernambuco, a criação de três vilas, sendo uma nos Cariris.
- 1790 - Campina Grande é elevada à Vila, com a denominação de VILA NOVA DA RAINHA.
- 1814 - Inaugurado o Edifício do Senado, da Câmara, no Largo da Matriz, que também servia de cadeia (atual prédio do Museu Histórico de Campina Grande).
- 1822 - Criação da primeira escola da Vila.
- 1824 - Participação de Campina Grande na Confederação do Equador, em Pernambuco.
- 1826 - Inauguração da Casa do Mercado, no Largo da Matriz, construída por Baltazar Gomes Pereira.
- 1830 - Concluída a construção do Açude Velho.
- 1831 - Concluída a construção do Açude Novo.
- 1848 - Participação de Campina Grande na Revolução Praeira, em Pernambuco.
- 1852 - Sedição popular, denominada "RONCO DA ABELHA".
- 1864 - CAMPINA GRANDE é elevada à cidade.
- 1874 - Revolta dos QUEBRA-QUILOS.
- 1876 - Criação do primeiro Colégio Eleitoral de Campina Grande, que contava com 34 eleitores.
- 1879 - Inaugurado o PAÇO MUNICIPAL.
- 1888 - Publicado o primeiro número do Semanário GAZETA DO SERTÃO.

- 1895 - A Lei Municipal nº 27, cria em cada Município o lugar de Prefeito.
- 1897 - Inauguração da primeira Agência Telegráfica em Campina Grande.
- 1904 - O Governo da União assina contrato com a GREAT WESTERN para a construção da Ferrovia ITABAIANA-CAMPINA GRANDE.
- 1907 - Inauguração oficial da Estação Ferroviária e a chegada do primeiro trem.
- 1914 - Aparece na cidade, o primeiro automóvel. Era um "Studebaker" da garage Londres, de João Pessoa. Veio em trânsito para Soledade e Taperoá, conduzindo o Dr. Seráfico da Nóbrega e os comerciantes Manoel Soares Londres e João Vergara.
- 1916 - Inauguração da barragem do açude Bodecongô.
- 1919 - Fundação da Associação dos Empregados do Comércio.
Inauguração da luz elétrica.
Instalação do Posto Anti-Ofídico do Instituto Vital Brasil.
- 1922 - Inauguração do Monumento à Independência, no Largo da Matriz, em frente ao Paço Municipal.
- 1923 - Fundada a Loja Maçônica "Regeneração Campinense".
Inaugurada a Agência do Banco do Brasil - primeiro estabelecimento de crédito da cidade. Gerente: José Arrais de Alencar.
- 1925 - Inauguração da primeira Fábrica de Sabão, e inauguração do Mercado Público.
- 1926 - Início do tráfego de BONDES, que funcionavam a gasolina.
- 1927 - Inauguração do Serviço de Abastecimento d'Água de Puxinanã.
- 1930 - A guarnição federal da cidade e todos liberais apoiaram a Revolução.
- 1933 - Inauguração de Edifício dos Correios e Telégrafos no Largo do Rosário.
Getúlio Vargas visita Campina Grande.
- 1934 - Inaugurada a 1ª Usina de Pasteurização do Leite.
- 1937 - Inauguração do Serviço de Telefones automáticos.
- 1940 - Fundação do Aeroclube de Campina Grande.

PAINEL 3

1697 - ROTAS DE COLONIZAÇÃO

Mapa de colonização da Paraíba do Norte, mostrando as ENTRADAS de:

- ELIAS HERCKMAN (1639)
Holandês, diretor autêntico da ocupação holandesa na Paraíba, enfrentou os sertões à procura de jazidas de ouro e prata.
- MANUEL FIGUEIRA (1682)
- ANTÔNIO DE OLIVEIRA LÊDO (1663)
- TEODÓSIO DE OLIVEIRA LÊDO (1697)

Os Oliveira Ledo vieram da Bahia dispostos a criar gado. Antônio de Oliveira Ledo foi quem montou a primeira fazenda da Cariri-Boqueirão. O exemplo dos Oliveira Ledo foi seguido por vários colonos.

A colonização do Interior do Estado da Paraíba foi muito lenta, havendo passado mais de 100 anos sem que a capital tivesse conhecimento da existência das localidades do BOQUEIRÃO e PIRANHAS. A integração da Capitania só foi realizada no final do séc. XVII, com a incorporação das terras do Cariri e dos Sertões.

PAINEL 4

1697 - POPULAÇÃO INDÍGENA

Mapa da POPULAÇÃO INDÍGENA da Paraíba do Norte, séc. XVII, mostrando as seguintes tribos existentes:

- TUPI
- POTIGUARA
- TABAJARA
e as aldeias dos índios
- CARIRIS
- ARIÓS
- SUCURUS
- PARATIS
- CUREMAS
- JANDUIS
- ICÓS

06.

Os ARIÚS se formaram no aldeamento de Campina Grande, são oriundos do Vale do Rio Piranhas, trazidos por Teodósio de Oliveira Ledo, em 1697.

PAINEL 5

1697 - CARTA DE ALBERGARIA

Cópia fotográfica do original da carta de D. MANUEL SOARES DE ALBERGARIA, em 1697, ao Rei de Portugal, solicitando religiosos para catequisar os Índios.

Na época, eram quatro Ordens Religiosas na Capitania da Paraíba do Norte:

- JESUÍTAS
- FRANCISCANOS
- BENEDITINOS
- CARMEELITAS

Foram os Padres Jesuítas que catequisaram os Índios Ariús, que povosavam o Cariri e Campina Grande.

Cópia da Carta de D. Manuel Soares de Albergaria.

Senhor,

O Capitão-mor da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria em carta de 14 de mayo deste anno dá conta a V. Magestade em como no princípio de Dezembro de 1697 fôra aquella cidade o Capitão-mor das Piranhas de Piancó, Theodósio de Oliveira Ledo e o informara do estado em que se achavão os certoens daquelle districto, despoçados das invasões que tinha feito o gentil bárbaro Tapuya e que era conveniente que estes se tornassem a povoar com gados e curraes asy pela utilidade que resultava a Fazenda Real no crescimento dos dizimos como pela conveniência de toda aquella capitania pela muita quantidade de gados e pastos que havia; para o que lhe era necessario que elle capitão o ajudasse com alguma gente e municoes para nas ditas Piranhas fazer arrayal; que trouxera consigo huma nação de Tapuyas chamadas Arius, que estão aldeados juntos aos careris onde chamão a Campina Grande e querião viver como vassallos de V. Magestade e reduzirem-se a Nossa Santa Fé Catholica dos quais era principal um Tapuya de boa traça.

07.

e muito fiel chamado Cavalcanti, os quais foram com o dito Capitão-mor e 40 carretos, e 16 Índios que tirara das aldeas e dez soldados daquela praça, mandando-lhe consertar as armas e dando quatro arrobas de pólvora e balla, quarenta alqueires de farinha e algumas carnes; e partindo no 1º de janeiro do anno passado fôra com o dito Capitão-mor hum religioso de Santo Antonio, a quem particularmente encomenara conversão daquelle gentio, e pela carta inclusa do dito capitão-mor, seria presente a V. Magestade o bom successo que Nosso Senhor foi servido dar-lhe; e que estava esperando pelo capitão-mor para fazer outra entrada e lhe constara se não juntando muitos gados para hires povoar as Piranhas, onde se devia fazer arrayal para segurança dos povoadores.

Ao Conselho parece fazer presente a V. Magestade o que escreve o Capitão-mor da Paraíba o bom successo que se teve na campanha com os Índios nossos inimigos; e que o que obrou Theodósio de Oliveira Ledo se deve estranhar mui severamente em matar a sangue frio muitos Índios que tomou na guerra, que su posto insinua erão capazes, isso não tira que era mais conveniente que se usasse com elles de toda a piedade, por que o exemplo do rigor que com elles executou, seria dá occasião a fazer aos mais nossos contrarios vendo a nossa impiedade; e que assim se fez este caso digno de hum exemplar castigo; em quanto a situação do arrayal se approva o que nesta porta se assentou, pois se entende que se escolheria o que se tivesse por mais conveniente.

Lisboa 3 de setembro de 1699.

José de Freitas Serrão

Miguel Nunes de Mesquita

O Conde de Alvor, Francisco Pereira da Silva

PAIHEL 6

1790 - ATA DE FUNDAÇÃO DA VILA NOVA DA RAINHA

No dia 20 de abril de 1790, o Povoado de Campina Grande foi elevada à Vila. O ato contou com a presença do Desembargador Antonio Felipe de Andrade Brederodes, Ouvidor e Auditor Geral do Crime e do Civil, em toda Comarca da Paraíba do Norte e nele Corregeda. Também presentes ao ato, as autoridades locais e o povo em geral.

07.

e muito fiel chamado Cavalcanti, os quaes forão com o dito Capitão-mor e 40 carerões, e 16 índios que tirara das aldeas e dez soldados daquella praça, mandando-lhe consertar as armas e dando quatro arrobas de pólvora e balls, quarenta alqueires de farinha e algumas carnes; e partindo no 1º de janeiro do anno passado fôra com o dito Capitão-mor hum religioso de Santo Antonio, a quem particularmente encosou ara conversão daquelle gentio, e pela carta inclusa do dito capitão-mor, seria presente a V. Magestade o bom successo que Nosso Senhor foi servido dar-lhe; e que estava esperando pelo capitão-mor para fazer outra entrada e lhe constara se hião juntado muitos gados para hires povoar as Piranhas, onde se devia fazer arrayal para segurança dos povoados e.

Ao Conselho parece fazer presente a V. Magestade o que escreve o Capitão-mor da Parayba o bom successo que se teve na campanha com os índios nossos inimigos; e que o que obrou Theodósio de Oliveira Ledo se deve estranhar mui severamente em matar a sangue frio muitos índios que tomou na guerra, que su posto insinua erão capazes, isso não tira que era mais conveniente que se usasse com elles de toda a piedade, por que o exemplo do rigor que com elles executou, seria dá occasião a fazer aos mais nossos contrarios vendo a nossa impiedade; e que assim se fez este caso digno de hum exemplar castigo; em quanto a situação do arrayal se approva o que nesta porta se assentou, pois se entende que se escolheria o que se tivesse por mais conveniente.

Lisboa 3 de setembro de 1699.

José de Freitas Serrão

Miguel Nunes de Mesquita

O Conde de Alvor, Francisco Pereira da Silva

PAINEI 6

1790 - ATA DE FUNDAÇÃO DA VILA NOVA DA RAINHA

No dia 20 de abril de 1790, o Povoado de Campina Grande foi elevada à Vila. O ato contou com a presença do Desembargador Antonio Felipe de Andrade Brederodes, Ouvidor e Auditor Geral do Crime e do Civil, em toda Comarca da Paraíba do Norte e nele Corregeda. Também presentes ao ato, as autoridades locais e o povo em geral.

09.

- Com a inauguração do Paço Municipal e da Nova Cadeia, nas proximidades da Igreja do Rosário, em 1879, este prédio ficou desocupado.
 - Em 1895, quando Campina Grande já era cidade o Governo Federal recebeu o prédio como doação da Prefeitura, para instalar no primeiro andar, a Agência do TELÉGRAFO, a primeira da cidade, inaugurada em 13 de janeiro de 1896.
 - O Governo Federal remodelou o prédio, aumentando-o consideravelmente: a velha escada externa foi demolida e uma outra foi construída no seu interior. Foram feitas duas portas no térreo do prédio.
 - O Telégrafo funcionou neste prédio até 1933, quando foi transferido para um novo local, na Administração de Prefeito Lafayette Cavalcanti.
 - Em 1935, foi instalado o Serviço Médico da INSPECTORIA DE OBRAS CONTRA AS SECAS. Nessa ocasião o prédio passou a contar com tres portas no térreo e tres portas no primeiro andar.
 - Em 1965, serviu como primeira sede da Reitoria da UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE e do MUSEU DE ARTES.
- Atualmente, na Administração do Prefeito ENIVALDO RIBEIRO, este prédio foi totalmente restaurado, conservando suas características primitivas, para que nele funcionasse o MUSEU HISTÓRICO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE.

PAINEI 9

1864 - ELEVAÇÃO À CIDADE

A lei que eleva uma Vila a categoria de Cidade, era discutida e aprovada pela ASSEMBLÉIA PROVINCIAL, instalada na Capitania do Estado. Depois de aprovada, era sancionada pelo Presidente da Província.

A lei nº 127, que elevou a Vila de Campina Grande à categoria de CIDADE, foi discutida e aprovada pela 15ª Legislatura, composta por trinta Deputados Provinciais havendo entre os mesmos um representante de Campina Grande, o Pe. Francisco Alves Pequeno, filiado ao Partido Liberal.

A lei nº 127, foi assinada pelo Presidente da Província da Paraíba do Norte Dr. Sinval Odorico de Moura, no dia 11 de outubro de 1864.

LEI Nº 127

"SINVAL ODRICO DE NOURA, Bacharel, formado em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Academia de Olinda, Oficial da Imperial ORDEM DA ROSA e PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial resolveu, e eu sanciono a LEI seguinte:

Art. Único - A Vila de Campina Grande fica elevada a categoria de CIDADE, conservando a mesma denominação e revogadas as disposições em contrário.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente RESOLUÇÃO pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O secretário desta Província a faça imprimir publicar e correr.

Palácio do Governo da Paraíba, em 11 de outubro de 1864.

SINVAL ODRICO DE NOURA".

TOTEM I - ASÉC. XVIII - AGRICULTURA

O sustentáculo econômico de Campina Grande desde a época em que foi Freguesia e Vila, deveu-se aos "ENGENHOS DE FARINHA DE PAU" - Casa de Farinha - e à Pecuária. Graças à farinha fabricada nos sítios campinenses, nasceu o comércio desse artigo. Os pobres se socorriam da indústria e comércio farináceo como "tábua de salvação" e que veio a servir como mais um fator de progresso local.

Campina Grande, e somente ela na Capitania, experimentou a influência da "civilização da farinha". Ela foi a primeira etapa da evolução comercial e graças a ela, na Aldeia se criou freguesia e erigiu vila.

As terras de Campina Grande denunciavam diferenças geológicas específicas:

- AO NORDESTE: o solo era montanhoso, com terras roxas, árvores frondosas nos altos e baixos, água doce de inúmeras mananciais. Era o BREJÓ.

11.

- AO NOROESTE: o sol era levemente acidentado, terra arenosa, vegetação xerófila, água salobra, ausências de mananciais. Era o AGRESTE.
 - AO SUDESTE: planícies, árvores enfezadas nos tabuleiros e frondosas nas margens dos ribeiros, água abundante. Era a CAATINGA.
 - AO SUDOESTE: planícies, vegetação rarefeita e entremada de cactáceas. Pouca água. Era o CARIRI.
- Essas características determinaram os diversos rumos que os primeiros agricultores deveriam tomar.

TOTEM 1 - B

SÉC. XVIII - PECUÁRIA

Até o fim do Século XIX, a economia de Campina Grande foi sustentada pelo comércio da pecuária e de produtos agrícolas. A maior ambição do colono era criar rebanhos. A pecuária antecedeu à agricultura nas regiões do Planalto da Borborema e dos Sertões, influenciando a preferência dos colonos pelas terras apropriadas à criação.

Os campos da Caatinga e do Cariri não demoraram a se povoar de rebanhos. O gado bovino era em maior quantidade, seguindo-se o cavalariço, o caprino, o lanífero, o suíno e o asinino.

Para evitar que o gado devastasse as lavouras, o colono construía os cercados em volta dos roçados. Os rebanhos aclimatavam-se nos campos das zonas mais enxutas e secas, ficando assim a divisão entre "TERRAS DE PLANTAR E TERRAS DE CRIAR".

Entretanto, apesar da preferência pela pecuária, era necessário fazer o plantio de cereais para suprir as necessidades de alimentação do pessoal nas fazendas. A mandioca tornou-se de grande vantagem econômica, tendo iniciado a primeira indústria campinense. Foi a "casa de farinha" que fez da povoação de Campina Grande um ponto de convergência, ponto de tropeiros e boiadeiros do Sertão.

PAINEL 10

1790 - CARACTERÍSTICAS

A Vila de CAMPINA GRANDE, em 1790, apresentava a seguinte situação:

POPULAÇÃO: cerca de 600 pessoas.

POPULAÇÃO DA VILA COM AS FAZENDAS JURISDICIONADAS: 8.000 pessoas, e inclusive escravos.

CASAS - aproximadamente 100 casas.

RUAS - Três: Rua das Barrocas, Rua do Oitão da Igreja e Largo da Igreja.

FEIRA - Localizava-se na Rua das Barrocas e também em frente à Capela e Alpendrada do Mercado.

ESTRADAS - cinco:

SERTÃO - Início em frente à Alpendrada, seguindo pelas Fazendas do Lucas, Cacimba Nova e Povoado Timbaúba.

SERIDÓ - Início ao poente de Alpendrada, passando pelos sítios dos Cuité, do Colvão, Fazenda Puxinanã, e Povoado dos Pecinhos.

QUEIMADAS - Início em frente à Alpendrada e remando pelo Ligeiro e Bodoquitá.

BREJO - Início no oitão da Capela, subia e alcançava Alagoa Nova e Banabuié.

ALAGOA GRANDE - Início no oitão da Capela e alcançava o Marinho e Serra Redonda.

PAINEL 11

1864 - CARACTERÍSTICAS

A cidade de Campina Grande, em 1864 apresentava a seguinte situação:

POPULAÇÃO: cerca de 1.800 habitantes.

CASAS: aproximadamente, 300 casas.

ESCOLAS - Duas: uma para crianças do sexo feminino e outra para o sexo masculino.

RUAS - Quatro: Rua do Seridó, Rua das Barrocas, Rua do Meio e Rua do Oitão da Matriz.

LARGOS - Quatro: Largo da Matriz, Largo do Mercado Velho, Largo do Mercado Novo e Largo do Rosário.

IGREJAS - Duas Igrejas Católicas: a Igreja Matriz e a Igreja do Rosário.

13.

AÇUDES - Dois açudes públicos; o Açude Velho e o Açude Novo.
MERCADO - Duas casas de mercado: o Mercado Velho e o Mercado Novo.
CEMITÉRIO - Um cemitério.
CASA DA CÂMARA E CADEIA - Uma
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL - Rs. 1:624\$290.

PAINEL 12

1907 - CARACTERÍSTICAS

- cerca de 600 casas:
- cerca de 1.800 habitantes.
- Dois açudes: Açude Velho e Açude Novo.
- Oito ruas:
 - RUA das Barrocas
 - RUA do Meio ou de Baixo
 - RUA do Oitão da Igreja
 - RUA Grande ou do Seridô
 - RUA Princesa Isabel
 - RUA dos Armazéns
 - RUA da Cadeia
 - RUA Irineu Jeffily
- Quatro Largos:
 - Largo da Metriz
 - Largo do Comércio Velho
 - Largo do Comércio Novo
 - Largo do Rosário

PAINEL 13

1918 - CARACTERÍSTICAS

- cerca de 1.800 casas.
- cerca de 11.000 habitantes.
- Dois açudes:
 - Açude Velho e Açude Novo
- Dois cemitérios:
 - Das Boninas
 - Nossa Senhora do Carmo

- Trinta e uma ruas
- cinco Travessas
- Seis praças
- Quatro largos
- Três ranchos
- Receita orçada: R\$. 105:000\$000

PAISEL 14

1977 - CARACTERÍSTICAS

POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO: 225.232 habitantes.

POPULAÇÃO URBANA: 235.365 habitantes.

ÁREA DO MUNICÍPIO: 970km², dividida administrativamente nos Distritos de Boa Vista, Catolô, Galante, Santa Teresinha, São José da Mata e o Distrito Sede.

DENSIDADE DEMOGRÁFICA - Em média, 2.200 habitantes por km² e 440 residências por km².

REGIÕES MAIS DENSAS - 6.000 habitantes por km² e 2.000 residências por km².

EDUCAÇÃO E CULTURA - 2 Universidades, 1 Teatro Municipal, 1 Biblioteca Pública, 1 Canal de Televisão, 4 Emissores de Rádio, 3 Jornais diários, e 1 Museu de Arte.

DISTRITO INDUSTRIAL - Considerando, no setor secundário, um dos seis maiores centros fabris do Nordeste, contanto com 444 indústrias entre pequenas, médias e de grande porte.

ITEM 2 - A

1824 - FREI CANECA EM CAMPINA GRANDE

Durante o movimento revolucionário denominado CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR, contra o governo de D. Pedro I, e que visava a implantação de uma República composta de seis províncias sob o modelo dos Estados Unidos da América do Norte, foi trazido preso das Lavras de Mangabeira, no Estado do Ceará, o Frei Caneca que junto com outros revolucionários, permaneceu neste prédio, onde funcionou, naquela época, a Cadeia Pública de Campina Grande.

Frei Caneca chegou em Campina Grande, conduzido pelo Major

Pastorinha que o recolheu à Cadeia Pública, situada no térreo deste prédio.

Frei Caneca e os revolucionários foram conduzidos ao primeiro andar deste prédio e desceram ao térreo, através de uma escada que era colocada no alçapão (que ainda hoje existe no assoalho de madeira) sendo este, o mesmo local em que Frei Caneca desceu como prisioneiro.

Na prisão, Frei Caneca foi visitado por vários campinenses. Daqui Frei Caneca foi conduzido ao Recife onde viria a ser fuzilado.

TOTEM II - B

1824

No dia 12 de dezembro de 1824, durante a Confederação do Equador, Frei Caneca pernitoiu como prisioneiro, neste prédio (atual Museu Histórico de Campina Grande) trazidos com outros revolucionários das Lavras da Mangabeira, no Estado do Ceará. Esta é a transcrição da carta escrita por Frei Caneca relatando sua estada em Campina Grande:

"Nesta Vila fomos visitados pelo Pita e outras muitas pessoas de patriotismo e sentimentos liberais do lugar, que se mostraram extremamente consternados com nossa sorte, entre os quais foi um pardo chamado Manuel Alexandre, cuja generosidade nesta ocasião, não podemos deixar de mencionar, porque vendo-me e ao Mercês, faltosos inteiramente de vestuário, visto que apenas possuíamos uma camisa, uma calça e vestes já rötas, que trazíamos vestidos, por quanto toda a nossa fardamento tinha sido carregada pelos calhambolas, nas cargas que nos roubaram na descida da Pedra Lavrada, correu a sua casa, e trouxe para cada um de nós duas camisas, dois lençóis e um corte de veste que nos apresentou vertendo lágrimas e pedindo-nos que houvéssemos de perdoar aquela pequena oferta, que nada mais podia dar, atendida a sua pobreza; mas que o céu era testemunha dos sentimentos internos do seu coração e de quanto desejava ter naquela ocasião para nos ofertar, pois lhe causara a maior compaixão possível o ver em semelhante estado os verdadeiros filhos de sua pátria".

"Aqui em Campina Grande, o nosso condutor, o Major Paiz

torinha, portou-se conosco malissimamente, pondo-nos sentinela à porta da cadeia, e que nos mateu e até dando ordem para não consentir subir lá gente e separando-se do nosso rancho para ir jantar como Lord em casa do Comandante; e como mandasse-nos o jantar, foi por todos nós repudiado, porque ainda que presos nós tínhamos os sentimentos de homens de bem, para nos sujeitarmos a sofrer indignidades e vilzeas. Passamos pois, sem jantar, tomando apenas uma pequena refeição de bolachas, quijo e vinho, que alguns companheiros mandaram comprarem isto nos contentamos. Pelas três horas da tarde, saímos de Campina Grande para ir pernoitar a três léguas de distância, no Caboclo de Cima, Fazenda de Bento Cosporra, onde fomos bem hospedados pelos filhos do dito Bento, os quais nos mandaram fazer uma boa ceia e nós administraram eles mesmo com a maior urbanidade possível. No dia seguinte, 13, saímos de manhã do Caboclo e fomos jantar na povoação de Inzá, a sete léguas".

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca.
Obras Políticas e Literárias. Teol.
p. 133.

2ª SALA DE EXPOSIÇÃO

SANDUICHE DE VIDRO I

FOTO...

- Igreja Nossa Senhora da Guis, 1927 (demolida em 1966)

FOTO...

- Igreja Nossa Senhora da Guis, no bairro de São José em 1936 (foi demolida na administração do Prefeito Williams Arruda, em 1965)

FOTO...

- Rua Maciel Pinheiro, 1932 (vendo-se o CINE FOX e o modelo de poste de iluminação pública)

FOTO...

- Rua Maciel Pinheiro, 1935 (vendo-se os postes de iluminação pública no meio da rua)

FOTO...

- Rua Maciel Pinheiro, 1938.

3ª SALA DE EXPOSIÇÃOTOTEM 1 - A

1879 - PAÇO MUNICIPAL

PEDRA FUNDAMENTAL - Em 27 de março de 1877, no início da terrível seca que assolou o Nordeste.

INAUGURAÇÃO - 02 de dezembro de 1879.

DEMOLIÇÃO - Em 1942, na administração do Prefeito Wergniaud Wanderley.

HISTÓRICO - O PAÇO MUNICIPAL constituiu-se em sede da Câmara e do FORUM, recinto onde se decidiam os efeitos de maior importância para a vida política e administrativa do Município.

Sua construção deveu-se ao Dr. Antonio da Trindade Antunes Meira Henrique, Juiz de Direito de Campina Grande. A obra foi iniciada com os recursos enviados pelo Presidente Provincial "para amparo aos necessitados" da grande seca que assolava o Município. Antes da obra ser concluída, estando a estiagem no fim, cessou a remessa dos auxílios públicos. O Dr. Trindade Henriques resolveu então apelar para a boa vontade do povo e foi bem sucedido. A Câmara votou uma verba para o término da obra, mas a mesma não foi liberada. O Dr. Trindade Henriques, confiando na seriedade do Poder Municipal, fez um "adiantamento" para o término da construção. A Câmara não pagou a dívida, mas também nunca a negou. Em reconhecimento ao esforço e benefício feito, a Câmara prestou uma homenagem ao Dr. Trindade Henriques, fazendo a posição do seu retrato, feito a óleo, em um dos salões do Edifício. A inauguração foi no dia 2 de dezembro de 1879, tendo sido o maior acontecimento já registrado em Campina Grande.

TOTEM 1 - B

1904 - CONSTRUÇÃO DA FERROVIA

No início do século XX, Campina Grande se ressentia da ausência de transportes para acelerar o seu desenvolvimento. O então Prefeito de Campina Grande, Cristiano Lauritzen, com seus próprios recursos, foi ao Rio de Janeiro para tratar junto às autoridades federais sobre o assunto e conseguir recursos para a construção de uma linha férrea para Campina

Grande. Neste sentido, chegou a falar com o Presidente da República, o Marechal Floriano Peixoto.

No dia 26 de julho de 1904, o Diário Oficial publicava o Decreto Federal nº 5.237, ratificando o contrato do Governo da União com a Great Western para a construção da Ferrovia ITABAIANA - CAMPINA GRANDE. Os trabalhos foram iniciados de imediato.

Posteriormente, a construção foi interrompida em Alagoa Grande e pela segunda vez Cristiano Lauritzen foi ao Rio de Janeiro, com recursos próprios, tendo sido recebido pelo Presidente Rodrigues Alves e pelo Senador Almeida Barreto, tendo conseguido os recursos para continuação da obra, que foi concluída no prazo previsto.

No dia 2 de outubro de 1907 foi inaugurada a Estação Ferroviária, com a chegada do primeiro trem. A máquina nº 3 da Great Western toda enfeitada com folhas de palmeiras e com duas bandeiras do Brasil na frente, chegou em Campina Grande, dando início assim ao progresso e desenvolvimento da cidade.

PAINEL 1

1907 - CHEGADA DO TREM

Registro da chegada do TREM em Campina Grande, no dia 2 de outubro de 1907.

Na Estação Ferroviária estavam as autoridades e toda a população com banda de música, fogos de artifícios e muita alegria.

HISTÓRICO - Antes do meio-dia, de carro de linha, chegou uma comitiva da GREAT WESTERN, chefiada por Mr. Clark, acompanhado de altos funcionários da Companhia.

A comissão de recepção foi encabeçada por Cristiano Lauritzen, pelo médico Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo (orador da solenidade), Major Lino Gomes, Major Juvino do Ó, o Alferes Manoel Paulino de Moraes, Prof. Clementino Procópio, Monsenhor Salea, Comerciante Tito Sodré, Benedito Rodrigues, Dr. Afonso Campos, Dr. José Pinto, os irmãos Cazusa, Miguel e Francisco Barreto, Manoel Lins de Albuquerque, todos proprietários de terras e pessoas da alta sociedade campinense.

O Trem chegou às seis horas da tarde, com um atraso de quatro horas.

FOTO...

- Estação Ferroviária, em 2 de outubro de 1907, no dia da chegada do primeiro trem à Campina Grande.

PAINEL 2

1927

FOTO...

- Açude de Puxinanã. Início da Barragem principal para fornecimento de água porável para Campina Grande em 1926.

1939

FOTO...

- Rua Marquês do Herval, 9 de março de 1939. Desfile em homenagem ao Interventor Argeiro de Figueiredo na inauguração da Adutora de Vaca Brava.

TOTEM 2 - A

1927 - ÁGUA DE PUXINANÃ

O CHAFARIZ DE PUXINANÃ foi inaugurado no dia 22 de outubro de 1927, juntamente com todo o Serviço de Abastecimento d'Água de Puxinanã, constituindo-se assim, no primeiro serviço de abastecimento d'água encanada de Campina Grande.

O Serviço de Abastecimento d'Água era composto de:

- DUAS GRANDES BARRAGENS: uma em Puxinanã e a outra em Grotá Funda. As duas barragens coletavam 500.000 m³ de água, quantidade suficiente para abastecer uma população de 20.000 pessoas.
- UMA ADUTORA: de 12 km.
- UMA CAIXA D'ÁGUA: localizada perto do Cemitério de Nossa Senhora da Conceição.
- UM CHAFARIZ: um pouco abaixo da Caixa d'água.

A obra custou aos cofres do Estado da Paraíba, no Governo de João Suassuna a importância de Rs. 350:000\$000.

O Engenheiro responsável pela obra, foi o Dr. Rômulo Campos.

Em 1944, a Adutora foi arrancada e seus canos foram retirados de Campina Grande, por ordem do Governador Ruy Carneiro, para dar lugar a um novo serviço de abastecimento d'água para a cidade de Campina Grande.

TOTEM 2 - B

1939 - VACA BRAVA

Em 1936, o chafariz da pequena adutora de Puxinanã, não mais atendia as necessidades de abastecimento d'água da cidade de Campina Grande. O Governador da Paraíba, Dr. Argemiro Figueiredo, assinou um contrato com a firma S. SATURNINO DE BRITO FILHO para instalação de um novo sistema de abastecimento d'água e serviços de esgotos para Campina Grande.

As obras foram iniciadas em 9 de março de 1937 e inaugurada em 9 de março de 1939, com grandes solenidades e homenagem ao Dr. Argemiro de Figueiredo, Interventor da Paraíba.

Constava no novo sistema de abastecimento d'água e esgotos, o seguinte:

- Aparelhamento da tomada d'água na Barragem VACA BRAVA;
- Arejador das águas a aduzir;
- Aqueduto em concreto da Barragem à Estação de Bombas;
- Prefiltro no fim do aqueduto;
- Estação elevatória;
- Linha dupla de recalque;
- Caixa de partida;
- Estação de Filtros e Reservatório de Acumulação do Alto Branco;
- Linha de ligação desse Reservatório ao seguinte;
- Reservatório de distribuição da zona baixa da cidade;
- Linha de recalque desse Reservatório ao seguinte;
- Antigo Reservatório do açude de Puxinanã (Caixa d'água das Areias) adaptado para distribuição à zona alta;
- Rede de distribuição d'água;
- Rede de coletores de esgotos;
- Emissora de esgotos;
- Estação depuradora;
- Sete chafarizes públicos na cidade.

PAINEL 3

1874 - REVOLTA DOS QUEBRA-QUILOS

Irrompeu na Serra de Rodopitã, a sedição popular dos QUEBRA-QUILOS. Os revoltosos, dirigidos por JOÃO CARGA D'ÁGUA (João Vieira) invadiram a cidade no dia 14 de novembro de 1874, um dia de sábado, reclamando aos gritos contra a exploração dos preços da Feira. Quebraram as "medidas" (caixas de madeira de litro e de meia cuia - 5 litros - fornecidas aos feirantes pela municipalidade) usadas pelos feirantes, lançando, em seguida, os pesos no Açude Velho.

Dias depois o criminoso Neco de Barros, acompanhado de vários indivíduos armados dominaram a cadeia da cidade, pondo seu pai e todos os detentos em liberdade. Um outro criminoso Alexandre de Viveiros, juntando-se aqueles, invadiu a cidade e incendiou os cartórios e o arquivo municipal. Eles aproveitavam o movimento do QUEBRA-QUILOS para depredar, saquear e incendiar os cartórios e arquivos visando destruir os autos de processo do crime de homicídios a que estavam pronunciados.

O movimento de QUEBRA-QUILOS visava apenas inutilizar os pesos e medidas usados nas feiras, porque julgavam que era uma forma de exploração do pobre e enriquecimento dos ricos.

João Carga d'Água e Alexandre de Viveiros tiveram que fugir devido à repressão policial. Alexandre de Viveiros foi preso posteriormente.

PAINEL 4

1879 - PAÇO MUNICIPAL

Prédio onde funcionou o PAÇO MUNICIPAL, inaugurado em 02 de dezembro de 1879 e demolido em outubro de 1942, na Administração do Prefeito Wergniaud Wanderley.

O PAÇO MUNICIPAL serviu como Câmara Municipal do Império e da República. Em seus salões, reunia-se o Corpo de Jurados de Campina Grande. Na época de festa foi palco de grandes bailes.

FOTOS...

- PAÇO MUNICIPAL. Demolido na administração do Prefeito Wergniaud Wanderley em outubro de 1942.

PAINEL 5

1920 - PRIMEIRO MOTOR DE LUZ

Até 1920, Campina Grande apesar de ser um poderoso centro exportador de algodão, não tinha iluminação elétrica. Toda a iluminação da cidade era feita através de querosene, enquanto que outras cidades como Guarabira, Itabaiana, Bananeiras e Mangueira, já possuíam luz elétrica.

Em 1920, o Sr. João da Costa Pinto, vindo de Recife e autorizado pelo Prefeito de Campina Grande, Cristiano Lauritzen, adquiriu de uma firma de São Paulo, um motor-para geração de energia elétrica, de 100 CV, de fabricação alemã, com dínamo de corrente contínua, com 55 mil velas, pesando três mil quilos, pelo valor de dezoito contos de réis, pagos à vista, ao Banco de Londres no Recife, intermediário da venda entre a firma paulista e a Prefeitura de Campina Grande.

O dinheiro para compra do motor foi conseguido por uma Comissão de campinenses, composta pelo Coronel Jovino do Ó, os comerciantes João Uchoa, Mário Cavalcanti e Genaro Cavalcanti, que arrecadaram quarenta contos de réis.

FOTO...

- Prédio onde funcionou a EMPRESA DE LUZ, de Campina Grande, em 1937.

PAINEL 6

1920 - ENERGIA ELÉTRICA

A inauguração da luz elétrica, foi um dos atos mais solenes de Campina Grande. Houve banda de música, foguetões, danças e festejos populares, depois do ato inaugural.

A solenidade decorreu na Rua Maciel Pinheiro, no dia 29 de setembro de 1920.

Para explorar o sistema de energia elétrica, foi constituída uma sociedade com três sócios: o engenheiro Joaquim de Brito, o Dr. André Bezerra do Rego Barros e o Sr. João da Costa Pinto. O nome da firma era J. BRITO & CIA., cujo escritório ficava na Rua Coronel Jovino do Ó, antiga Quatro de outubro.

Poucos anos depois, devido a grande demanda por energia, uma nova firma foi constituída com novos sócios. Foi então

adquirido um novo motor de 200 HP, de gás pobre. Na década de 1940 o Prefeito Wergniaud Wanderley encampou a empresa e em 1950 o então Prefeito Elpídio de Almeida transferiu a Empresa de Luz para as margens do Açude Velho com novas e pesantes unidades que rápido progresso de Campina Grande, exigia.

FOTO...

- Rua Maciel Pinheiro, em 1920. (No dia da inauguração da luz elétrica).

PAINEL 7

1930 - REVOLUÇÃO DE 1930

A REVOLUÇÃO de 1930, realmente começou na Paraíba, no dia 1º de março, num dia de domingo de Carnaval, com um tiroteio na cidade de Teixeira, entre Silveira Dantas e o Tenente Ascendino Feitosa, Comandante da Força Policial que invadiu aquela cidade. As principais causas deste incidente, foram:

- O Coronel José Pereira, de Princesa, havia rompido com Presidente João Pessoa, da Aliança Liberal, dando apoio à candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República;
- O Coronel José Pereira proclamou Princesa "território livre". Contava com o apoio de grande parte do sertão, especialmente das famílias Saassuna e Dantas, muito poderosas. O plano do Coronel era provocar a intervenção federal na Paraíba, mas, secretamente, contava vencer João Pessoa pelas armas.
- Durante mais de quatro meses a Paraíba ficou mergulhada numa disputa pelas armas. Campina Grande era o centro natural do abastecimento. Daqui saíam as tropas para combater o Coronel José Pereira.
- O chefe liberal de Campina Grande era o Prefeito Lafayette Cavalcanti. Dos Perrepietas, dois nomes se destacavam: o Dr. José Agra e o fiscal de Consumo Silvino Tejo.
- O Presidente João Pessoa mobilizou a Polícia da Paraíba, tentando estrangular a revolta nascente o que não consegu

guiu. Assim, de 1º de março a 26 de julho de 1930, foram realizados vários combates entre as Forças Ferrepietas de José Pereira e as Forças Liberais, de João Pessoa.

- Os combates cessaram temporariamente, devido ao assassinato de João Pessoa, numa tarde de sábado no Recife, na Confeitaria Glória e o seu substituto, o 1º Vice-Presidente Dr. Álvaro Carvalho, tentou pacificar o Estado, não conseguindo êxito.
 - Na madrugada do dia 04 de outubro de 1930, sob a inspiração do Capitão Juarez Távora, que se achava foragido na Paraíba, as forças liberais tomaram o Quartel do Exército, em João Pessoa.
 - Em Campina Grande, na manhã do dia 4 de outubro, o Prefeito Lafayette Cavalcanti e o médico Dr. Severino Cruz, após conversarem com o Comandante das Forças aquarteladas na cidade, estas aderiram ao Movimento.
- ESTAVA VITORIOSA A REVOLUÇÃO DE 1930 NA PARAÍBA!

FOTO...

- CARRO DE COMBATE, imaginado e montado numa oficina de Campina Grande, durante a Revolução de 1930, aproveitando um caminhão GMC. Esse carro, todo blindado, seguiu para Princesa, mas, devido a defeitos apresentados na viagem, regressou à Campina Grande, sem ter chegado a seu destino.

MÓDULO 1

PEDRA FUNDAMENTAL DO PAÇO MUNICIPAL

Data do lançamento: 25 de março de 1877

Localização: lado esquerdo da Igreja Matriz

Histórico: A Pedra Fundamental foi doada pelo Dr. Antonio Figueiredo, que teve o cuidado de guardá-la quando o Paço Municipal foi demolido em outubro de 1942.

BRAÇO DE BALANÇA DE FERRO, para pesar algodão, usado em fins do séc. XIX, na época algodoeira de Campina Grande. (Coleção José Francisco)

MÓDULO 2

PESO (20 Kg) DE BALANÇA INGLESA, usado em Campina Grande no final do séc. XIX para pesar algodão e outras mercadorias. (Coleção José Francisco)

PAINEL 8

FOTO...

- Praça do Algodão, em 1925

FOTO...

- Fardos de Algodão, em Santa Luzia, em 1948

PAINEL 9

CICLO DO ALGODÃO

FOTO...

- Firma José de Brito & CIA, em 1940 na consagração do Fardo nº 50.000

FOTO...

- Prensa José de Vasconcelos, em 1930 (rua da Estação)

FOTO...

- Prensa de Algodão, em 1940

TOTEM 3 - A

CICLO DO ALGODÃO

O ALGODÃO foi essencial para o progresso de Campina Grande. Como centro natural de uma Região, Campina Grande até o início deste século, recebia todo o algodão produzido na Paraíba.

O produtor era conduzido nos lombos dos burros para Itabaiana e de lá, seguia de trem para João Pessoa e Recife. Campina Grande, sem possuir ainda uma estrada-de-ferro, tinha nisso um fator bastante negativo ao seu crescimento. Em 1907 com a inauguração da sua linha férrea, Campina Grande acelerou o seu progresso, enviando diretamente para as praças exportadoras o seu "OURO BRANCO".

O algodão era comprado pelas firmas locais, beneficiado e em seguida, exportado em fardos. Antes da Segunda Guerra Mundial, Campina Grande exportava algodão para a Inglaterra e Alemanha, através da Operação conhecida como MARCO COMPENSADO.

TOTEM 3 - B

Em 1919 foi inaugurada a primeira PRENSA HIDRÁULICA para preparação dos fardos de algodão para serem transportados, de propriedade da firma WHARTON, PEDROZA & CIA.

Em 1925 existiam 28 importantes Firmas e Escritórios de vendas e exportação de algodão. Entre elas destacavam-se:

- SION & CIA;
- LEITÃO & CIA;
- DEMÓSTENES BARBOSA & CIA;
- N. BARROS & CIA;
- ARAÚJO RIQUE & CIA;
- JOSÉ DE BRITO;
- JOSÉ DE VASCONCELOS.

Em época de safra, a Rua dos Armazéns (atual Marques do Herval) e a Praça do Algodão, ficavam com seus armazéns totalmente repletos de fardos de algodão, sendo que a maioria deles era armazenados na rua.

TOTEM 4 - A

FOTO...

- Rua dos Armazéns, em 1925, na safra do algodão

FOTO...

- Rua Marques do Herval, 1936

FOTO...

- Rua Marques do Herval, 1942

TOTEM 4 - B1937 - TELEFONES AUTOMÁTICOS

O primeiro SERVIÇO DE TELEFONES AUTOMÁTICOS na cidade de Campina Grande, foi inaugurado em 20 de novembro de 1937, na Administração do Prefeito Vergniaud Wanderley.

Anteriormente, os telefones existentes em Campina Grande eram particulares, interligando Fazendas da Região e residências da cidade.

O sistema não era automático e consistia de uma Central Telefônica que necessitava do auxílio de uma telefonista pa-

ra que a ligação fosse completa.

Os telefones automáticos melhoraram o sistema de comunicações na cidade de Campina Grande e em todo o Município, uma vez que as ligações passaram a ser feitas diretamente, sem a intervenção da telefonista.

Os primeiros telefones automáticos foram adquiridos pela Prefeitura Municipal de Campina Grande à firma sueca ERICKSON

Além da Prefeitura, também o comércio e a indústria providenciaram, de imediato, a compra de seus novos telefones automáticos, seguidos das residências particulares, que trocaram os telefones manuais pelos novos modelos automáticos.

FOTO...

- Usina de Higienização e Pausterização de Leite. Sala de Pasteurização em 1935.

FOTO...

- Entrega de Leite Pausterizado "Celeste" à domicílio, 1935

FOTO...

- Carro de entrega dos produtos da LEITERIA CELESTE, em 1935

PAINEL 11

INDUSTRIAS PIONEIRAS

FOTO...

- Fábrica de Sabão Pernambucana, da firma Marques de Almeida & CIA, em Campina Grande

FOTO...

- Primeira Usina de Higienização e Pausterização de Leite, Campina Grande, em 1935

FOTO...

- Laiteria Celeste, da firma Oliveira Ferreira & CIA. LTDA. em 1935, localizada na Praça Epitácio Pessoa

PAINEL 12

FOTO...

- Times: América de Campina e América do Ingá, 1917

FOTO...

- Time do treze Futebol Clube, em 1937

Ajajlhados: Caroca, Néri, Tibúrcio, Jiló, Zezé Buchudo, José Elói.

28.

Em pé: Nanã, Alberto Santos, Alcides Borrego, Pedro Macaco, Nê, Euzébio, Aderson Elói.

PAINEL 13

CLUBES ESPORTIVOS

FOTO...

- NIGHT LIFE, primeiro time de futebol de Campina Grande, em 1912

FOTO...

- Diretoria e Sócios do Campinense Clube, 1916.

MÓDULO 3

- TAÇA CRUZEIRO. Troféu de campeão agremiação carnavalesca de Campina Grande, conquistado no carnaval de rua do ano de 1957.

PAINEL 14

CARNAVAL

FOTO...

- Bloco "Dona Não Grite", no carnaval de 1931

FOTO...

- Baile de Carnaval no Clube 31, em 1933

FOTO...

- Bloco das Pastoras, em 1933, organizado por Ioiô Cavalcanti

PEÇA

- PRENSA DE QUEIJO. Usada na fabricação de queijo. Peça rústica e primitiva do início do séc. XX, existente nas "Casas Grandes" das Fazendas da zona rural de Campina Grande.

PAINEL 15

EVENTOS RELIGIOSOS

FOTO...

- Procissão. Rua Maciel Pinheiro, em 1912

FOTO...

- Procissão. Avenida Floriano Peixoto, em 1941

FOTO...

- Precisão. Rua do Progresso, em 1937

SANDUICHE DE VIDRO 1

FOTO...

- Representação da peça "DE SERRA ACIMA", no dia 15 de janeiro de 1924, pelo corpo cênico do Gremio Renascença, composto por Carlos Piza, Brígida Santos, Lili Araújo, Suzete Câmara, Ernestina Belo, M^a José Pontes, Alice de Moura, C. Silva e João Pinto.

FOTO...

- Representação da peça "ISSO É QUE É GOZAR". Grupo formado por: M^o lide Cunha, M^a Augusta Colaço, Iracema Câmara, Zezé Pontes, Ceci Silva, M^a Antonieta Colaço, Geni Costa, Olindina Schuller, Ederli na Fernandes, Antonieta Gomes, Pedro A. Silva, Carlos Piza, Raimundo Hazan e João Pinto.

30.

FOTO...

- Usina de Higienização e Pausterização de Leite. Sala de Pasteurização, em 1935

FOTO...

- Entrega de Leite Pausterizado "Celeste" à domicilio, 1935

FOTO...

- Carro de entrega dos produtos da LEITERIA CELESTE, em 1935

PAINEL 11

INDUSTRIAS PIONEIRAS

FOTO...

- Fábrica de Sabão Pernambucana, da firma Marques de Almeida & CIA, em Campina Grande

FOTO...

- Primeira Usina de Higienização e Pausterização de Leite, Campina Grande, em 1935

FOTO...

- Laiteria Celeste, da firma Oliveira Ferreira & CIA. LTDA. em 1935, localizada na Praça Eptácio Pessoa

PAINEL 12

CLUBES ESPORTIVOS

FOTO...

- Times: América de Campina e América do Inã, 1917

FOTO...

- Time do Treze Futebol Clube, em 1937.

Açolhados: Caroca, Néri, Tibércio, Jilô, Rezé Buchudo, José Eloi.

Em pé: Nanã, Alberto Santos, Alcides Borrego, Pedro Macaco, Nô, Eustáquio, Aderson Eloi.

PAINEL 13

CLUBES ESPORTIVOS

FOTO...

- NIGHT LIFE, primeiro time de Futebol de Campina Grande, em 1912

FOTO...

- Diretoria e Sócios do Campinense Clube, 1918

MÓDULO 3

- TAÇA CRUZEIRO. Troféu de campeão agremiação carnavalesca de Campina Grande, conquistado no carnaval de rua do ano de 1957.

PAINEL 14CARNAVAL

FOTO...

- Bloco "Dona Não Grite", no carnaval de 1931

FOTO...

- Baile de Carnaval no Clube 31, em 1933

FOTO...

- Bloco das Pastoras, em 1933, organizado por Ioiô Cavalcanti

PEÇA

- PRENSA DE QUEIJO. Usada na fabricação de queijo. Peça rústica e primitiva do início do séc. XX, existente nas "Casas Grandes" das fazendas da zona rural de Campina Grande.

PAINEL 15EVENTOS RELIGIOSOS

FOTO...

- Procissão. Rua Maciel Pinheiro, em 1912

FOTO...

- Procissão. Avenida Floriano Peixoto, em 1941

FOTO...

- Procissão. Rua do Progresso, em 1937

SANDUICHE DE VIDRO 1

FOTO...

- Representação da peça "DE SEPSA ACIMA", no dia 15 de janeiro de 1924, pelo corpo cênico do Gremio Renasçença, composto por Carlos Fiza, Brígida Santos, Lili Araújo, Suzete Câmara, Ernestina Belo, M^{rs} José Pontes, Alice de Moura, C. Silva e João Pinto.

FOTO...

- Representação da peça "ISSO É QUE É GOSAR". Grupo formado por: Neli de Cunha, M^{rs} Augusto Colaço, Iracema Câmara, Estê Pontes, C^{eci} Silva, M^{rs} Antonieta Colaço, Geni Costa, Olindina Schulle, Edg^{er} lina Fernandes, Antonieta Gomes, Pedro A. Silva, Carlos Fiza, B^{ai} mundo Bazan e João Pinto.